

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América e da Espanha. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná. A Copel e suas controladas (Grupo) têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcio e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

1.1 Subsidiárias integrais e controladas

1.1.1 Copel Geração e Transmissão S.A.

Subsidiária integral que explora o serviço de geração de energia elétrica através de 17 usinas hidrelétricas e uma termelétrica, totalizando 4.549,59 MW de capacidade instalada, o serviço de transmissão, através de 31 subestações com tensões iguais ou superiores a 230 kV, e 2.028,7 km de linhas de transmissão, pertencentes principalmente à rede básica do sistema brasileiro de transmissão, todas localizadas no Estado do Paraná. Deste total, 1.744,3 km tem vencimento da concessão em julho de 2015, 137,1 km em agosto de 2031 (Linha de Transmissão de 230 kV Bateias - Jaguariaíva), 31,6 km em março de 2038 (Linha de Transmissão 230 kV Bateias - Pilarzinho) e 115,7 km em novembro de 2039 (Linha Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu), podendo ser renovadas a critério do Poder Concedente.

1.1.2 Copel Distribuição S.A.

Subsidiária integral que explora a distribuição e a comercialização regulada de energia elétrica a 1.117 localidades, pertencentes a 396 municípios. São atendidos integralmente 392 municípios do Estado do Paraná, e também o município de Porto União, em Santa Catarina. O atual contrato de concessão, que se encerra em 07.07.2015, prevê possibilidade de prorrogação por mais 20 anos, a critério do Poder Concedente.

1.1.3 Copel Telecomunicações S.A.

Subsidiária integral que tem como principais atividades prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, elaboração de estudos, projetos e planejamentos na área de telecomunicações, bem como em atividades correlatas, sob todas as formas legalmente permitidas, sendo sua exploração por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço a Região II do Plano Geral de Outorgas da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações. Esta região abrange o Distrito Federal e os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre. Atualmente presta serviços nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

1.1.4 Companhia Paranaense de Gás - Compagas

Sociedade de economia mista em que a Copel detém 51% do capital social. Possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 06.07.1994, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento da concessionária. O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor. A Companhia possui atualmente uma rede de distribuição de 574 km, implantada em municípios paranaenses.

1.1.5 Eleijor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel detém 70% do capital social, constituída para implantar e explorar o Complexo Energético Fundão Santa Clara, no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná, a qual inclui a Usina Santa Clara e a Usina Fundão. Tais usinas têm capacidade instalada de 240,34 MW (além das pequenas centrais hidrelétricas incorporadas às estruturas da barragem de Santa Clara, com capacidade instalada de 3,6 MW, e de Fundão, com capacidade instalada de 2,4 MW). A concessão para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica foi emitida pela Aneel em 25.10.2001, com prazo de 35 anos, prorrogável por um período adicional de até 20 anos, a pedido da interessada e a critério do Poder Concedente.

1.1.6 UEG Araucária Ltda.

Sociedade limitada em que a Copel detém 20% e a Copel Geração e Transmissão detém 60% do capital social. Tem por objeto social a utilização do gás natural para transformação deste insumo em energia elétrica e sua consequente comercialização. A termelétrica tem capacidade instalada de 484,15 MW. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica, emitida pela Aneel em 22.12.1999, com prazo de 30 anos, é prorrogável a pedido da interessada e a critério do Poder Concedente.

A UEG Araucária firmou “Contrato de Locação e Outras Avenças” com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para a locação da planta da usina (NE 32.2).

1.1.7 Centrais Eólicas do Paraná Ltda.

Sociedade limitada em que a Copel detém 30% e a Copel Geração e Transmissão detém 70% do capital social. Empresa constituída para desenvolver a implantação, montagem, funcionamento e exploração comercial de uma usina eólio-elétrica de 2,5 MW, na região de Palmas, Estado do Paraná. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica tem prazo de 30 anos a partir de 29.09.1999, prorrogável a critério do Poder Concedente e a pedido da autorizada.

Dando continuidade à reestruturação societária da Companhia, está em andamento o processo de incorporação das Centrais Eólicas do Paraná, e a versão de seus ativos e passivos para a Copel Geração e Transmissão anuída pela Resolução Autorizativa Aneel nº 3319, de 24.01.2012.

1.2 Controladas em conjunto

Os controles compartilhados são decorrentes de acordos entre os acionistas independentemente do percentual de participação.

1.2.1 Dominó Holdings S.A.

Sociedade anônima de capital fechado em que a Copel detém 45%, participando do controle em conjunto com os outros acionistas. Tem como objeto social a participação em outras sociedades. Atualmente detém 34,75% do capital social da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, sociedade de economia mista que tem por objeto social a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário.

1.2.2 Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 51% do capital social votante, constituída em 14.10.2011, para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 12.01.2012 foi assinado o contrato de concessão nº 001/2012 - Aneel, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 04/2011 sendo: linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 143 km, com origem na subestação de Cascavel Oeste e término da subestação de Umuarama; Subestação Umuarama em 230/138 kV, 300MVA, ambas localizadas no Estado do Paraná. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e a critério exclusivo do Poder Concedente, e poderá ser renovada por no máximo igual período.

1.2.3 Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 80% do capital social votante, constituída em 26.12.2011 para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 06/2011, realizado em 16.12.2011, sendo, principalmente, linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 28 km, com origem na subestação de Curitiba e término da subestação de Curitiba Leste; e pela

subestação Curitiba Leste em 525/230 kV; no Estado do Paraná. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e a critério exclusivo do Poder Concedente, e poderá ser renovada por no máximo igual período.

1.2.4 Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 20% do capital social votante, constituída em 26.12.2011 para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 06/2011, realizado em 16.12.2011, sendo: linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 140 km, com origem na subestação de Nova Santa Rita e término da subestação de Camaquã 3, localizadas no Rio Grande do Sul; linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 163 km, com origem na subestação de Camaquã 3 e término da subestação de Quinta, localizadas no Rio Grande do Sul; linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 190 km, com origem na subestação de Salto Santiago, localizada no Paraná e término da subestação de Itá, em Santa Catarina; linha de transmissão em 500 kV, segundo circuito simples, com extensão aproximada de 305 km, com origem na subestação de Itá e término da subestação de Nova Santa Rita, localizada no Rio Grande do Sul; subestação Camaquã 3 em 230/69/13,8 kV, localizada no Rio Grande do Sul. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e a critério exclusivo do Poder Concedente poderá ser renovada por no máximo igual período.

1.2.5 Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A.

Sociedade de Propósito Específico em que a Copel adquiriu em novembro de 2011, 49,9% das ações representativas do capital social. Tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica, a partir de fontes eólicas, bem como a gestão de participações em sociedades que desempenhem essas mesmas atividades. A empresa encontra-se em fase pré-operacional. O prazo de concessão dos parques eólicos é de 30 anos a contar da data de publicação das resoluções autorizativas da Aneel no Diário Oficial, ocorrida em 05.01.2012.

2 Principais Políticas Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRSs, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora por seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e lucro líquido da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 Base de elaboração

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 19.03.2012.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados aos valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

De acordo com as normas IFRS e CPCs, a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 7 - Contas a Receber Vinculadas à Concessão;

NE nº 10.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE nº 16.1 - Contrato de concessão da Copel Distribuição; e

NE nº 32 - Contratos de Arrendamento Operacional.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 2.19.1 - Receita não faturada;

NE nº 2.29 - Avaliação do valor de recuperação dos ativos;

NE nº 5 - Clientes (PCLD, CCEE e Receita não faturada);

NE nº 15 - Imobilizado;

NE nº 16 - Intangível;

NE nº 21 - Benefícios Pós-Emprego

NE nº 26 - Contingências e Provisões para Litígios; e

NE nº 33 - Instrumentos Financeiros.

2.5 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas, controladas em conjunto e fundos de investimentos.

As demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou o controle compartilhado se inicia até a data em que deixam de existir e são consolidadas linha a linha dos ativos, passivos e resultados de forma integral nas controladas e na proporção de participação nos empreendimentos controlados em conjunto:

Percentual de participação no capital social			
Controladas	%	Controladas em conjunto	%
Copel Geração e Transmissão	100,00	Dominó Holdings	45,00
Copel Distribuição	100,00	Costa Oeste	51,00
Copel Telecomunicações	100,00	Marumbi	80,00
Compagas	51,00	Sul Brasileira	20,00
Elejor	70,00	Cutia	49,90
Centrais Eólicas do Paraná	100,00		
UEG Araucária	80,00		

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Companhia. No processo de consolidação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais e de resultado referentes às transações entre as empresas da Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7 Clientes

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço e o fornecimento de gás natural, encargos de uso da rede e serviços de telecomunicações contabilizados com base no regime de competência.

2.8 Ajuste a valor presente

Os elementos ativos e passivos quando aplicáveis e relevantes foram trazidos ao seu valor presente considerando os prazos e taxas das referidas transações.

O parcelamento de débitos de clientes e as contas a receber e a pagar vinculadas à concessão foram trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

2.9 Aplicações financeiras

Incluem instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, mantidos para negociação e mantidos até o vencimento. O tratamento contábil destes instrumentos financeiros está descrito no item 2.33.

2.10 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando os parâmetros recomendados pela Aneel. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

2.11 Segmentos de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

2.12 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

2.13 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é registrado no passivo na data em que são aprovados e declarados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

2.14 Intangíveis - concessões

Os valores alocados como ativo intangível quando da aquisição de participações em companhias que detêm concessões estão sendo amortizados pelos respectivos prazos remanescentes de cada concessão (direito de concessão adquirido com vida finita).

2.15 Investimentos em coligadas

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela de participação no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada, não se reconhece a sua participação em prejuízos adicionais (registro de prejuízos até o limite de zero). Os prejuízos adicionais serão reconhecidos somente se a Companhia incorrer em obrigações legais ou constituídas ou efetuar pagamentos em nome da coligada.

2.16 Outros investimentos

As exigências da IAS 39 e CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação aos outros investimentos. Se necessário, o valor total contábil do investimento é testado para determinação da redução ao valor recuperável, de acordo com a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos equivalente ao CPC 1(R1), através da comparação de seu valor recuperável com seu valor contábil. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida ao valor contábil do investimento. A reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 e CPC 1(R1), na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

2.17 Participação em empreendimento em conjunto (controladas em conjunto, “joint venture”)

Considera-se controlada em conjunto aquela em que nenhum acionista, vinculado a um acordo, exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações nas controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações consolidadas, os componentes do ativo, passivo, receitas e despesas das sociedades controladas em conjunto são agregados na proporção da participação da controladora no seu capital social.

2.18 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.19 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

2.19.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.19.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato, que é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório;
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente; e
- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

2.19.3 Receita de construção e custo de construção

O ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPCs 17/IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, a margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos, admitindo-se como valores próximos a zero.

A margem de construção adotada para a atividade transmissão referente ao exercício de 2011 e de 2010 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

2.19.4 Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos/instrumentos financeiros é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido.

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.19.5 Receita de aluguel

A política da Companhia para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na NE nº 2.20.1 Arrendamento - A Companhia como Arrendadora.

2.20 Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

2.20.1 A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

2.20.2 A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

2.21 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.22 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficientização Energética - PEE

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

2.23 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

2.24 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 21. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM 600/09, CPC 33/IAS19.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos nos resultados na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado, dos dois o maior.

2.25 Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/PASEP e da Cofins são apresentados deduzindo o custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável que permitam sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

A Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09, criou o Regime Tributário de Transição - RTT, aplicável à pessoa jurídica sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real. A adoção deste regime foi optativa para os anos de 2008 e 2009, sendo que para o ano de 2010 passou a ser obrigatória e vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Este regime tem como objetivo neutralizar o potencial impacto tributário decorrente das modificações dos critérios de reconhecimento contábeis das receitas, custos e despesas introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Com a adoção deste regime, as modificações dos critérios de reconhecimento das receitas, custos e despesas não geram efeitos na apuração da base de cálculo dos tributos, tanto sobre as receitas quanto sobre o lucro, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007.

2.26 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitadas ao prazo da concessão, quando aplicável. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

2.27 Contas a receber vinculadas à concessão

2.27.1 Ativo financeiro - distribuição

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento da Companhia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel). Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC Regulatório). Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa fixos estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão, em 2012. Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela Aneel leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Os ajustes decorrentes do valor justo decorrentes de WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido.

2.27.2 Ativo financeiro - transmissão

Refere-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários; (ii) a receita de operação e manutenção da infraestrutura quando efetivamente realizados; e (iii) a remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida – RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção, operação e manutenção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

2.28 Ativos intangíveis

2.28.1 Contrato de concessão - distribuição

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos intangíveis, o ICPC 01 e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização média do saldo a 29% ao ano, limitados ao prazo da concessão.

2.28.2 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.28.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.28.4 Ativos intangíveis sem vida útil definida

A Companhia não possui ativos intangíveis sem vida útil definida.

2.29 Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.30 Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus preços estimados de venda (valor realizável), deduzidos de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.31 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.32 Lucro por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é calculado com base na média ponderada do número de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

Uma vez que os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos a dividendos, a voto e a liquidação diferentes, os lucros básicos e diluídos por ação foram calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados, conforme o estatuto da Companhia e os direitos de participação sobre lucros não-distribuídos calculados de acordo com o direito a dividendos de cada classe de ações, conforme discutido na Nota 27.1.5.

Os lucros básicos e diluídos por ação são apresentados na Nota 27.1.6.

2.33 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, clientes, repasse CRC ao governo do Estado do Paraná, aplicações financeiras, contas a receber vinculadas à concessão, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público, dentre outras. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito, são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

Ativos financeiros

2.33.1 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como "mantidos até o vencimento". Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

2.33.2 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

A mensuração inicial e subsequente dos instrumentos financeiros classificados como "disponível para venda" é efetuada com base no valor justo, sendo que a variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como ativo financeiro "disponível para venda", o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é reconhecido no resultado do exercício.

2.33.3 Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e/ou suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

2.33.4 Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

2.33.5 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

2.33.6 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.33.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.33.8 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na NE nº 33.1.

2.33.9 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.33.10 Baixas de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.33.11 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.

2.34 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

2.35 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). A Companhia está analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

- IAS 19 - Benefícios a Empregados;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 11 - Acordos em Conjunto;
- IFRS 12 - Divulgação sobre Participações em Outras Entidades;
- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo;

- IAS 27 - Demonstrações Consolidadas; e
- IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e bancos conta movimento	669	456	35.081	58.958
Aplicações financeiras de liquidez imediata	27.088	89.366	1.014.044	1.735.458
	27.757	89.822	1.049.125	1.794.416

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2011 (100% da variação do CDI em 31.12.2010).

4 Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante				
Títulos e valores mobiliários (4.1)	165	175	582.019	534.095
Cauções e depósitos vinculados	-	-	2.668	64.078
	165	175	584.687	598.173
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários (4.1)	-	-	62.589	7.151
Cauções e dep. vinculados (STN - NE nº 19.2)	-	-	37.553	26.280
	-	-	100.142	33.431

4.1 Títulos e valores mobiliários

Categoria	Nível	Indexador	Consolidado	
			31.12.2011	31.12.2010
Títulos disponíveis para venda				
CDB (1 e 2)	2	CDI	92.693	100.785
Operação Compromissada (3)	2	CDI	43.233	17.328
Operação Compromissada (2)	2	Selic	4.430	2.961
Operação Compromissada (2)	1	Pré-Fixada	46.322	98.552
Cotas Fundos (3 e 4)	1	CDI	111	124
NTN - F	1	CDI	31.451	27.309
NTN - B	1	IPCA	1.956	-
LFT (2)	1	Selic	209.942	175.043
LTN (2)	1	Pré-Fixada	103.520	44.482
LFBB	2	CDI	19.296	6.015
LF Caixa	2	CDI	8.270	
CDB BB	2	CDI	6.205	
			567.429	472.599
Títulos para negociação				
Derivativos	1	DI Futuro BMF	1	-
Cotas FI	2	CDI	11.003	-
LFT	1	Selic	39.039	-
DPGE	2	CDI	9.979	
			60.022	-
Títulos mantidos até o vencimento				
LFT (2)	1	Selic	5.920	60.662
LTN (2)	1	Pré-Fixada	-	6.140
Cota Fundos (3 e 4)	1	CDI	48	1.845
LF Caixa	2	CDI	11.189	
			17.157	68.647
			644.608	541.246
Circulante			582.019	534.095
Não Circulante - NC			62.589	7.151

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F e Série B - NTN-B

Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB

Letras Financeiras Ligadas à Caixa Econômica Federal - LF Caixa

Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE

Níveis para apuração do valor justo:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

Categoria	Nível	Indexador	Controladora	
			31.12.2011	31.12.2010
Títulos disponíveis para venda				
CDB	2	CDI	83	76
Cotas Fundos	1	CDI	82	99
Circulante			165	175

A Copel possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. As contrapartes têm, pelo menos, a classificação de crédito A. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

Entres os principais valores aplicados, estavam:

- 1) A aplicação no Banco do Brasil no valor de R\$ 73.219, atualizado até 31.12.2011 (R\$ 65.612 em 31.12.2010), com remuneração de 100% da taxa DI, como garantia de fiel cumprimento com a Aneel para construção da Usina Hidrelétrica de Mauá pela Copel Geração e Transmissão;
- 2) A constituição de garantia para leilão da Aneel pela Copel Geração e Transmissão e Copel Distribuição no valor de R\$ 34.011 em 31.12.2011 (R\$ 67.162 em 31.12.2010);
- 3) A constituição de garantia para os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs na CCEE no valor de R\$ 27.553 em 31.12.2011 (R\$ 27.146 em 31.12.2010); e
- 4) A constituição de garantia referente ao financiamento para construção de UHE Mauá no valor de R\$ 18.764 em 31.12.2011.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total Consolidado	
				31.12.2011	31.12.2010
Consumidores					
Residencial	152.271	100.129	21.670	274.070	199.649
Industrial	79.544	47.226	15.348	142.118	184.039
Comercial	99.982	55.614	13.346	168.942	118.540
Rural	20.717	11.555	6.302	38.574	24.004
Poder público	22.340	19.828	2.561	44.729	43.266
Iluminação pública	18.753	589	155	19.497	15.673
Serviço público	15.191	15.558	156	30.905	14.335
Receita não faturada	288.095	-	-	288.095	198.363
Parcelamento de débitos	32.015	7.669	19.873	59.557	101.841
Parcelamento de débitos - NC	25.737	-	-	25.737	40.498
Subsídio baixa renda - Eletrobrás	31.734	-	-	31.734	24.376
Encargos moratórios sobre faturas energia	9.007	4.853	5.763	19.623	9.611
Governo do Paraná - luz fraterna	13.886	6.742	18.135	38.763	11.528
Outros créditos	3.581	4.714	6.175	14.470	24.289
Outros créditos - NC	6.626	-	-	6.626	3.231
	819.479	274.477	109.484	1.203.440	1.013.243
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	145.163	24.427	19.633	189.223	133.004
Contratos bilaterais	21.421	-	119	21.540	26.709
CCEE	15.527	-	105	15.632	21.551
Ressarcimento de geradores	-	-	1.288	1.288	1.194
	182.111	24.427	21.145	227.683	182.458
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	12.856	1.778	2.361	16.995	21.552
Rede básica e de conexão	24.152	546	1.135	25.833	15.104
	37.008	2.324	3.496	42.828	36.656
Telecomunicações					
Serviços de telecomunicações	5.849	8.518	1.025	15.392	17.571
Serviços de telecomunicações - NC	89	-	-	89	-
	5.938	8.518	1.025	15.481	17.571
Distribuição de gás	26.498	491	316	27.305	18.547
PCLD (5.2)	-	-	(115.919)	(115.919)	(62.119)
	1.071.034	310.237	19.547	1.400.818	1.206.356
31.12.2011					
Circulante	1.038.582	310.237	19.547	1.368.366	
Não Circulante - NC	32.452	-	-	32.452	
31.12.2010					
Circulante	941.517	198.873	22.237		1.162.627
Não Circulante - NC	43.729	-	-		43.729

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é 12 dias e de 10 dias para as concessionárias e permissionárias de suprimento de energia elétrica.

5.1 Subsídio baixa renda - Eletrobrás

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17.12.2002, a Lei nº 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modicidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da Reserva Global de Reversão - RGR.

A Aneel, por meio de suas resoluções, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda. Em dezembro de 2011, foram beneficiados 356.244 consumidores pela tarifa social, representando 11,7% do total de 3.042.010 consumidores residenciais.

5.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

Consolidado	Saldo	Adições / (reversões)	Baixas	Saldo
	31.12.2010			31.12.2011
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	7.654	30.409	(9.110)	28.953
Industrial	40.761	(4.206)	(11.392)	25.163
Comercial	10.880	10.829	(2.243)	19.466
Rural	69	2.189	(453)	1.805
Poder público	1.453	906	-	2.359
Iluminação pública	155	(76)	-	79
Serviço público	2	39	-	41
Concessionárias e permissionárias	224	37.146	-	37.370
Telecomunicações	921	(52)	(186)	683
	62.119	77.184	(23.384)	115.919

Consolidado	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
	31.12.2009			31.12.2010
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	6.245	11.680	(10.271)	7.654
Industrial	40.101	5.375	(4.715)	40.761
Comercial	5.863	8.539	(3.522)	10.880
Rural	185	163	(279)	69
Poder público	1.272	221	(40)	1.453
Iluminação pública	149	6	-	155
Serviço público	-	2	-	2
Concessionárias e permissionárias	203	21	-	224
Telecomunicações	931	233	(243)	921
	54.949	26.240	(19.070)	62.119

Os critérios utilizados, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

Foi constituída PCLD, no valor de R\$ 37.146, referente a diferenças nos preços faturados na venda de energia de Usina Hidrelétrica de Mauá. A Companhia aguarda a definição por parte da Aneel quanto ao pleito de revisão do cronograma de início da operação comercial desta usina para a possível reversão desta provisão.

6 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Através do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo da Conta de Resultados a Compensar – CRC, em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

6.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
2012		62.728
2013	70.242	66.899
2014	74.914	71.348
2015	79.896	76.093
2016	85.209	81.154
2017	90.876	86.551
2018	96.920	92.307
2019	103.366	98.446
2020	110.240	104.993
2021	117.572	111.976
2022	125.391	119.423
2023	133.730	127.365
2024	142.624	135.836
após 2024	49.618	47.258
	1.280.598	1.282.377

6.2 Mutação do CRC

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2010	49.549	1.205.025	1.254.574
Encargos	79.546	-	79.546
Variação monetária	2.772	133.396	136.168
Transferências	56.044	(56.044)	-
Amortizações	(129.095)	-	(129.095)
Em 31.12.2010	58.816	1.282.377	1.341.193
Encargos	84.867	-	84.867
Variação monetária	1.020	63.063	64.083
Transferências	64.842	(64.842)	-
Amortizações	(143.683)	-	(143.683)
Em 31.12.2011	65.862	1.280.598	1.346.460

7 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

7.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Obrigações especiais não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2010	44.070	3.045.323	(1.217.103)	1.872.290
Capitalizações do intangível em curso	-	482.145	(69.889)	412.256
Transferências do não circulante para o circulante	196.923	(196.923)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(186.293)	-	-	(186.293)
Transferências de investimentos de bens destinados a uso futuro	-	3	-	3
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	-	3.029	-	3.029
Variação monetária	-	290.312	(139.125)	151.187
Remuneração	-	189.243	-	189.243
Receita de construção	-	62.037	-	62.037
Baixas	-	(25.707)	-	(25.707)
Em 31.12.2010	54.700	3.849.462	(1.426.117)	2.478.045
Efeito da 1ª consolidação da Costa Oeste	-	31	-	31
Capitalizações do intangível em curso	-	613.284	(93.173)	520.111
Transferências do não circulante para o circulante	222.245	(222.245)	-	-
Transferências p/ encargos do uso da rede - clientes	(196.319)	-	-	(196.319)
Transferências para imobilizado em serviço	-	(1.004)	-	(1.004)
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	-	(7.282)	-	(7.282)
Variação monetária	-	173.402	(73.021)	100.381
Remuneração	-	330.217	-	330.217
Receita de construção	-	118.815	-	118.815
Baixas	-	(25.895)	-	(25.895)
Em 31.12.2011	80.626	4.828.785	(1.592.311)	3.317.100

7.2 Contas a receber vinculadas à concessão - Distribuição

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide NE nº 16).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

7.3 Compromissos relativos às concessões de transmissão

7.3.1 LT 500 KV Araraquara 2 - Taubaté

Linha de transmissão arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à LT 500 KV Araraquara 2 - Taubaté montam em R\$ 239.202 em 31.12.2011.

7.3.2 Subestação Cerquilho III 230 KV

Subestação em 230/138KV (300MVA) arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010.

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à Subestação Cerquilho III montam em R\$ 43.182 em 31.12.2011.

8 Outros Créditos

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante		
Serviços em curso	71.256	110.374
Parcerias em consórcios	29.483	-
Adiantamento a empregados	11.588	9.126
Desativações em curso	9.359	6.284
Adiantamento a fornecedores	7.162	3.248
Aquisição de combustíveis por conta da CCC	6.875	2.406
Serviços prestados a terceiros	5.735	3.631
Alienação de bens e direitos	4.928	9.048
Parcelamento Onda Provedor de Serviços	4.348	4.348
Adiantamento para depósitos judiciais	3.514	9.927
Salários de empregados cedidos a recuperar	2.884	4.174
Locação da planta da UTE Araucária	2.730	4.296
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(8.351)	(9.979)
Outros créditos	9.802	4.186
	161.313	161.069
Ativo não circulante		
Adiantamento a fornecedores	11.982	9.902
Empréstimos compulsórios	3.044	2.833
Alienação de bens e direitos	2.007	2.325
Outros créditos	190	164
	17.223	15.224

8.1 Serviços em curso

Refere-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

8.2 Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD refere-se ao saldo de parcelamento de faturas contra o cliente Onda Provedor de Serviços, com difícil realização.

9 Estoques

Consolidado	Operação / Manutenção	
	31.12.2011	31.12.2010
Copel Geração e Transmissão	23.714	24.429
Copel Distribuição	69.579	83.893
Copel Telecomunicações	9.015	11.758
Compagas	1.491	1.344
UEG Araucária	3	-
	103.802	121.424

10 Tributos

10.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante				
IR e CSLL a compensar	131.567	155.461	678.745	518.889
IR e CSLL a compensar com o passivo	(1.025)	(20.347)	(451.730)	(348.557)
IRRF sobre JSCP a compensar com o passivo	(11.634)	(12.119)	(11.634)	(12.119)
	118.908	122.995	215.381	158.213
Ativo não circulante				
IR e CSLL a recuperar	-	-	18.714	12.341
	-	-	18.714	12.341
Passivo circulante				
IR e CSLL a recolher	4.954	35.332	603.520	501.806
IR e CSLL a compensar com o ativo	(1.025)	(20.347)	(451.730)	(348.557)
	3.929	14.985	151.790	153.249

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar de cada empresa, conforme legislação tributária brasileira.

10.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

10.2.1 Créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	1.170	2.486	10.966
Planos previdenciário e assistencial	-	-	154.108	135.384
Regime tributário de transição - RTT	-	-	16.142	7.774
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	100.819	102.911	346.697	264.645
Provisão para créditos liquidação duvidosa	1.478	1.478	43.407	24.477
Amortização do direito de concessão	17.829	17.573	36.173	35.917
Provisão para efeitos de encargos da rede	-	-	6.922	6.922
Provisão Finan	4.756	3.659	4.756	3.659
Provisão para compra de energia	-	-	99.567	-
Provisão para particip. nos lucros e resultados	-	-	17.182	-
Juros sobre o capital próprio	16.666	17.966	16.666	17.966
Outros	91	-	1.074	-
	141.639	144.757	745.180	507.710
Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos da aplicação do CPC 27 - custo atribuído	-	-	758.473	802.556
Efeitos da aplicação do ICPC 01 - contratos de concessão	-	-	125.450	47.607
Efeitos da aplicação do CPC 38 - instrum. financeiros	7.962	-	7.962	-
Outras exclusões temporárias				
Capitalização encargos financeiros	-	-	5.356	4.595
Provisão para deságio	25.297	25.297	25.297	25.297
Fornecimento de gás	-	-	5.372	7.163
	33.259	25.297	927.910	887.218
Líquido	108.380	119.460	(182.730)	(379.508)

O tributo sobre o plano assistencial está sendo realizado de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2011	21.450	23.767	-	17.311	186.347	-
2012	-	-	4.174	-	-	178.211
2013	-	-	3.685	-	-	28.286
2014	-	-	3.685	-	-	16.603
2015	-	-	3.685	-	-	233.836
2016	-	-	4.558	-	-	32.436
2017 a 2019	-	-	1.203	-	-	(149)
2020 a 2022	-	-	168	-	-	34.221
após 2022	-	-	87.222	-	-	(706.174)
	21.450	23.767	108.380	17.311	186.347	(182.730)

10.2.2 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferido

	Saldo em 1º.01.2010	Reconhe- cidos no resultado	Saldo em 31.12.2010	Reconhe- cidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31.12.2011
Controladora						
Ativo não circulante						
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	13.550	(12.380)	1.170	(1.170)	-	-
Outras adições temporárias						
Provisões para litígios	32.150	70.761	102.911	(2.092)	-	100.819
PCLD	1.839	(361)	1.478	-	-	1.478
Amortização do direito de concessão	17.317	256	17.573	256	-	17.829
Provisão Finan	3.291	368	3.659	1.097	-	4.756
Juros sobre o capital próprio	-	17.966	17.966	(1.300)	-	16.666
Outros	-	-	-	91	-	91
	68.147	76.610	144.757	(3.118)	-	141.639
(-) Passivo não circulante						
Regime tributário de transição - RTT						
Efeitos da aplicação do CPC 38						
- instrumentos financeiros	-	-	-	6.042	1.920	7.962
Outras exclusões temporárias						
Provisão para deságio	25.297	-	25.297	-	-	25.297
	25.297	-	25.297	6.042	1.920	33.259
Líquido	42.850	76.610	119.460	(9.160)	(1.920)	108.380

	Saldo em	Reconhe-	Reconheci-		Reconhe-	Compen-	Reconheci-	
	1º.01.2010	cidos no	dos direta-	Reconheci-	cidos no	sados com	dos em ou-	Saldo em
Consolidado	1º.01.2010	resultado	mente no	dos em ou-	31.12.2010	parcelamen-	tros resul-	31.12.2011
			patrimônio	tros resul-		to da dívida	tados abran-	
			líquido	gentes		Lei 11.941	gentes	
Ativo não circulante								
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	23.346	(12.380)	-	-	10.966	(1.170)	(7.310)	-
Planos previdenciário e assistencial	123.842	11.542	-	-	135.384	18.724	-	154.108
Regime tributário de transição - RTT	20.728	-	(12.954)	-	7.774	8.368	-	16.142
Outras adições temporárias								
Provisões para litígios	172.080	92.591	(26)	-	264.645	82.052	-	346.697
PCLD	22.350	2.493	(366)	-	24.477	18.930	-	43.407
Amortização do direito de concessão	19.709	16.208	-	-	35.917	256	-	36.173
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	-	6.922	-	-	6.922
Provisão Finan	3.291	368	-	-	3.659	1.097	-	4.756
Provisão para compra de energia	-	-	-	-	-	99.567	-	99.567
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	-	-	-	-	-	17.182	-	17.182
Juros sobre capital próprio	-	17.966	-	-	17.966	(1.300)	-	16.666
Outros	5.614	(5.614)	-	-	-	1.074	-	1.074
	397.882	123.174	(13.346)	-	507.710	244.780	(7.310)	745.180
(-) Passivo não circulante								
Regime tributário de transição - RTT								
Efeitos do CPC 27 - custo atribuído	854.742	(39.680)	(12.506)	-	802.556	(44.083)	-	758.473
Efeitos do ICPC 01 - contratos de concessão	12.092	35.515	(1.030)	1.030	47.607	80.319	-	125.450
Efeitos do CPC 38 - instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	5.035	-	7.962
Outras exclusões temporárias								
Capitalização encargos financeiros	-	1.612	2.983	-	4.595	761	-	5.356
Provisão para deságio	25.297	-	-	-	25.297	-	-	25.297
Fornecimento de gás	8.953	(1.790)	-	-	7.163	(1.791)	-	5.372
	901.084	(4.343)	(10.553)	1.030	887.218	40.241	-	927.910
Líquido	(503.202)	127.517	(2.793)	(1.030)	(379.508)	204.539	(7.310)	(182.730)

10.3 Outros tributos a compensar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante				
ICMS a recuperar (10.3.1)	-	-	40.845	36.785
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	60.486	7.966
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	(51.411)	(7.966)
Outros tributos a compensar	-	-	437	751
	-	-	50.357	37.536
Ativo não circulante				
Tributos federais compensáveis	-	-	11	-
ICMS a recuperar (10.3.1)	-	-	76.166	82.029
IRRF sobre aplicações financeira a recuperar	-	-	1.735	2.833
	-	-	77.912	84.862
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	193.808	173.989
PIS/Pasep e Cofins a recolher	12.846	21.016	74.579	75.511
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	(51.411)	(7.966)
Programas de Recuperação Fiscal (10.3.2)	27.628	60.229	37.221	94.887
IRRF sobre JSCP	11.634	12.119	31.027	45.813
IRRF sobre JSCP a compensar com o ativo	(11.634)	(12.119)	(11.634)	(12.119)
Outros tributos	911	883	14.867	8.756
	41.385	82.128	288.457	378.871
Passivo não circulante				
ICMS a recolher	-	-	152	623
Programas de Recuperação Fiscal (10.3.2)	-	20.076	-	31.629
	-	20.076	152	32.252

10.3.1 ICMS a recuperar

Dos saldos apresentados como ICMS a recuperar, o valor de R\$ 101.919 refere-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado, instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48, conforme determina a Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000.

10.3.2 Programas de recuperação fiscal

	Controladora					
	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Juros Selic	Valor da dívida atualizado	Antecipação	Saldo da dívida atualizado
Lei nº 11.941/09						
Cofins Ação Rescisória	229.933	(80.927)	18.265	167.271	(139.739)	27.532
INSS	311	(93)	42	260	(164)	96
	230.244	(81.020)	18.307	167.531	(139.903)	27.628

	Consolidado						
	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Prejuízo Fiscal	Juros Selic	Valor da dívida atualizado	Antecipação	Saldo da dívida atualizado
Lei nº 11.941/09							
IRPJ	43.256	(8.898)	(3.123)	3.262	34.497	(29.466)	5.031
CSLL	5.925	(1.460)	(428)	454	4.491	(4.104)	387
Cofins	43.198	(9.633)	(3.118)	3.317	33.764	(29.970)	3.794
PIS/Pasep	8.893	(1.992)	(642)	732	6.991	(6.610)	381
Cofins Ação Rescisória	229.933	(80.927)	-	18.265	167.271	(139.739)	27.532
INSS	311	(93)	-	42	260	(164)	96
	331.516	(103.003)	(7.311)	26.072	247.274	(210.053)	37.221

Os efeitos no resultado de 2011, contabilizados em despesas financeiras, são de R\$ 7.707 na Controladora e R\$ 9.359 no Consolidado (NE nº 30).

Parcelamento - Lei nº 11.941/09

Por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Regional - TRF4, transitada em julgado em 18.08.1998, a Copel foi declarada imune à incidência da Cofins sobre o faturamento de energia elétrica. Apesar da imunidade transitada em julgado, a Receita Federal do Brasil - RFB lavrou dois Autos de Infração pelo não recolhimento da Cofins: em 19.02.2002, de nº 10980.000932/2002-90, referente ao exercício de 1997 e em 22.08.2003, de nº 10980.007831/2003-21, referente aos 3 primeiros trimestres de 1998. Paralelamente, ajuizou ação rescisória contra a decisão que declarou a imunidade, a qual, após longa discussão sobre alegação de decadência, retornou ao TRF4 para ter seu mérito julgado, recebendo, por isso, a atribuição de grau de risco provável, já que a matéria de mérito goza de jurisprudência pacífica em favor da União.

Em razão da classificação de risco de esta ação ser de perda provável, a Companhia havia constituído uma provisão no montante de R\$ 184.464, composto de R\$ 61.872 de principal e de R\$ 122.165 de juros Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Considerando o grau de risco provável desta ação, a Companhia optou em incluir no parcelamento instituído pela Lei 11.941, de 27.05.2009, na modalidade de pagamento de trinta parcelas, tendo em vista os benefícios de redução dos encargos moratórios. Assim, a dívida total, com o acréscimo de multa moratória no montante de R\$ 12.375, passou a ser de R\$ 196.839.

Em 29.06.2011, a RFB consolidou a dívida, na qual foi incluída a diferença da multa de Ofício somente no Auto de Infração relativo ao ano de 1998 e complemento de juros no valor de R\$ 33.094. Assim, o montante total da dívida passou a ser de R\$ 229.933. Após a consolidação deste débito, considerando os benefícios de redução de encargos moratórios de R\$ 80.927, a dívida relativa à Ação Rescisória da Cofins passou a ser de R\$ 149.006.

Também foram incluídas, na consolidação, dívidas do INSS referentes à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito NFLD nº 35.273.873-1, no valor de R\$ 311, que, aplicados os benefícios do parcelamento, resulta em uma dívida de R\$ 218.

Com isso, o total da dívida da Companhia incluída no parcelamento é de R\$ 149.224. Considerando o juro Selic sobre o parcelamento, conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida Lei, até 31.12.2011, no valor de R\$ 18.307, e considerando também as antecipações no montante de R\$ 139.903, o saldo da dívida monta em R\$ 27.628.

Relativamente à Copel Distribuição, foram incluídos no referido parcelamento débitos fiscais referentes a IRPJ e CSLL de fevereiro de 2004, e ao IRPJ de dezembro de 2007, março e abril de 2008, os quais somam R\$ 49.181. Tais tributos foram quitados, em suas respectivas competências, através de Declarações de Compensação - Dcomp que não foram homologadas pela RFB. Ainda no mesmo parcelamento, foram incluídos débitos relativos à revisão da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins dos anos de 2005 a 2008, que após consolidação passou a ser de R\$ 52.091. Os benefícios da redução dos encargos moratórios trazidos pela Lei 11.941/09, na modalidade de pagamento de trinta parcelas, resultam em R\$ 21.983. Na consolidação da dívida perante a RFB, foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL para a quitação de parte dos encargos moratórios, no montante de R\$ 7.311.

Com isso, o total da dívida da Copel Distribuição incluída no parcelamento é de R\$ 71.978. Com o acréscimo dos juros Selic sobre o parcelamento, conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida Lei, até 31.12.2011, no valor de R\$ 7.765, e considerando também as antecipações no montante de R\$ 70.150, o saldo da dívida monta em R\$ 9.593.

A Companhia vem cumprindo rigorosamente suas obrigações relacionadas aos parcelamentos mencionados.

10.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.171.805	946.529	1.583.916	1.380.732
IRPJ e CSLL (34%)	(398.414)	(321.820)	(538.531)	(469.449)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	114.314	68.000	121.023	70.319
Dividendos	3.461	2.101	1.158	432
Equivalência patrimonial	266.928	292.907	11.054	31.023
Finam	(270)	-	(270)	-
Despesas indedutíveis	(7.246)	-	(11.892)	(3.247)
Benefício fiscal - Lei nº 11.941/09	7.087	-	7.087	-
Incentivos fiscais	-	-	9.908	4.856
Outros	25	90	(6.599)	(4.385)
IRPJ e CSLL correntes	(4.955)	(35.332)	(611.601)	(497.968)
IRPJ e CSLL diferidos	(9.160)	76.610	204.539	127.517
Alíquota efetiva - %	1,2%	-4,4%	25,7%	26,8%

11 Despesas Antecipadas

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante		
Prêmios de seguros	4.527	4.855
Programa incentivo a fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	36	35
Outras	25	75
	4.588	4.965

12 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Fiscais	222.847	230.235	226.566	231.429
Trabalhistas	-	-	72.873	73.596
Cíveis				
Fornecedores	-	-	92.853	73.400
Cíveis	-	-	24.706	14.197
Servidões de passagem	-	-	6.823	2.144
Consumidores	-	-	2.289	1.677
	-	-	126.671	91.418
Outros	-	-	4.707	4.256
	222.847	230.235	430.817	400.699

13 Créditos com Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Coligadas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Dona Francisca Energética	2.303	955	2.303	955
Sanepar	-	-	15.603	4.896
	2.303	955	17.906	5.851
Controladas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Copel Geração e Transmissão	600.659	510.952	-	-
Copel Distribuição	508.695	355.968	-	-
Copel Telecomunicações	20.649	10.474	-	-
Compagas	3.927	4.910	-	-
Elejor	2.592	-	-	-
Centrais Eólicas do Paraná	-	1.920	-	-
Dominó Holdings	14.184	4.644	-	-
	1.150.706	888.868	-	-
Financiamentos repassados - STN				
Copel Distribuição (13.1)	58.427	56.675	-	-
	58.427	56.675	-	-
Contrato de mútuo				
Copel Distribuição (13.2)	781.031	715.539	-	-
Elejor (13.3)	305.936	295.788	-	-
	1.086.967	1.011.327	-	-
Outras partes relacionadas				
Paineira Participações e Empreendimentos	-	-	-	1.575
	-	-	-	1.575
	2.298.403	1.957.825	17.906	7.426
Ativo circulante (Dividendos a receber)	1.153.009	889.823	17.906	5.851
Ativo não circulante	1.145.394	1.068.002	-	1.575

13.1 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com as subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias (NE nº 19.2).

13.2 Contrato de mútuo - Copel Distribuição

Em 27.02.2007, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo firmado entre a Companhia (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 1.100.000. O prazo definido foi de 5 anos, com juros de 104% da taxa DI, e a destinação dos recursos foi o programa de investimento da concessão e o pagamento das debêntures repassadas à Copel Distribuição, vencidas em 1º.03.2007.

13.3 Contrato de mútuo - Elejor

Em 07.04.2004, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Elejor (mutuária) com o objetivo de garantir a continuidade do projeto de construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, aprovado pelo órgão regulador, através do Despacho Aneel nº 2876 de 05.12.2006, e que passou a ser remunerado pela TJLP acrescido de 4,5% a.a.

Atendendo o deliberado na 36ª Assembleia Geral Extraordinária, da Elejor, de 09.12.2010, após a total liquidação/devolução do Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, a Elejor iniciou a amortização do referido mútuo, com os valores líquidos de R\$ 3.500, em 28.10.2011, e R\$ 20.095, em 29.12.2011.

14 Investimentos

14.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 31.12.2010	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾ e (dev. Afac)	Amortização direito de concessão	Dividendos e JSCP propostos	Provisão para perdas	Saldo em 31.12.2011
Coligadas								
Sercomtel (NE nº 14.2.2)	72.464	(2.123)	-	-	-	-	-	70.341
Dona Francisca Energética	50.161	7.953	-	-	-	(5.053)	-	53.061
Foz do Chopim Energética	17.086	10.267	-	-	-	(9.951)	-	17.402
Carbocampel	1.224	(27)	-	110	-	-	-	1.307
Dois Saltos Empreend.	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	156	9	-	-	-	-	-	165
Escoelectric	37	(136)	-	99	-	-	-	-
	141.428	15.943	-	209	-	(15.004)	-	142.576
Controladas								
Copel Geração e Transmissão	5.726.083	598.920	1.955	-	-	(587.169)	-	5.739.789
Copel Distribuição	3.316.811	535.886	(4.806)	-	-	(182.056)	-	3.665.835
Copel Telecomunicações	241.362	35.700	-	23.000	-	(12.322)	-	287.740
UEG Araucária	128.846	(1.401)	-	-	-	-	-	127.445
Compagas	99.286	16.540	-	-	-	(10.521)	-	105.305
Elejor	96.751	10.909	-	(71.898)	-	(2.592)	-	33.170
Elejor - direito de concessão	19.044	-	-	-	(755)	-	-	18.289
Centrais Eólicas do Paraná	1.185	307	-	-	-	(267)	-	1.225
	9.629.368	1.196.861	(2.851)	(48.898)	(755)	(794.927)	-	9.978.798
Controlada em conjunto								
Dominó Holdings	325.342	36.599	-	-	-	(15.988)	-	345.953
Cutia	-	(289)	-	4.599	-	-	-	4.310
Cutia - direito de concessão	-	-	-	5.809	-	-	-	5.809
	325.342	36.310	-	10.408	-	(15.988)	-	356.072
Outros investimentos								
Finam (14.4.1)	2.456	-	-	-	-	-	(189)	2.267
Finor (14.4.1)	769	-	-	-	-	-	(156)	613
Investco S.A.	7.903	-	442	-	-	-	-	8.345
Adiantamento para futuro investimento (14.4.2)	-	-	-	38.945	-	-	-	38.945
Outros investimentos	1.344	-	5.205	-	-	-	(53)	6.496
	12.472	-	5.647	38.945	-	-	(398)	56.666
	10.108.610	1.249.114	2.796	664	(755)	(825.919)	(398)	10.534.112

⁽¹⁾ Aporte para aquisição de investimentos

⁽²⁾ Afac - Adiantamento para futuro aumento de capital

Controladora	Saldo em 1º.01.2010	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e Afac	Amortização direito de concessão	Dividendos e JSCP propostos	Varia- ção monet.	Provisão para perdas	Baixas	Saldo em 31.12.2010
Coligadas										
Sercomtel - Telecom.	39.863	32.601	-	-	-	-	-	-	-	72.464
Dona Francisca	19.616	33.962	-	-	-	(3.417)	-	-	-	50.161
Foz do Chopim	16.616	10.075	-	-	-	(9.605)	-	-	-	17.086
Carbocampel	1.117	24	-	83	-	-	-	-	-	1.224
Dois Saltos Empreend.	300	-	-	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	154	2	-	-	-	-	-	-	-	156
Escoelectric	(679)	611	-	105	-	-	-	-	-	37
	76.987	77.275	-	188	-	(13.022)	-	-	-	141.428
Controladas										
Copel Geração e Transm.	5.783.192	529.122	-	-	-	(586.231)	-	-	-	5.726.083
Copel Distribuição	3.051.476	524.513	1.999	-	-	(261.177)	-	-	-	3.316.811
Copel Telecomunicações	221.722	32.694	-	-	-	(13.054)	-	-	-	241.362
UEG Araucária	130.253	(1.407)	-	-	-	-	-	-	-	128.846
Compagas	95.211	20.675	-	-	-	(16.600)	-	-	-	99.286
Elejor	15.479	9.374	-	71.898	-	-	-	-	-	96.751
Elejor - direito de concessão	19.798	-	-	-	(754)	-	-	-	-	19.044
Centrais Eólicas do Paraná	1.153	268	-	-	-	(236)	-	-	-	1.185
	9.318.284	1.115.239	1.999	71.898	(754)	(877.298)	-	-	-	9.629.368
Controlada em conjunto										
Dominó Holdings	309.756	20.347	-	-	-	(4.761)	-	-	-	325.342
	309.756	20.347	-	-	-	(4.761)	-	-	-	325.342
Outros investimentos										
Finam (14.4.1)	2.456	-	-	-	-	-	-	-	-	2.456
Finor (14.4.1)	858	-	-	-	-	-	-	(89)	-	769
Investco S.A.	7.903	-	-	-	-	-	-	-	-	7.903
Outros investimentos	2.412	-	-	(8)	-	-	510	(981)	(589)	1.344
	13.629	-	-	(8)	-	-	510	(1.070)	(589)	12.472
	9.718.656	1.212.861	1.999	72.078	(754)	(895.081)	510	(1.070)	(589)	10.108.610

Consolidado	Saldo em 31.12.2010	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e Afac	Dividendos e JSCP propostos	Prov. para perdas	Amort. de direito de concessão	Transf. para alienação e intangível	Baixas	Saldo em 31.12.2011
Coligadas										
Sanepar	323.814	39.711	-	-	(18.356)	-	(730)	-	-	344.439
Sercomtel - Telecomunicações	72.464	(2.123)	-	-	-	-	-	-	-	70.341
Dona Francisca	50.161	7.953	-	-	(5.053)	-	-	-	-	53.061
Foz do Chopim	17.086	10.267	-	-	(9.951)	-	-	-	-	17.402
Carbocampel	1.224	(27)	-	110	-	-	-	-	-	1.307
Dois Saltos Empreend.	300	-	-	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	156	9	-	-	-	-	-	-	-	165
Escoelectric	37	(136)	-	99	-	-	-	-	-	-
	465.242	55.654	-	209	(33.360)	-	(730)	-	-	487.015
Outros investimentos										
Finam (14.4.1)	2.456	-	-	-	-	(189)	-	-	-	2.267
Finor (14.4.1)	769	-	-	-	-	(156)	-	-	-	613
Investco S.A.	7.903	-	442	-	-	-	-	-	-	8.345
Bens destinados a uso futuro	4.538	-	-	-	-	-	-	(38)	(210)	4.290
Adiantamento para futuro investimento (14.4.2)	-	-	-	38.945	-	-	-	-	-	38.945
Outros investimentos	2.542	-	5.205	3	-	(53)	-	-	(14)	7.683
	18.208	-	5.647	38.948	-	(398)	-	(38)	(224)	62.143
	483.450	55.654	5.647	39.157	(33.360)	(398)	(730)	(38)	(224)	549.158

Consolidado	Saldo em 1º.01.2010	Equivalência patrimonial	Aporte e Afac	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de direito de concessão	Varia- ção monet.	Transf. para o in- ta ngível	Prov. para perdas e outros	Baixas	Saldo em 31.12.2010
Coligadas										
Sanepar	308.243	22.062	-	(5.761)	(730)	-	-	-	-	323.814
Dona Francisca	19.616	33.962	-	(3.417)	-	-	-	-	-	50.161
Sercomtel - Telecomunicações	39.863	32.601	-	-	-	-	-	-	-	72.464
Foz do Chopim	16.616	10.075	-	(9.605)	-	-	-	-	-	17.086
Carbocampel	1.117	24	83	-	-	-	-	-	-	1.224
Dois Saltos Empreend.	300	-	-	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	154	2	-	-	-	-	-	-	-	156
Escoelectric	(679)	611	105	-	-	-	-	-	-	37
	385.230	99.337	188	(18.783)	(730)	-	-	-	-	465.242
Outros investimentos										
Finam (14.4.1)	2.456	-	-	-	-	-	-	-	-	2.456
Finor (14.4.1)	858	-	-	-	-	-	-	(89)	-	769
Investco S.A.	7.903	-	-	-	-	-	-	-	-	7.903
Bens destinados a uso futuro	4.553	-	-	-	-	-	(15)	-	-	4.538
Outros investimentos	4.653	-	(8)	-	-	511	-	(2.025)	(589)	2.542
	20.423	-	(8)	-	-	511	(15)	(2.114)	(589)	18.208
	405.653	99.337	180	(18.783)	(730)	511	(15)	(2.114)	(589)	483.450

14.2 Principais informações sobre as coligadas

	Atividade principal	Ativo ⁽¹⁾	Passivo ⁽¹⁾	Patrimônio líquido ⁽¹⁾	Receita	Lucro líquido (prejuízo) ⁽¹⁾	Part. grupo %
31.12.2011							
Cia. Saneamento do Paraná - Sanepar (14.2.1)	Saneamento básico	2.502.822	1.515.756	987.066	784.078	114.286	34,75
Sercomtel S.A. - Telecom.	Telecomunicações	275.620	119.307	156.313	138.597	(4.723)	45,00
Foz do Chopim Energética Ltda.	Energia elétrica	51.148	2.498	48.650	35.124	29.122	35,77
Dona Francisca Energética S.A.	Energia elétrica	309.625	79.226	230.399	84.613	34.532	23,03
Sercomtel Celular S.A.	Telecomunicações	18.903	36.073	-	27.065	2.429	45,00
Dois Saltos Empreend. de Ger. de Energia Elétrica Ltda.	Energia elétrica	1.350	350	1.000	-	-	30,00
Copel Amec S/C Ltda.	Serv. e consultoria	348	4	344	-	19	48,00
Carbocampel S.A.	Serv. e consultoria	3.553	1.111	2.442	-	(53)	49,00
Escoelectric Ltda.	Serv. e consultoria	2.747	5.516	(2.769)	-	(122)	40,00

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

	Atividade principal	Ativo ⁽¹⁾	Passivo ⁽¹⁾	Patrimônio líquido ⁽¹⁾	Receita	Lucro líquido (prejuízo) ⁽¹⁾	Part. grupo %
31.12.2010							
Cia. Saneamento do Paraná - Sanepar (14.2.1)	Saneamento básico	2.332.805	1.407.194	925.611	666.123	63.489	34,75
Sercomtel S.A. - Telecom.	Telecomunicações	273.953	112.921	161.032	144.320	20.472	45,00
Foz do Chopim Energética Ltda.	Energia elétrica	50.250	2.483	47.767	34.260	28.167	35,77
Dona Francisca Energética S.A.	Energia elétrica	297.342	79.542	217.800	58.955	142.864	23,03
Sercomtel Celular S.A.	Telecomunicações	10.801	31.317	-	29.715	(6.902)	45,00
Dois Saltos Empreend. de Ger. de Energia Elétrica Ltda.	Energia elétrica	1.350	350	1.000	-	-	30,00
Copel Amec S/C Ltda.	Serv. e consultoria	327	2	325	-	11	48,00
Carbocampel S.A.	Serv. e consultoria	3.553	1.058	2.495	-	(52)	49,00
Escoelectric Ltda.	Serv. e consultoria	2.628	4.848	(2.220)	-	1.600	40,00

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

14.2.1 Sanepar

Em 1998, a aquisição das ações da Sanepar pela Dominó Holdings S.A. gerou direito de concessão no valor total de R\$ 24.316, que em 31.12.2011 apresenta saldo de R\$ 3.242. Proporcionalmente à participação da Copel (45%), este saldo corresponde a R\$ 1.459 e está sendo amortizado em 15 anos, a partir de 1999, a razão de R\$ 61 mensais, totalizando no resultado de 2011 o valor de R\$ 730 (R\$ 730 em 2010).

14.2.2 Sercomtel

A conclusão dos trabalhos referentes aos testes de recuperação dos ativos da Companhia, ocorrida em 2011, adotando, quando aplicável, as mesmas premissas citadas na nota de Imobilizado (NE nº 15.6) indicou, com adequado nível de segurança, que ativos vinculados às coligadas Sercomtel S.A. Telecomunicações e Sercomtel Celular S.A. apresentavam-se acima do valor recuperável em R\$ 12.580 (R\$ 12.538 em 2010) e R\$ 6.195 (R\$ 6.195 em 2010), respectivamente.

14.3 Principais grupos de ativos, passivos e resultado das controladas em conjunto

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto, bem como o percentual de participação integrante da consolidação, estão demonstrados a seguir:

14.3.1 Dominó Holdings

Dominó Holdings S.A.	Saldos em 31.12.2011		Saldos em 31.12.2010	
	Saldo ajustado ⁽¹⁾	Participação (45%)	Saldo ajustado ⁽¹⁾	Participação (45%)
ATIVO	802.228	361.002	733.985	330.292
Ativo circulante	36.591	16.466	14.181	6.381
Ativo não circulante	765.637	344.536	719.804	323.911
PASSIVO	802.228	361.002	733.985	330.292
Passivo circulante	33.436	15.046	10.995	4.947
Passivo não circulante	7	3	7	3
Patrimônio líquido	768.785	345.953	722.983	325.342
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Despesas operacionais	(3.372)	(1.518)	(2.843)	(1.279)
Resultado financeiro	(3.543)	(1.594)	(956)	(431)
Resultado de equiv. patrimonial	88.247	39.711	49.024	22.061
Provisão para IR e CSLL	-	-	(9)	(4)
Lucro líquido do exercício	81.332	36.599	45.216	20.347

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

14.3.2 Outros empreendimentos controlados em conjunto

Saldos em 31.12.2011	Costa Oeste		Marumbi		Sul Brasileira		Cutia	
	Saldo original	Particip. (51%)	Saldo original	Particip. (80%)	Saldo original	Particip. (20%)	Saldo original	Particip. (49,9%)
ATIVO	437	223	10	8	10	2	9.931	4.955
Ativo circulante	375	192	10	8	10	2	25	12
Ativo não circulante	62	31	-	-	-	-	9.906	4.943
PASSIVO	437	223	10	8	10	2	9.931	4.955
Passivo circulante	37	19	-	-	-	-	311	155
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	934	466
Patrimônio líquido	400	204	10	8	10	2	8.686	4.334
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Despesas operacionais	-	-	-	-	-	-	(531)	(265)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(531)	(265)

14.4 Outros investimentos

14.4.1 Outros investimentos classificados como disponíveis para venda

Em 2011, com base no preço médio negociado no pregão da BMF&Bovespa em dezembro de 2011 e de 2010, a Copel atualizou o valor de mercado para seus investimentos no Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam e no Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor:

Empresa	Quantidade de quotas	Preço médio em dez.2011 (R\$ por mil ações)	Valor de mercado R\$ mil	Preço médio em dez.2010 (R\$ por mil ações)	Valor de mercado R\$ mil
			31.12.2011		31.12.2010
Finam	18.891.053	0,12	2.267	0,13	2.456
Finor	1.114.618	0,55	613	0,69	769
			2.880		3.225

Os outros investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas foram atualizados com base na cotação em 30.12.2011, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Quantidade de ações	Tipo	Cotação em bolsa de valores R\$ por ação	Valor de mercado R\$ mil
Tractebel Energia S.A.	180.888	ON	29,96	5.419
Eletrosul - Centrais Elétricas S.A.	14.195	ON	32,26	458
Telefônica Brasil S.A.	7.859	ON	35,50	279
Telefônica Brasil S.A.	675	PN	35,50	24
TIM Participações S.A.	11.804	ON	9,24	109
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	1.643	PNA	46,00	76
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	7.464	PNA	9,95	74
Embratel Participações S.A.	2.476.773	ON	0,0090	22
Embratel Participações S.A.	301.949	PN	0,0091	3
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	377	ON	38,00	14
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	30	PN	17,50	1
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	1.057	PNB	9,0000	10
				6.489

14.4.2 Adiantamento para futuro investimento

Em novembro de 2011 foi assinado o contrato de compra e venda de 49,9% das ações representativas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., que detém o controle societário das empresas GE Olho D'Água S.A., GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A. e GE São Bento do Norte S.A., as quais são detentoras das outorgas das Centrais Geradoras Eólicas Olha D'Água, Boa Vista, Farol e São Bento do Norte, respectivamente. Considerando como condição para efetivação do contrato as aprovações pela Aneel, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, banco financiador dos recursos necessários ao investimento, construção e exploração dos empreendimentos de geração de energia eólica detidos pelas controladas. Os recursos aportados, no total de R\$ 38.945, foram classificados como Adiantamento para futuro investimento. Caso as aprovações não sejam obtidas no prazo de 6 meses, contados a partir de 30.11.2011, fica a vendedora obrigada a restituir os recursos corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços de Mercado - IGPM.

14.5 Demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto

Apresentamos a seguir os balanços patrimoniais de 31.12.2011 e 31.12.2010 e as demonstrações de resultado em 31.12.2011 e 31.12.2010, reclassificadas para fins de padronização do plano de contas, das empresas: Copel Geração e Transmissão (GET), Copel Distribuição (DIS), Copel Telecomunicações (TEL), Compagas (COM), Elejor (ELE), UEG Araucária (UEG), Copel Empreendimentos (CEM), Centrais Eólicas do Paraná (CEO), Dominó Holdings (DOM) e outras. Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais são apresentados de forma agregada:

ATIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras
31.12.2011							
ATIVO TOTAL	8.798.298	7.629.993	353.370	276.419	764.180	641.044	370.282
ATIVO CIRCULANTE	1.125.305	2.150.339	44.395	77.320	37.102	151.645	19.714
Caixa e equivalentes de caixa	216.495	647.783	8.348	41.047	17.851	86.318	3.526
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	487.406	33.735	-	48	616	60.049	-
Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos vinculados	1.957	5	-	706	-	-	-
Clientes	247.377	1.104.328	18.253	32.715	18.366	-	90
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	15.603
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	65.862	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	80.626	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	61.855	95.030	1.098	540	1	2.944	22
Estoques	23.714	69.579	9.015	1.491	-	3	-
Imposto de renda e contribuição social	2.243	87.484	3.958	1	-	2.322	465
Outros tributos correntes a recuperar	1.544	44.871	3.369	564	-	9	-
Despesas antecipadas	2.088	1.662	354	208	268	-	8
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.672.993	5.479.654	308.975	199.099	727.078	489.399	350.568
Realizável a Longo Prazo	1.277.702	4.229.128	18.403	23.263	16.237	20.699	128
Aplicações financeiras	61.931	38.211	-	-	-	-	-
Clientes	-	32.363	89	10.534	-	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.280.598	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	20.349	185.994	885	301	95	249	97
Contas a receber vinculadas à concessão	1.011.240	2.225.203	-	-	-	-	31
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	11.982	-	-	-
Outros créditos	1.878	3.172	-	191	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	18.714	-
Outros tributos correntes a recuperar	2.231	64.827	9.118	-	-	1.736	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180.073	398.760	8.311	255	16.142	-	-
Investimentos	386.873	4.012	-	-	-	-	344.439
Imobilizado	5.969.262	-	273.787	-	496.410	468.576	1.088
Intangível	39.156	1.246.514	16.785	175.836	214.431	124	4.913

PASSIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras
31.12.2011							
PASSIVO TOTAL	8.798.298	7.629.993	353.370	276.419	764.180	641.044	370.282
PASSIVO CIRCULANTE	1.141.261	1.708.165	47.532	62.991	65.331	3.669	15.251
Obrigações sociais e trabalhistas	56.228	151.184	13.490	2.734	181	106	19
Fornecedores	211.100	531.187	7.000	43.054	3.048	3.130	21
Imposto de renda e contribuição social	133.348	-	-	7.526	6.987	-	-
Outras obrigações fiscais	21.385	214.128	4.390	1.788	4.187	411	893
Empréstimos e financiamentos	59.152	17.619	-	48	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	600.659	508.695	20.649	7.702	3.702	-	14.184
Benefícios pós-emprego	9.785	24.612	1.640	-	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	4.047	66.464	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	13.943	140.918	-	-	2.054	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	615	-	-	-	44.041	-	-
Outras contas a pagar	30.999	53.358	363	139	1.131	22	134
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.917.248	2.255.993	41.098	6.948	651.464	152	469
Coligadas e controladas	-	781.031	23.000	-	305.936	-	-
Fornecedores	118.530	-	-	-	-	-	466
Obrigações fiscais	-	-	-	-	-	152	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	823.222	66.057	-	5.372	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	437.549	708.607	-	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	117.851	295.899	17.883	1.205	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	34.523	60.126	-	-	-	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	25.505	-	-	-	344.937	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	53	-	-	-
Provisões para litígios	360.068	344.273	215	318	591	-	3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.739.789	3.665.835	264.740	206.480	47.385	637.223	354.562
Capital social	3.505.994	2.624.841	194.755	135.943	35.503	707.440	121.270
Ajustes de avaliação patrimonial	1.440.745	8.657	-	-	-	-	3.951
Reserva legal	212.108	135.294	5.306	16.258	779	-	16.547
Reserva de retenção de lucros	145.364	883.575	62.685	43.851	11.103	-	1.024
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	10.428	-	-	212.087
Dividendo adicional proposto	435.578	13.468	1.994	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(70.217)	(317)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras
31.12.2011							
RECEITA OPERACIONAL	2.039.045	5.490.064	157.803	291.376	195.984	29.740	927
Fornecimento de energia elétrica	102.934	2.233.335	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	1.437.298	91.789	-	-	195.949	-	927
Disponibilidade da rede elétrica	346.255	2.505.499	-	-	-	-	-
Receita de construção	118.816	606.620	-	16.290	-	-	-
Telecomunicações	-	-	157.803	-	-	-	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	273.933	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	1.207	56.058	-	-	-	32.804	-
Outras receitas operacionais	32.535	(3.237)	-	1.153	35	(3.064)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.351.074)	(5.038.081)	(114.437)	(248.001)	(71.877)	(54.043)	(2.357)
Energia elétrica comprada para revenda	(72.357)	(2.365.587)	-	-	(733)	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(193.357)	(505.869)	-	-	(9.740)	(12.938)	-
Pessoal e administradores	(240.858)	(657.382)	(58.341)	(15.096)	(1.913)	(998)	(26)
Planos previdenciário e assistencial	(37.860)	(104.234)	(7.113)	(1.142)	-	-	-
Material	(16.104)	(66.018)	(1.730)	(1.102)	(219)	(92)	(264)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(23.047)	-	-	-	-	(1.984)	-
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(186.931)	-	-	-
Serviços de terceiros	(84.802)	(307.494)	(17.769)	(12.120)	(8.450)	(7.082)	(815)
Depreciação e amortização	(258.907)	(193.969)	(24.523)	(12.648)	(28.347)	(33.080)	(937)
Provisões e reversões	(173.119)	(122.332)	734	65	(246)	3.053	-
Custo de construção	(108.533)	(606.620)	-	(16.290)	-	-	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(118.691)	-	-	-	(6.651)	-	-
Outros custos e despesas operacionais	(23.439)	(108.576)	(5.695)	(2.737)	(15.578)	(922)	(315)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.487)	-	-	-	-	-	39.711
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	684.484	451.983	43.366	43.375	124.107	(24.303)	38.281
Resultado financeiro	101.643	256.721	2.923	6.136	(103.619)	17.297	(599)
LUCRO OPERACIONAL	786.127	708.704	46.289	49.511	20.488	(7.006)	37.682
Imposto de renda e contribuição social	(264.556)	(297.653)	(12.472)	(18.294)	(13.323)	-	(348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77.349	124.835	1.883	1.214	8.418	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	598.920	535.886	35.700	32.431	15.583	(7.006)	37.334

ATIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEO	DOM
31.12.2010								
ATIVO TOTAL	8.485.910	6.708.119	291.909	263.498	809.217	654.107	10.389	330.292
ATIVO CIRCULANTE	1.705.037	1.963.891	42.797	65.249	43.361	155.136	9.101	6.381
Caixa e equivalentes de caixa	1.163.455	669.079	6.942	37.769	21.053	147.720	8.923	1.006
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	146.454	30.813	-	-	5.227	26	-	-
Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos vinculados	63.473	201	-	404	-	-	-	-
Clientes	213.070	931.463	19.929	24.009	16.220	-	102	-
Dividendos a receber	4.480	-	-	-	-	-	-	4.896
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	58.816	-	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	54.700	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	28.152	127.198	661	552	518	4.499	-	-
Estoques	24.429	83.893	11.758	1.344	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	280	30.685	821	1	-	2.883	69	479
Outros tributos correntes a recuperar	4.449	30.089	2.426	564	-	8	-	-
Despesas antecipadas	2.095	1.654	260	606	343	-	7	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.780.873	4.744.228	249.112	198.249	765.856	498.971	1.288	323.911
Realizável a Longo Prazo	927.450	3.451.017	13.934	28.748	13.107	15.423	-	97
Aplicações financeiras	5.306	26.280	-	1.845	-	-	-	-
Clientes	-	43.729	-	15.800	-	-	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.282.377	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	21.652	147.895	233	205	133	249	-	97
Contas a receber vinculadas à concessão	785.457	1.637.888	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	9.902	-	-	-	-
Outros créditos	1.878	3.280	-	164	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	12.341	-	-
Outros tributos correntes a recuperar	10.453	64.303	7.273	-	-	2.833	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	102.704	245.265	6.428	832	7.724	-	-	-
Créditos com controladas	-	-	-	-	5.250	-	-	-
Investimentos	390.810	4.232	-	-	-	-	-	323.814
Imobilizado	5.427.187	-	222.291	-	529.749	483.430	1.288	-
Intangível	35.426	1.288.979	12.887	169.501	223.000	118	-	-

PASSIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEO	DOM
31.12.2010								
PASSIVO TOTAL	8.485.910	6.708.119	291.909	263.498	809.217	654.107	10.389	330.292
PASSIVO CIRCULANTE	964.245	1.449.633	33.721	60.066	57.018	6.202	6.434	4.947
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	42.321	118.790	11.014	2.935	147	78	-	6
Fornecedores	167.101	444.987	7.759	26.325	3.879	4.772	1	-
Imposto de renda e contribuição social	119.049	-	-	12.252	6.963	-	-	-
Outros tributos	33.976	254.811	3.290	1.947	1.250	1.227	33	297
Empréstimos e financiamentos	46.233	17.950	-	6.330	-	-	-	-
Dividendos a pagar	510.952	355.968	10.474	9.628	-	-	6.400	4.644
Benefícios pós-emprego	6.232	16.811	1.093	-	-	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	3.630	52.475	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12.569	140.381	-	-	2.927	114	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	-	-	40.984	-	-	-
Outras contas a pagar	22.182	47.460	91	649	868	11	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.795.582	1.941.675	16.826	8.754	613.983	3.676	-	3
Coligadas e controladas	-	715.539	-	-	295.788	-	-	-
Fornecedores	160.736	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	-	11.553	-	-	-	623	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	822.195	32.563	-	7.163	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	425.628	525.711	-	43	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	104.541	262.728	15.774	1.165	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.285	64.447	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	22.249	-	-	-	317.850	-	-	-
Provisões para litígios	233.948	329.134	1.052	383	345	3.053	-	3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.726.083	3.316.811	241.362	194.678	138.216	644.229	3.955	325.342
Atribuível aos acionistas da empresa controladora								
Capital social	3.505.994	2.624.841	194.755	135.943	69.450	707.440	3.061	113.368
Reservas de capital	-	-	-	-	104.034	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.540.695	13.463	-	-	-	-	-	5.358
Reserva legal	182.162	108.500	3.521	14.636	-	-	-	14.717
Reserva de retenção de lucros	145.366	570.007	43.086	17.268	-	-	894	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	13.904	-	-	-	191.899
Dividendo adicional proposto	351.866	-	-	12.927	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(35.268)	(63.211)	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEM	CEO	DOM
31.12.2010									
RECEITA OPERACIONAL	1.721.556	4.939.328	139.153	267.829	180.957	45.374	-	912	-
Fornecimento de energia elétrica	113.102	2.104.950	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	1.300.613	64.471	-	-	180.957	-	-	912	-
Disponibilidade da rede elétrica	236.698	2.117.454	-	-	-	-	-	-	-
Receita de construção	41.019	599.634	-	22.881	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	139.153	-	-	-	-	-	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	237.272	-	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	1.130	53.755	-	-	-	50.001	-	-	-
Outras receitas operacionais	28.994	(936)	-	7.676	-	(4.627)	-	-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.094.516)	(4.577.731)	(99.047)	(212.120)	(58.751)	(65.688)	(38)	(529)	(1.279)
Energia elétrica comprada para revenda	(58.281)	(2.170.875)	-	-	(2.071)	-	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(184.585)	(468.723)	-	-	(8.600)	(12.564)	-	-	-
Pessoal e administradores	(198.137)	(546.834)	(43.920)	(12.796)	(1.774)	(748)	-	-	(29)
Planos previdenciário e assistencial	(30.535)	(86.359)	(5.655)	(1.239)	-	-	-	-	-
Material	(21.192)	(60.132)	(1.517)	(709)	(226)	(89)	-	(245)	-
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(20.704)	-	-	-	-	(2.271)	-	-	-
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	-	(144.648)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(72.269)	(277.437)	(16.747)	(14.283)	(8.647)	(8.830)	(2)	(60)	(489)
Depreciação e amortização	(262.802)	(180.701)	(28.540)	(11.508)	(29.523)	(28.226)	-	(208)	(730)
Provisões e reversões	(17.475)	(106.913)	903	(39)	(155)	-	-	-	-
Custo de construção	(40.372)	(599.634)	-	(22.881)	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas operacionais	(188.164)	(80.123)	(3.571)	(4.017)	(7.755)	(12.960)	(36)	(16)	(31)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.345)	-	-	-	-	-	(9.246)	-	22.061
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	623.695	361.597	40.106	55.709	122.206	(20.314)	(9.284)	383	20.782
Resultado financeiro	62.311	378.910	4.059	5.256	(102.203)	13.278	352	785	(431)
LUCRO OPERACIONAL	686.006	740.507	44.165	60.965	20.003	(7.036)	(8.932)	1.168	20.351
Imposto de renda e contribuição social	(221.956)	(193.982)	(11.287)	(20.734)	(14.336)	-	(63)	(274)	(4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.072	(22.012)	(184)	307	7.724	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	529.122	524.513	32.694	40.538	13.391	(7.036)	(8.995)	894	20.347

14.6 Demonstração consolidada do resultado segregada por empresa

Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais são apresentados de forma agregada. Estas demonstrações representam o resultado das atividades de 2011 e 2010, desconsiderando a receita de equivalência patrimonial de controladas e controladas em conjunto.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras	Holding	Eliminações	Consolidado
31.12.2011										
RECEITA OPERACIONAL	2.039.045	5.490.064	157.803	291.376	195.984	29.740	927	-	(428.774)	7.776.165
Fornecimento de energia elétrica	102.934	2.233.335	-	-	-	-	-	-	(5.441)	2.330.828
Suprimento de energia elétrica	1.437.298	91.789	-	-	195.949	-	927	-	(286.132)	1.439.831
Disponibilidade da rede elétrica	346.255	2.505.499	-	-	-	-	-	-	(89.386)	2.762.368
Receita de construção	118.816	606.620	-	16.290	-	-	-	-	-	741.726
Telecomunicações	-	-	157.803	-	-	-	-	-	(40.677)	117.126
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	273.933	-	-	-	-	-	273.933
Arrendamentos e aluguéis	1.207	56.058	-	-	-	32.804	-	-	(1.160)	88.909
Outras receitas operacionais	32.535	(3.237)	-	1.153	35	(3.064)	-	-	(5.978)	21.444
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.351.074)	(5.038.081)	(114.437)	(248.001)	(71.877)	(54.043)	(2.357)	(21.575)	428.774	(6.472.671)
Energia elétrica comprada para revenda	(72.357)	(2.365.587)	-	-	(733)	-	-	-	286.132	(2.152.545)
Encargos de uso da rede elétrica	(193.357)	(505.869)	-	-	(9.740)	(12.938)	-	-	89.386	(632.518)
Pessoal e administradores	(240.858)	(657.382)	(58.341)	(15.096)	(1.913)	(998)	(26)	(8.039)	-	(982.653)
Planos previdenciário e assistencial	(37.860)	(104.234)	(7.113)	(1.142)	-	-	-	(496)	-	(150.845)
Material	(16.104)	(66.018)	(1.730)	(1.102)	(219)	(92)	(264)	(81)	-	(85.610)
Matéria-prima e insumos na produção de energia elétrica	(23.047)	-	-	-	-	(1.984)	-	-	-	(25.031)
Gás natural e insumos na operação de gás	-	-	-	(186.931)	-	-	-	-	-	(186.931)
Serviços de terceiros	(84.802)	(307.494)	(17.769)	(12.120)	(8.450)	(7.082)	(815)	(4.996)	52.095	(391.433)
Depreciação e amortização	(258.907)	(193.969)	(24.523)	(12.648)	(28.347)	(33.080)	(937)	(754)	-	(553.165)
Provisões e reversões	(173.119)	(122.332)	734	65	(246)	3.053	-	2.190	-	(289.655)
Custo de Construção	(108.533)	(606.620)	-	(16.290)	-	-	-	-	-	(731.443)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(118.691)	-	-	-	(6.651)	-	-	-	-	(125.342)
Perdas na desativação e alienação de bens e direitos	(323)	(42.669)	153	-	(13.960)	(24)	-	-	-	(56.823)
Outros custos e despesas operacionais	(23.116)	(65.907)	(5.848)	(2.737)	(1.618)	(898)	(315)	(9.399)	1.161	(108.677)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	39.711	15.943	-	55.654
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUT	687.971	451.983	43.366	43.375	124.107	(24.303)	38.281	(5.632)	-	1.359.148
Resultado financeiro	101.643	256.721	2.923	6.136	(103.619)	17.297	(599)	(55.734)	-	224.768
LUCRO OPERACIONAL	789.614	708.704	46.289	49.511	20.488	(7.006)	37.682	(61.366)	-	1.583.916
Imposto de renda e contribuição social	(264.556)	(297.653)	(12.472)	(18.294)	(13.323)	-	(348)	(4.955)	-	(611.601)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77.349	124.835	1.883	1.214	8.418	-	-	(9.160)	-	204.539
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	602.407	535.886	35.700	32.431	15.583	(7.006)	37.334	(75.481)	-	1.176.854

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras	Holding	Eliminações	Consolidado
31.12.2010										
RECEITA OPERACIONAL	1.721.556	4.939.328	139.153	267.829	180.957	45.374	912	-	(393.996)	6.901.113
Fornecimento de energia elétrica	113.102	2.104.950	-	-	-	-	-	-	(4.649)	2.213.403
Suprimento de energia elétrica	1.300.613	64.471	-	-	180.957	-	912	-	(258.952)	1.288.001
Disponibilidade da rede elétrica	236.698	2.117.454	-	-	-	-	-	-	(81.731)	2.272.421
Receita de construção	41.019	599.634	-	22.881	-	-	-	-	-	663.534
Telecomunicações	-	-	139.153	-	-	-	-	-	(41.271)	97.882
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	237.272	-	-	-	-	-	237.272
Arrendamentos e aluguéis	1.130	53.755	-	-	-	50.001	-	-	(1.200)	103.686
Outras receitas operacionais	28.994	(936)	-	7.676	-	(4.627)	-	-	(6.193)	24.914
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.094.516)	(4.577.731)	(99.047)	(212.120)	(58.751)	(65.688)	(1.846)	(252.440)	393.996	(5.968.143)
Energia elétrica comprada para revenda	(58.281)	(2.170.875)	-	-	(2.071)	-	-	-	258.952	(1.972.275)
Encargos de uso da rede elétrica	(184.585)	(468.723)	-	-	(8.600)	(12.564)	-	-	81.731	(592.741)
Pessoal e administradores	(198.137)	(546.834)	(43.920)	(12.796)	(1.774)	(748)	(29)	(7.276)	-	(811.514)
Planos previdenciário e assistencial	(30.535)	(86.359)	(5.655)	(1.239)	-	-	-	(433)	-	(124.221)
Material	(21.192)	(60.132)	(1.517)	(709)	(226)	(89)	(245)	(14)	-	(84.124)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(20.704)	-	-	-	-	(2.271)	-	-	-	(22.975)
Gás natural e insumos na operação de gás	-	-	-	(144.648)	-	-	-	-	-	(144.648)
Serviços de terceiros	(72.269)	(277.437)	(16.747)	(14.283)	(8.647)	(8.830)	(551)	(4.255)	52.113	(350.906)
Depreciação e amortização	(262.802)	(180.701)	(28.540)	(11.508)	(29.523)	(28.226)	(938)	(754)	-	(542.992)
Provisões e reversões	(17.475)	(106.913)	903	(39)	(155)	-	-	(239.097)	-	(362.776)
Custo de Construção	(40.372)	(599.634)	-	(22.881)	-	-	-	-	-	(662.887)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(106.066)	-	-	-	(6.144)	-	-	-	-	(112.210)
Outros custos e despesas operacionais	(82.098)	(80.123)	(3.571)	(4.017)	(1.611)	(12.960)	(83)	(611)	1.200	(183.874)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	22.061	77.276	-	99.337
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	627.040	361.597	40.106	55.709	122.206	(20.314)	21.127	(175.164)	-	1.032.307
Resultado financeiro	62.311	378.910	4.059	5.256	(102.203)	13.278	706	(13.892)	-	348.425
LUCRO OPERACIONAL	689.351	740.507	44.165	60.965	20.003	(7.036)	21.833	(189.056)	-	1.380.732
Imposto de renda e contribuição social	(221.956)	(193.982)	(11.287)	(20.734)	(14.336)	-	(341)	(35.332)	-	(497.968)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.072	(22.012)	(184)	307	7.724	-	-	76.610	-	127.517
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	532.467	524.513	32.694	40.538	13.391	(7.036)	21.492	(147.778)	-	1.010.281

15 Imobilizado

15.1 Imobilizado em serviço por classe de ativo

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
			31.12.2011
Reservatórios, barragens, adutoras	7.108.618	(4.196.871)	2.911.747
Máquinas e equipamentos	4.457.236	(2.261.433)	2.195.803
Edificações	1.375.685	(933.593)	442.092
Terrenos	182.562	-	182.562
Veículos	38.721	(28.738)	9.983
Móveis e utensílios	10.800	(7.847)	2.953
	13.173.622	(7.428.482)	5.745.140

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
			31.12.2010
Reservatórios, barragens, adutoras	7.122.207	(4.059.368)	3.062.839
Máquinas e equipamentos	4.388.067	(2.103.285)	2.284.782
Edificações	1.381.957	(905.487)	476.470
Terrenos	182.322	-	182.322
Veículos	32.043	(25.951)	6.092
Móveis e utensílios	11.097	(8.367)	2.730
	13.117.693	(7.102.458)	6.015.235

15.2 Mutações do imobilizado por classe de ativo

Consolidado	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Terrenos	216.640	53.458	-	-	(2)	270.096
Edificações, obras civis e benfeitorias	531.839	10.712	(28.887)	-	(6.438)	507.226
Máquinas e equipamentos	2.436.816	212.472	(165.305)	(22.467)	21.978	2.483.494
Veículos	6.095	7.707	(3.176)	-	-	10.626
Móveis e utensílios	2.807	1.231	(597)	(86)	(581)	2.774
Reservatórios, barragens, adutoras	3.186.075	47.976	(137.617)	-	(13.999)	3.082.435
Outros	283.673	569.346	-	(538)	(9)	852.472
	6.663.945	902.902	(335.582)	(23.091)	949	7.209.123

Consolidado	Saldo em 1º.01.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2010
Terrenos	193.101	23.536	-	3	-	216.640
Edificações, obras civis e benfeitorias	526.063	36.506	(30.532)	(198)	-	531.839
Máquinas e equipamentos	2.458.636	143.925	(149.965)	(16.174)	394	2.436.816
Veículos	7.632	1.176	(2.506)	(207)	-	6.095
Móveis e utensílios	3.583	608	(736)	(254)	(394)	2.807
Reservatórios, barragens, adutoras	3.271.980	67.785	(153.690)	-	-	3.186.075
Outros	198.653	94.612	-	(9.811)	219	283.673
	6.659.648	368.148	(337.429)	(26.641)	219	6.663.945

15.3 Imobilizado por empresa

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
			31.12.2011
Em serviço			
Copel Geração e Transmissão	11.463.047	(6.848.148)	4.614.899
Copel Telecomunicações	451.466	(276.901)	174.565
Elejor	590.092	(103.598)	486.494
UEG Araucária	664.878	(196.784)	468.094
Centrais Eólicas do Paraná	4.129	(3.047)	1.082
Cutia	10	(4)	6
	13.173.622	(7.428.482)	5.745.140
Em curso			
Copel Geração e Transmissão	1.354.363	-	1.354.363
Copel Telecomunicações	99.222	-	99.222
Elejor	9.916	-	9.916
UEG Araucária	482	-	482
	1.463.983	-	1.463.983
	14.637.605	(7.428.482)	7.209.123

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
			31.12.2010
Em serviço			
Copel Geração e Transmissão	11.452.043	(6.592.462)	4.859.581
Copel Telecomunicações	407.446	(256.316)	151.130
Elejor	606.907	(87.101)	519.806
UEG Araucária	647.168	(163.738)	483.430
Centrais Eólicas do Paraná	4.129	(2.841)	1.288
	13.117.693	(7.102.458)	6.015.235
Em curso			
Copel Geração e Transmissão	567.606	-	567.606
Copel Telecomunicações	71.161	-	71.161
Elejor	9.943	-	9.943
	648.710	-	648.710
	13.766.403	(7.102.458)	6.663.945

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP, as restrições de utilização da infraestrutura estão estabelecidas no artigo 19 do Decreto Aneel nº 2003/96.

15.4 Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Consolidado
	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2010	6.284.238	375.410	6.659.648
Programa de investimentos - pagos	-	353.367	353.367
Programa de investimentos - a pagar	-	14.781	14.781
Imobilizações de obras	84.104	(84.104)	-
Transferências de bens destinados à alienação	3	-	3
Transferências do intangível em serviço	216	-	216
Quotas de depreciação no resultado	(336.902)	-	(336.902)
Quotas de depreciação - créditos Pasep/Cofins	(527)	-	(527)
Baixas	(15.897)	(10.744)	(26.641)
Em 31.12.2010	6.015.235	648.710	6.663.945
Efeito da 1ª consolidação da Cutia	6	-	6
Programa de investimentos - pagos	-	821.919	821.919
Programa de investimentos - a pagar	-	64.913	64.913
Provisão para litígios	-	16.064	16.064
Imobilizações de obras	86.606	(86.606)	-
Transf. de contas a receber vinculadas à concessão	1.004	-	1.004
Transf. para intangível em serviço	(55)	-	(55)
Quotas de depreciação no resultado	(336.033)	-	(336.033)
Quotas de depreciação - créditos de Pasep/Cofins	451	-	451
Baixas	(22.074)	(1.017)	(23.091)
Em 31.12.2011	5.745.140	1.463.983	7.209.123

15.5 Taxas de depreciação

	Taxas de depreciação (%)	
	31.12.2011	31.12.2010
Geração		
Equipamento geral	9,73	9,73
Geradores	3,09	3,09
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	2,00
Turbina hidráulica	2,47	2,47
Turbinas a gás e a vapor	5,00	5,00
Resfriamento e tratamento de água	5,00	5,00
Condicionador de gás	5,00	5,00
Administração central		
Edificações	4,00	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00	10,00
Móveis e utensílios	10,00	10,00
Veículos	20,00	20,00
Telecomunicações		
Equipamentos de transmissão	7,70	7,70
Equipamentos terminais	10,50	10,50
Infraestrutura	6,30	6,30

A Companhia, quando aplicável, utiliza as taxas de depreciação definidas pelo órgão regulador, em virtude do direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A taxa média para máquinas e equipamentos é de 2,85%.

15.6 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro de seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor em uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil; e
- apuração do valor em uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, referenciada pelo órgão regulador e aprovada pela Administração da Companhia.

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Apesar de não ter ocorrido nenhum indicador de perda de valor recuperável de seus ativos operacionais, a Companhia realizou o teste de recuperação.

Com base nas premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

15.7 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - UHE Mauá

Produtor independente formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10.10.2006, através do Leilão de energia nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá, que terá 361 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 03.07.2007, data da assinatura do contrato.

Os gastos referentes ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS são contabilizados em contas de imobilizado em curso, na proporção da quota-parte.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 350 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 361 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro-leste do Estado do Paraná.

Em 17.11.2008, a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou financiamento para a Usina Hidrelétrica de Mauá. O valor financiado corresponde a aproximadamente 70% do total a ser desembolsado pela Copel naquela usina.

A energia da Usina Hidrelétrica de Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 112,96/MWh, na database de 1º.11.2006, com atualizado pela variação do IPCA para R\$ 147,73 em 31.12.2011. Foram negociados 192 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2011 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, era de 197,7 MW médios, após a completa motorização.

O empreendimento possui Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e Projeto Básico Ambiental apresentados em audiências e reuniões públicas e aprovados pelo órgão licenciador, o que permitiu a emissão da Licença de Instalação nº 6.496/08. A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica de Mauá foi assinada em 21.07.2008.

Devido à liminar judicial no âmbito da Ação Civil Pública nº 1999.7001.007514-6, que provocou atraso no início da geração comercial de cada uma das unidades geradoras, a Copel está lastreando os CCEARs relativos à UHE Mauá com geração própria e com energia adquirida em contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

O empreendimento entrará em operação comercial no segundo semestre de 2012.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados na Companhia de contas Ativo Imobilizado, na proporção de quota-parte no consórcio. Em 31.12.2011, o saldo no Ativo Imobilizado em Curso da Copel Geração e Transmissão relativo ao empreendimento totalizava R\$ 706.843.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Mauá montam em R\$ 31.011 em 31.12.2011 (R\$ 162.035 em 31.12.2010).

15.8 UHE Colíder

Em 30.07.2010, através do Leilão de energia nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, que terá 300 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato e Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região norte do Estado do Mato Grosso.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 1.570.400, valor com database de julho de 2010.

A Copel está solicitando o enquadramento de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a Usina Hidrelétrica Colíder.

A energia da Usina Hidrelétrica Colíder foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizado pela variação do IPCA para R\$ 113,13 em 31.12.2011. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

A ordem de serviço que autoriza o início das obras de implantação foi assinada em 1º.03.2011. Por determinação da Sema-MT, as obras estiveram embargadas entre 20.09.2011 e 19.10.2011. Prosseguem as atividades de mobilização de equipamentos e mão de obra e montagem do canteiro e acampamento. Está concluída a ensecadeira de 1ª fase e iniciados os serviços de execução da ensecadeira de 2ª fase. Concluída a escavação em rocha na região da área de montagem e vertedouro, onde teve início o lançamento de concreto estrutural. Na casa de força, a escavação está em andamento, estando já concluída a escavação comum na barragem de fechamento na margem direita. Os acessos provisórios e definitivos das estruturas do barramento da margem direita e do circuito de geração prosseguem em construção.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Colíder montam em R\$ 901.201 em 31.12.2011.

15.9 PCH Cavernoso II

Em 26.8.2010, no Leilão nº 07/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão comercializou a energia da PCH Cavernoso II, empreendimento com 19 MW de potência instalada, localizado no rio Cavernoso, nos municípios de Virmond e Candói, no Estado do Paraná. Em função desta comercialização, obteve outorga de autorização para implantação e exploração do empreendimento, com prazo de 35 anos a partir de 28.02.2011, data da publicação da Portaria nº 133, de 25.2.2011, do Ministério de Minas e Energia.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força de 19 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 50 mil habitantes.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 120.000, valor com database de agosto de 2010.

A energia da PCH Cavernoso II foi comercializada à tarifa final de R\$ 146,99/MWh, na database de 1º.08.2010, atualizado pela variação do IPCA para R\$ 160,75 em 31.12.2011. Foram negociados 7,73 MW médios, a serem fornecidos a partir de novembro de 2012 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida na Portaria nº 133, de 25.2.2011, do Ministério de Minas e Energia, é de 10,56 MW médios.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à PCH Cavernoso montam em R\$ 60.001 em 31.12.2011.

A Ordem de serviço que autoriza o início da mobilização e consequente início das obras de implantação foi assinada em 18.04.2011. As obras civis prosseguem, com execução do concreto da casa de força, escavação do canal e túnel de adução, execução da barragem e readequação de acesso secundário com execução de pavimentação polidétrica. Estão concluídos os concretos do muro de abraço direito, adufas de desvio e vertedouro. Está sendo executada também a montagem dos condutos forçados.

16 Intangível

	Direito de uso de softwares	Direito de concessão	Contrato de concessão	Amortização acumulada	Outros	Consolidado
						31.12.2011
Em serviço						
Com vida útil definida						
Copel Geração e Transmissão	3.140	-	-	(2.281) ⁽¹⁾	43	902
Copel Distribuição (16.1)	-	-	3.783.331	(2.895.710) ⁽²⁾	-	887.621
Copel Telecomunicações	5.936	-	-	(4.256) ⁽¹⁾	-	1.680
Compagas (16.2)	4.053	-	199.932	(76.846) ⁽²⁾	-	127.139
Elejor (16.3)	-	-	263.920	(52.279) ⁽²⁾	-	211.641
UEG Araucária	230	-	-	(106) ⁽¹⁾	-	124
Direito de concessão - Elejor (16.3)	-	22.626	-	(4.337) ⁽²⁾	-	18.289
Cutia (16.4)	-	5.809	-	- ⁽²⁾	-	5.809
	13.359	28.435	4.247.183	(3.035.815)	43	1.253.205
Com vida útil indefinida						
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	20	20
	-	-	-	-	38	38
	13.359	28.435	4.247.183	(3.035.815)	81	1.253.243
Em curso						
Copel Geração e Transmissão (16.5)	10.430	-	26.120	-	1.686	38.236
Copel Distribuição (16.1)	-	-	599.794	-	-	599.794
Copel Telecomunicações	15.100	-	-	-	5	15.105
Compagas	-	-	48.677	-	-	48.677
Elejor	-	-	-	-	2.790	2.790
Cutia	-	-	-	-	4.913	4.913
	25.530	-	674.591	-	9.394	709.515
Obrigações Especiais						
Copel Distribuição (16.6)	-	-	(407.556)	166.655	-	(240.901)
	-	-	(407.556)	166.655	-	(240.901)
						1.721.857

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

⁽²⁾ Amortização pelo período de concessão

	Direito de uso de softwares	Direito de concessão	Contrato de concessão	Amortização acumulada	Outros	Consolidado
						31.12.2010
Em serviço						
Com vida útil definida						
Copel Geração e Transmissão	2.287	-	-	(1.984) ⁽¹⁾	43	346
Copel Distribuição (16.1)	-	-	3.675.078	(2.675.783) ⁽²⁾	-	999.295
Copel Telecomunicações	4.067	-	-	(3.659) ⁽¹⁾	-	408
Compagas (16.2)	3.473	-	195.767	(64.199) ⁽²⁾	-	135.041
Elejor (16.3)	-	-	263.920	(43.812) ⁽²⁾	101	220.209
UEG Araucária	190	-	-	(72) ⁽¹⁾	-	118
Direito de concessão - Elejor (16.3)	-	22.626	-	(3.582) ⁽²⁾	-	19.044
	10.017	22.626	4.134.765	(2.793.091)	144	1.374.461
Com vida útil indefinida						
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	20	20
	-	-	-	-	38	38
	10.017	22.626	4.134.765	(2.793.091)	182	1.374.499
Em curso						
Copel Geração e Transmissão (16.5)	11.591	-	22.249	-	1.222	35.062
Copel Distribuição (16.1)	-	-	583.261	-	-	583.261
Copel Telecomunicações	12.476	-	-	-	3	12.479
Compagas	-	-	34.440	-	-	34.440
Elejor	-	-	-	-	2.790	2.790
	24.067	-	639.950	-	4.015	668.032
Obrigações Especiais						
Copel Distribuição (16.6)	-	-	(406.333)	112.756	-	(293.577)
	-	-	(406.333)	112.756	-	(293.577)
						1.748.954

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

⁽²⁾ Amortização pelo período de concessão

Mutação do intangível por classes de ativos

	Contrato de concessão	Software	Direito de concessão	Outros	Consolidado
Saldos					
Em 1º.01.2010	1.757.973	3.376	66.716	148	1.828.213
Adições	579.451	25.408	-	2.764	607.623
Transferência para contas a receber vinculadas à concessão	(412.256)	-	-	-	(412.256)
Quotas de amortização-concessão e autorização	(210.602)	(1.268)	(3.100)	-	(214.970)
Baixas	(7.581)	(27)	(44.572)	-	(52.180)
Outros	(7.479)	-	-	3	(7.476)
Em 31.12.2010	1.699.506	27.489	19.044	2.915	1.748.954
Adições	718.583	4.756	5.809	4.913	734.061
Transferência para contas a receber vinculadas à concessão	(520.110)	-	-	-	(520.110)
Quotas de amortização-concessão e autorização	(226.913)	(637)	(755)	-	(228.305)
Baixas	(12.502)	-	-	(101)	(12.603)
Outros	-	(140)	-	-	(140)
Em 31.12.2011	1.658.564	31.468	24.098	7.727	1.721.857

Mutação do intangível analítica

Saldos	Contrato de Concessão				Outros		Concessão/ autorização	Consolidado
	em serviço	em curso	obrigações especiais		em serviço	em curso		
			em serviço	em curso				
Em 1º.01.2010	1.452.475	628.304	(254.612)	(68.194)	2.469	1.055	66.716	1.828.213
Programa de investimentos	-	655.411	-	-	-	28.177	-	683.588
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(89.177)	-	-	-	(89.177)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	40.243	-	-	-	-	-	40.243
Ajustes a valor presente - outorga Aneel	-	(27.042)	-	-	-	-	-	(27.042)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	-	(482.145)	-	69.889	-	-	-	(412.256)
Capitalizações para intangível em serviço	172.084	(172.084)	(22.936)	22.936	1.150	(1.150)	-	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(247.060)	-	46.068	-	(1.268)	-	(3.100)	(205.360)
Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins	(12.060)	-	2.449	-	-	-	-	(9.611)
Transferência de investimentos - bens destinados a uso futuro	-	15	-	-	-	-	-	15
Transferência para imobilizado em serviço	(216)	-	-	-	-	-	-	(216)
Baixas	(12.090)	(2.752)	-	-	(29)	-	(44.572)	(59.443)
Em 31.12.2010	1.353.133	639.950	(229.031)	(64.546)	2.322	28.082	19.044	1.748.954
Efeito da 1ª consolidação da Cutia	-	-	-	-	-	4.913	-	4.913
Programa de investimentos	-	808.687	-	-	-	5.224	5.809	819.720
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(94.396)	-	-	-	(94.396)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	5.457	-	-	-	-	-	5.457
Ajustes a valor presente - outorga Aneel	-	(1.586)	-	-	-	-	-	(1.586)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	-	(613.284)	-	93.173	-	-	-	(520.111)
Capitalizações para intangível em serviço	156.681	(156.681)	(25.312)	25.312	3.295	(3.295)	-	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(265.315)	-	50.800	-	(1.132)	-	(755)	(216.402)
Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins	(14.928)	-	3.099	-	(169)	-	-	(11.998)
Transferência de investimentos - bens destinados a uso futuro	13	-	-	-	-	-	-	13
Transferência para imobilizado em serviço	-	-	-	-	55	-	-	55
Baixas	(4.710)	(7.952)	-	-	(100)	-	-	(12.762)
Em 31.12.2011	1.224.874	674.591	(200.444)	(40.457)	4.271	34.924	24.098	1.721.857

16.1 Copel Distribuição

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A Aneel estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização média de 29% ao ano, limitados ao prazo da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 7).

16.2 Compagas

Ativo intangível relativo à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás e o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. A construção de infraestrutura e aquisição de bens são consideradas como prestação de serviços do Poder Concedente.

O prazo de amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Compagas.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente e a Compagas será indenizada pelos investimentos efetuados com base no valor de reposição amortizado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

16.3 Elejor

Contrato de concessão

Ativo intangível relativo ao direito de uso do bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento (NE nº 24).

Direito de concessão

A aquisição das ações da Elejor pertencentes à Triunfo Participações S.A., em 18.12.2003, gerou direito de concessão no valor total de R\$ 22.626, que em 31.12.2011 apresenta o saldo de R\$ 18.289 na Controladora. O fundamento econômico utilizado para a amortização linear foi a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo remanescente tem vencimento em outubro de 2036. O efeito no resultado em 2011 foi de R\$ 754 (R\$ 754 em 2010).

16.4 Cutia

A aquisição gerou direito de concessão no valor de R\$ 5.807, que será amortizado durante o prazo de concessão, a partir do início da operação comercial do empreendimento, previsto para 1º.01.2015, conforme resoluções autorizativas da Aneel. O prazo de concessão dos parques eólicos é de 30 anos a contar da data de publicação das resoluções autorizativas no Diário Oficial, ocorrida em 05.01.2012.

16.5 Copel Geração e Transmissão

Ativo intangível relativo ao direito de uso do bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível será constituído pelo prazo do contrato de concessão.

Em 31.12.2011 a Companhia possuía os seguintes valores registrados: referente ao Contrato de Concessão - UHE Mauá: R\$ 12.341 (R\$ 10.926 em 31.12.2010) ao Contrato de Concessão - UHE Colíder R\$ 13.779 (R\$ 11.323 em 31.12.2010).

16.6 Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a

Resolução Normativa Aneel nº 234, de 31.10.2006, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338, de 25.11.2008, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média dos ativos correspondentes.

16.7 Valor de recuperação do ativo intangível (vida útil definida)

Apesar de não haver indicadores de perda de recuperação, a Companhia apurou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- O crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- A taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital, conforme NE nº 15.6.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

16.8 Universalização e Programa Luz para Todos

A Aneel estabeleceu condições gerais para a Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica através da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, alterada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW. A Resolução Aneel nº 223, de 29.04.2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, e foi alterada pela Resolução Aneel nº 52, de 25.03.2009. Norteador o processo de revisão dos Planos de Universalização, a Agência Reguladora emitiu a Resolução Aneel nº 175, de 28.11.2005, alterada pela Resolução Aneel nº 365, de 19.05.2009.

O Decreto nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar, que ainda não possui acesso a esse serviço público. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação da Eletrobrás. No caso do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado do Paraná e a Copel.

Além disso, o Programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e na inclusão social da população beneficiada. O Programa foi prorrogado até 31.12.2011 por meio do Decreto nº 7.324, de 05.10.2010, e reeditado por meio do Decreto nº 7.520, de 08.07.2011, com vigência até 2014.

Em 2011, foram ligadas 4.977 novas unidades consumidoras, alcançando aproximadamente 76.000 desde o início do Programa. Para esta nova edição do Programa, o Ministério de Minas e Energia deverá redefinir metas e prazos, bem como será firmado novo Termo de Compromisso.

Foram firmados com a Eletrobrás quatro contratos de financiamento e concessão de subvenção, no total de R\$ 278.152. Os dois primeiros contratos já se encerraram, continuando em vigência apenas o contrato ECFS nº 206/07, do qual já foram liberados R\$ 88.501 sendo R\$ 75.858 com recursos RGR e R\$ 12.643 com recursos de CDE do total de R\$ 109.642 previstos, e contrato ECFS 273/09, do qual já foram liberados R\$ 19.183, sendo R\$ 16.443 com recursos RGR e R\$ 2.740 com recursos de CDE, do total de R\$ 63.930 previstos.

A composição total dos investimentos previstos nos contratos assinados para o Programa é a seguinte:

Origem	R\$	Participação
Governo Federal - subvenção CDE	62.882	19%
Governo do Estado do Paraná	33.002	10%
Financiamento RGR	168.129	51%
Agente executor - Copel	66.007	20%
Total do programa	330.020	100%

Até dezembro de 2011, o valor total investido no Programa Luz para Todos foi de R\$ 352.274.

17 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	39.493	29.987
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	23.900	18.866
	63.393	48.853
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	152	242
Férias	76.142	60.022
Participação nos lucros e/ou resultados	48.068	66.151
Desligamentos voluntários	36.338	314
Consignações a favor de terceiros	2	2
	160.702	126.731
	224.095	175.584

18 Fornecedores

		Consolidado
	31.12.2011	31.12.2010
Encargos de uso da rede elétrica	79.795	67.771
Suprimento de energia elétrica	316.262	286.941
Materiais e serviços		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - aquisição de gás pela Compagas	40.698	25.720
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação (18.1)	53.998	48.312
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação - NC (18.1)	107.996	144.936
Outros fornecedores	257.166	183.824
	459.858	402.792
	855.915	757.504
Circulante	747.453	612.568
Não circulante - NC	108.462	144.936

18.1 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação

Em 06.03.2006, a Copel assinou acordo com a Petrobras, visando equacionar as pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária. O acordo consistiu na assinatura de Contrato de Transação Extrajudicial pelo qual a Copel Geração, tendo a Copel como devedora solidária, confessou dívida de R\$ 150.000 para com a Petrobras, esta na qualidade de cessionária dos créditos da Compagas com a Copel Geração, a ser paga em 60 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa selic.

Em 30.05.2006, a Copel Geração assinou Termo de Ratificação de Quitação Mútua com a Compagas, no qual as partes dão-se plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação mútua de todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural que celebraram entre si em 30.05.2000, rescindido em 31.05.2005, nada mais tendo a reclamar uma contra a outra, a qualquer título, a partir da assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial com Confissão de Dívida que ajustaram juntamente com a Petrobras, com a participação da Copel, remanescendo a dívida ali confessada pela Copel Geração.

18.2 Principais contratos de compra de energia

O quadro abaixo apresenta os principais contratos de compra de energia, firmados em ambiente regulado. Tais contratos estão apresentados pelo valor original e são reajustados anualmente pelo IPCA.

	Período de suprimento	Energia comprada (MWh médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2005	2005 a 2012	947,98	07.12.2004	57,51
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	457,85	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	11,12	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	69,59	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	43,79	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	160,11	14.12.2006	104,74
10º Leilão Ajuste P-04M	Mar a Jun 2011	7,69	17.02.2011	101,80
10º Leilão Ajuste P-10M	Mar a Dez 2011	20,12	17.02.2011	115,04
11º Leilão Ajuste P-12M	Jan a Dez 2012	26,89	30.09.2011	73,63
		1.745,12		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,93	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,26	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	41,59	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	66,31	16.12.2005	114,57
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	64,30	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	18,32	26.07.2007	134,64
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	52,50	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	117,27	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	51,07	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	12,24	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	303,99	30.09.2008	145,23
Santo Antônio	2012 a 2041	106,00	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	141,51	19.05.2008	71,37
		1.119,78		

19 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado			Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2011 Total	31.12.2010	31.12.2011 31.12.2010
Moeda estrangeira					
BID (19.1)	-	-	-	9.233	-
STN (19.2)	3.919	565	4.484	5.278	51.397
Eletrobrás	6	-	6	5	15
	3.925	565	4.490	14.516	51.412
Moeda nacional					
Banco do Brasil (19.3)	209	39.670	39.879	12.779	1.464.325
Eletrobrás (19.4)	45.445	9	45.454	44.643	216.031
BNDES - Compagas (19.5)	48	-	48	6.330	-
Finep (19.6)	1.951	11	1.962	1.967	3.904
BNDES (19.7)	9.718	2.618	12.336	1.389	159.901
Banco do Brasil					
Repasse BNDES (19.8)	9.716	2.602	12.318	1.471	159.869
	67.087	44.910	111.997	68.579	2.004.030
	71.012	45.475	116.487	83.095	1.280.982

Controladora			Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2011 Total	31.12.2010	31.12.2011 31.12.2010
Moeda estrangeira					
STN (19.2)	3.919	565	4.484	5.278	53.943 51.397
Moeda nacional					
Banco do Brasil (19.3)	-	39.668	39.668	12.582	911.829 329.600
	3.919	40.233	44.152	17.860	965.772 380.997

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador				
	31.12.2011	%	31.12.2010	%
Moeda estrangeira				
Dólar norte-americano	58.445	2,69	56.695	4,16
Cesta de moedas do BID	-	-	9.233	0,68
	58.445	2,69	65.928	4,84
Moeda nacional				
TJLP	350.302	16,11	285.709	20,94
IGP-M	475	0,02	616	0,05
Ufir	115.074	5,29	125.363	9,19
Finel	146.411	6,73	176.954	12,97
UMBND	48	-	6.373	0,47
CDI	1.503.717	69,16	703.134	51,54
	2.116.027	97,31	1.298.149	95,16
	2.174.472	100,00	1.364.077	100,00

Indexador e variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	31.12.2011	31.12.2010
Dólar norte-americano	12,56	(4,31)
Cesta de moedas do BID	0,00	3,86
TJLP	6,00	6,00
IGP-M	5,10	11,32
Finel	1,01	2,18
UMBND	0,00	(3,76)
CDI	2,17	24,44

Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Consolidado	
			31.12.2011	31.12.2010
2012	-	-	-	67.701
2013	2.518	201.566	204.084	188.168
2014	1.260	727.762	729.022	516.517
2015	-	549.593	549.593	183.780
2016	-	243.894	243.894	46.919
2017	-	34.201	34.201	30.188
2018	-	33.292	33.292	29.278
2019	-	30.544	30.544	26.530
2020	-	27.949	27.949	23.935
2021	-	22.849	22.849	18.834
2022	-	22.844	22.844	17.186
após 2022	50.177	109.536	159.713	131.946
	53.955	2.004.030	2.057.985	1.280.982

Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2010	24.778	67.865	56.920	716.279	865.842
Ingressos	-	-	-	552.479	552.479
Encargos	3.491	-	82.096	11.850	97.437
Variação monetária e cambial	(928)	(1.687)	441	3.494	1.320
Transferências	14.766	(14.766)	54.532	(54.532)	-
Amortização - principal	(12.777)	-	(33.816)	-	(46.593)
Amortização - juros e variação	(14.814)	-	(91.594)	-	(106.408)
Em 31.12.2010	14.516	51.412	68.579	1.229.570	1.364.077
Ingressos	-	-	-	816.431	816.431
Encargos	2.537	-	107.000	50.195	159.732
Variação monetária e cambial	617	5.912	95	1.501	8.125
Transferências	3.369	(3.369)	93.667	(93.667)	-
Amortização - principal	(7.953)	-	(40.693)	-	(48.646)
Amortização - juros e variação	(8.596)	-	(116.651)	-	(125.247)
Em 31.12.2011	4.490	53.955	111.997	2.004.030	2.174.472

19.1 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15.01.1991, totalizando US\$ 135.000. A dívida é amortizada semestralmente, com vencimento final em janeiro de 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o quarto trimestre de 2010, foi de 4,13% a.a.

O contrato foi liquidado em seu vencimento, em 15.01.2011.

19.2 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A reestruturação da dívida de médio e longo prazo, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	Consolidado	
				31.12.2011	31.12.2010
<i>Par Bond</i>	30	15.04.2024	30	29.935	26.591
<i>Capitalization Bond</i>	20	15.04.2014	10	6.392	7.947
<i>Debt Conversion Bond</i>	18	15.04.2012	10	1.412	3.761
<i>Discount Bond</i>	30	15.04.2024	30	20.688	18.376
				58.427	56.675

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)	Amortizações
<i>Par Bond</i>	6,0	única
<i>Capitalization Bond</i>	8,0	semestral
<i>Debt Conversion Bond</i>	Libor semestral + 0,8750	semestral
<i>Discount Bond</i>	Libor semestral + 0,8125	única

Em garantia a esse contrato, a Companhia cede e transfere à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 15.477 e R\$ 22.076, em 31.12.2011 (R\$ 10.850 e R\$ 15.430, em 31.12.2010), respectivamente (NE nº 4).

19.3 Banco do Brasil S.A.

Contratos	31.12.2011	Consolidado 31.12.2010
Contrato particular de cessão de crédito - Lei nº 8.727/93 (1)	487	651
Notas de crédito (2)	951.497	342.182
Contrato de abertura de crédito fixo nº 21/02155-4 (3)	396.295	360.953
Contrato de abertura de crédito fixo nº 21/02248-8 (4)	155.925	-
	1.504.204	703.786

1) Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil, assinado em 30.03.1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema *price*, a partir de 1º.04.1994, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e taxa de juros de 5,098% a.a. A garantia é vinculada à receita própria;

2) Notas de crédito da Controladora, relacionadas a seguir:

Notas de crédito	Data da emissão	Vencimento do principal	Encargos financeiros vencíveis semestralmente	Principal	Custos Transação	Encargos	Total
Comercial nº 330.600.129	31.01.2007	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000	-	1.454	30.454
Industrial nº 330.600.132	28.02.2007	28.02.2014	106,2% da taxa média do CDI	231.000	-	9.170	240.170
Industrial nº 330.600.151	31.07.2007	31.07.2014	106,5% da taxa média do CDI	18.000	-	902	18.902
Industrial nº 330.600.156	28.08.2007	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348	-	571	14.919
Industrial nº 330.600.157	31.08.2007	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252	-	1.445	38.697
Industrial nº 330.600.609	19.08.2011	21.07.2014	109,41% da taxa média do CDI	200.000	(4.257)	8.708	208.708
Industrial nº 330.600.609	19.08.2011	21.07.2015	109,41% da taxa média do CDI	200.000	(5.922)	8.709	208.709
Industrial nº 330.600.609	19.08.2011	21.07.2016	109,41% da taxa média do CDI	200.000	(7.592)	8.709	208.709
				929.600	(17.771)	39.668	969.268

Nota de Crédito Industrial nº 330.600.609, no valor de R\$ 600.000, assinado em 19.08.2011 com a finalidade única e exclusiva de pagamentos de dívidas. Os encargos financeiros serão pagos semestralmente a cada database, de forma que, com o pagamento da última prestação, ocorra a liquidação da dívida. O montante de R\$ 600.000 foi liberado em sua totalidade em 31.08.2011.

Como garantia, foi dada autorização ao Banco do Brasil para aplicar, na cobertura parcial ou total do saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, quaisquer importâncias levadas, a qualquer título, a crédito da conta depósito. Foi autorizado, também, em caráter irrevogável e irretratável, independentemente de prévio aviso, proceder à compensação entre o crédito do banco, correspondente ao saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, e os créditos de qualquer natureza que a Companhia tenha ou venha a ter com o Banco do Brasil. A garantia só será exercida quando descumpridas as cláusulas em contrato.

- 3) Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 21/02155-4 no valor de R\$ 350.000, firmado entre a Copel Distribuição e o Banco do Brasil, assinado em 10.09.2010, destinado única e exclusivamente ao financiamento de capital de giro.

A dívida será paga em 3 prestações anuais e sucessivas, a primeira com vencimento em 25.08.2013, no valor de R\$ 116.666, e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015, acrescidas de encargos financeiros proporcionais à parcela de principal amortizado, de forma que, com o pagamento da última prestação, ocorra a liquidação da dívida.

Sobre o saldo devedor incidirão encargos, calculados com base no índice de remuneração básica das cadernetas de poupança - IRP e encargos adicionais com base na taxa flutuante de juros que serão calculados pelo método exponencial, com base na taxa equivalente diária - ano civil (365 ou 366 dias). A taxa efetiva resultante da unificação da taxa flutuante de juros, com o IRP, será equivalente, em cada período de cálculo, a 98,5% da variação do CDI nesse mesmo período. Os encargos serão debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada ao contrato, a cada database no vencimento e na liquidação da dívida, para pagamento juntamente com as parcelas do principal.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Distribuição se obriga a ceder, vincular e penhorar em garantia a favor do Banco do Brasil, duplicatas mercantis, devidamente endossadas e acompanhadas de borderôs.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

O montante de R\$ 350.000 foi liberado em sua totalidade em 10.09.2010.

- 4) Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 21/02248-8 no valor de R\$ 150.000, firmado entre a Copel Distribuição e o Banco do Brasil, assinado em 22.06.2011, destinado única e exclusivamente ao financiamento de capital de giro.

A dívida será paga em uma única prestação, com vencimento em 1º.06.2015.

Sobre o saldo devedor incidirão encargos, calculados com base no índice de remuneração básica das cadernetas de poupança - IRP e encargos adicionais com base na taxa flutuante de juros que serão calculados pelo método exponencial, com base na taxa equivalente diária - ano civil (365 ou 366 dias). A taxa efetiva resultante da unificação da taxa flutuante de juros, com o IRP, será equivalente, em cada período de cálculo, a 99,5% da variação do CDI nesse mesmo período. Os encargos serão debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada ao contrato, a cada database no vencimento e na liquidação da dívida, para pagamento juntamente com a parcela do principal em 1º.06.2015.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Distribuição se obriga a ceder, vincular e penhorar em garantia a favor do Banco do Brasil, duplicatas mercantis, devidamente endossadas e acompanhadas de borderôs.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

O montante de R\$ 150.000 foi liberado em sua totalidade em 22.06.2011.

19.4 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Foram originados empréstimos de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás - Finel e da Reserva Global de Reversão - RGR para expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em setembro de 1994 e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 5,0% a 8,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e da Unidade Fiscal de Referência - Ufir.

O contrato ECFS - 142/06 foi assinado em 11.05.2006 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 74.340, para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos", sendo R\$ 42.480 financiados com recursos da RGR e R\$ 31.860 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a. e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.09.2018.

O total de recursos desembolsados foi R\$ 63.104, sendo R\$ 36.056 com recursos da RGR e R\$ 27.048 com recursos da CDE. Está encerrada a fase de desembolsos.

O contrato ECFS - 206/07 foi assinado em 03.03.2008 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 126.430, para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos". Em 14.09.2010 foi assinado o aditivo ECFS-206-D / 2010, que altera o valor do financiamento para R\$ 109.642, sendo R\$ 93.979 financiado com recursos da RGR e R\$ 15.663 a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.08.2020. Em agosto de 2008, houve liberação de R\$ 37.929, sendo R\$ 32.511 com recursos da RGR e R\$ 5.418 com recursos da CDE. Em junho de 2009, foram liberados R\$ 25.286, sendo R\$ 21.674 com recursos da RGR e R\$ 3.612 com recursos da CDE. Em março de 2010, foram liberados R\$ 25.286, sendo R\$ 21.674 com recursos da RGR e R\$ 3.612 com recursos da CDE.

O contrato ECFS - 273/09 foi assinado em 18.02.2010 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 63.944, para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos", sendo R\$ 54.809 financiados com recursos da RGR e R\$ 9.134 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.12.2022. Em dezembro de 2010, foram liberados R\$ 19.183, sendo R\$ 16.443 com recursos da RGR e R\$ 2.740 com recursos da CDE.

O contrato ECF - 2540/06 foi assinado em 12.05.2009 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 2.844, para aplicação no Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - ReLuz, sendo os R\$ 2.844 financiados com recursos da RGR e destinados à cobertura de 75% do custo total do Projeto de Melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Município de Ponta Grossa, no Paraná. O contrato possui carência de nove meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1,5% a.a., e será pago em 60 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.10.2016. Em janeiro de 2011 foram liberados R\$ 284 e em agosto de 2011 R\$ 1.935, com recursos da RGR. Os juros vencíveis em cada mês durante a carência serão incorporados ao saldo devedor.

A garantia é representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

19.5 BNDES - Compagas

Financiamento obtido junto ao BNDES para a expansão da rede de distribuição de gás. Este financiamento está dividido em subcréditos, sendo uma parte atualizada pela taxa de juros de 4% a.a. acrescida de TJLP, e outra pela variação da Unidade Monetária do BNDES - UMBND. Este contrato não possui cláusulas restritivas, com vencimento da última parcela em 15.01.2012.

A garantia do financiamento está vinculada aos recebíveis da Compagas pelo fornecimento de gás, correspondentes a duas parcelas do financiamento, que devem ser exclusivamente recebidos e mantidos através de conta corrente no Banco Itaú S.A.

19.6 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contratos		Consolidado
	31.12.2011	31.12.2010
Contrato nº 02070791-00 (1)	3.440	4.586
Contrato nº 02070790-00 (2)	2.426	3.236
	5.866	7.822

- 1) Contrato nº 02070791-00, assinado em 28.11.2007, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do "Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007".

Crédito no valor de R\$ 5.078, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 1.464, foi liberada em abril de 2008, a segunda, de R\$ 2.321, em maio de 2009, a terceira de R\$ 866, em dezembro de 2010 e as demais parcelas conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros fixos de 6,37% a.a. resultante do fator de equalização, pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor está sendo pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014.

Como garantia ao contrato, a Copel Geração e Transmissão autoriza o Banco do Brasil a efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada.

- 2) Contrato nº 02070790-00, assinado em 28.11.2007 com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007”.

Crédito no valor de R\$ 3.535, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 844, foi liberada em outubro de 2008, a segunda, R\$ 2.451 em dezembro de 2009, e as demais serão liberadas conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros fixos de 6,13 % a.a. resultante do fator de equalização, pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor está sendo pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014.

Como garantia ao contrato, a Copel Geração e Transmissão autoriza o Banco do Brasil a efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada.

- 3) Contrato nº 02100567-00, assinado em 29.11.2010, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto BEL” da Copel Telecomunicações.

Crédito de R\$ 52.198 a ser disponibilizado em 6 parcelas, respeitada a disponibilidade financeira e orçamentária da Finep. Sobre o principal da dívida serão calculados juros fixos de 4% a.a. resultante do fator de equalização, a serem pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 81 parcelas mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.08.2012 e a última em 15.04.2019.

Até a presente data não houve liberação de recursos.

19.7 BNDES - Copel Geração e Transmissão

Contrato nº 08.2.0989.1, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e o BNDES, com interveniência da Copel, assinado em 17.03.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente, de acordo com as necessidades do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES.

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 1,63% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Geração e Transmissão se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do BNDES, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora para tal fim, além de constituir e manter duas “Contas-Reserva” para o caso de haver insuficiência de recursos na “Conta Centralizadora”. A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre Copel Geração e Transmissão, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em julho de 2009, no valor de R\$ 55.748, a segunda em fevereiro de 2010, no valor de R\$ 29.193, a terceira ocorreu em dezembro de 2010, no valor de R\$ 52.555, a quarta em junho de 2011, no valor de R\$ 27.489 e a última, no valor de R\$ 8.634, em novembro de 2011.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

19.8 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato nº 21/02000-0, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e o Banco do Brasil, com interveniência da Copel, assinado em 16.04.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente de acordo com o Quadro de Usos e Fontes, anexo ao contrato.

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 2,13% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do principal. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Geração e Transmissão se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do Banco do Brasil, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora para tal fim, além de constituir e manter duas contas-reserva para o caso de haver insuficiência de recursos na conta centralizadora. A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre Copel Geração e Transmissão, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em agosto de 2009, no valor de R\$ 55.748, a segunda em março de 2010, no valor de R\$ 29.193, a terceira ocorreu em dezembro de 2010, no valor de R\$ 52.555, a quarta em junho de 2011, no valor de R\$ 27.498, e a última no valor de R\$ 8.600 em novembro de 2011.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

19.9 Contratos com cláusulas de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como: alterar a participação acionária da Companhia no capital social que represente alteração de controle sem a prévia anuência; especificamente para a Copel Geração e Transmissão, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2011 todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

20 Debêntures

20.1 Mutação das debêntures

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2010	54.195	753.384	807.579
Encargos	62.824	-	62.824
Transferências	753.384	(753.384)	
Amortização - principal	(177.908)	-	(177.908)
Amortização - juros e variação	(71.338)	-	(71.338)
Em 31.12.2010	621.157	-	621.157
Encargos	48.094	-	48.094
Amortização - principal	(600.000)	-	(600.000)
Amortização - juros e variação	(69.251)	-	(69.251)
Em 31.12.2011	-	-	-

20.2 Debêntures - Controladora

A emissão em série única de 60.000 debêntures constituiu a quarta emissão simples realizada pela Controladora, em 1º.09.2006, no valor de R\$ 600.000, concluída em 06.10.2006, com subscrição integral no valor total de R\$ 607.899, com prazo de vigência de 5 anos a contar da data de emissão e vencimento final, em série única, em 1º.09.2011. A espécie das debêntures é simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas e sem garantias, foram remuneradas a 104% da taxa de Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI over, até o momento de sua liquidação em 1º.09.2011.

21 Benefícios Pós-Emprego

21.1 Plano de benefício previdenciário

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 33/IAS 19 e IFRC 14, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19. As premissas econômicas e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

21.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas subsidiárias alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

21.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Plano previdenciário (21.1)	14.410	9.111
Plano assistencial (21.2)	454.465	399.352
	468.875	408.463
Circulante	36.037	24.255
Não circulante	432.838	384.208

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Plano previdenciário (CD)	50.664	51.801
Plano previdenciário (CD) - administradores	455	471
Plano assistencial - pós-emprego	71.620	48.314
Plano assistencial	35.471	31.090
Plano assistencial - administradores	41	8
	158.251	131.684
(-) Apropriação no imobilizado e intangível em curso	(7.406)	(7.463)
	150.845	124.221

O custo anual estimado para o exercício de 2011 pelo atuário independente resultou em receita devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

Mutação de benefícios pós-emprego

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2010	22.505	352.976	375.481
Apropriação do cálculo atuarial	-	48.314	48.314
Contribuições previdenciárias e assistenciais	83.370	-	83.370
Transferências	17.082	(17.082)	-
Amortizações	(98.702)	-	(98.702)
Em 31.12.2010	24.255	384.208	408.463
Apropriação do cálculo atuarial	-	71.620	71.620
Contribuições previdenciárias e assistenciais	86.631	-	86.631
Transferências	22.990	(22.990)	-
Amortizações	(97.839)	-	(97.839)
Em 31.12.2011	36.037	432.838	468.875

21.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09

21.4.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2011 e 2010, estão demonstradas a seguir:

Consolidado	2011		2010	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,20%	-	5,07%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	5,39%	10,87%	6,00%	11,37%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,30%	2,00%	7,17%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 83
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light M

21.4.2 Número de participantes e beneficiários

Consolidado	Plano previdenciário		Plano assistencial	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Número de participantes ativos	10.049	8.984	9.180	8.685
Número de participantes inativos	6.514	6.337	5.247	5.092
Número de dependentes	-	-	24.006	23.927
Total	16.563	15.321	38.433	37.704

21.4.3 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

Consolidado	Plano BD	Plano CD
Em 31.12.2011		
Participantes aposentados	21,50	26,19
Participantes pensionistas	23,06	31,46
Em 31.12.2010		
Participantes aposentados	22,02	26,67
Participantes pensionistas	19,26	29,25

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 63,3 anos.

21.4.4 Avaliação atuarial

Planos de benefícios definidos	Plano previdenciário	Plano assistencial	Consolidado	
			31.12.2011	31.12.2010
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.807.850	563.823	4.371.673	4.003.550
Valor justo dos ativos do plano	(3.984.143)	(120.790)	(4.104.933)	(4.068.166)
Estado de cobertura do plano	(176.293)	443.033	266.740	(64.616)
Ganhos/perdas atuariais diferidos	-	11.432	11.432	(21.012)
Ativo não reconhecido	176.293	-	176.293	484.980
Total do passivo	-	454.465	454.465	399.352

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Em 31.12.2011, o saldo dos valores acumulados do plano de contribuição definida monta R\$ 1.853.973 (R\$ 1.643.297 em 31.12.2010).

21.4.5 Movimentação do passivo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2010	2.915.084	476.227
Custo de serviço	15.760	6.180
Custo dos juros	311.160	47.277
Benefícios pagos	(227.651)	(45.750)
(Ganhos) / perdas atuariais	440.273	64.990
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2010	3.454.626	548.924
Custo de serviço	22.616	6.507
Custo dos juros	383.499	62.314
Benefícios pagos	(243.185)	(100.235)
(Ganhos) / perdas atuariais	190.294	46.313
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2011	3.807.850	563.823

21.4.6 Movimentação do ativo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2010	3.509.658	110.981
Retorno esperado dos ativos	393.702	12.776
Contribuições e aportes	25.138	-
Benefícios pagos	(227.651)	(45.750)
Ganhos / (perdas) atuariais	238.759	50.553
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2010	3.939.606	128.560
Retorno esperado dos ativos	441.922	13.556
Contribuições e aportes	24.121	-
Benefícios pagos	(243.185)	(100.235)
Ganhos / (perdas) atuariais	(178.321)	78.909
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2011	3.984.143	120.790

21.4.7 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2012, segundo critérios atuariais da Deliberação CVM nº 600/09, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total
			2012
Custo do serviço corrente	330	2.341	2.671
Custo estimado dos juros	342.636	83.075	425.711
Rendimento esperado do ativo do plano	(421.581)	(13.867)	(435.448)
Contribuições estimadas dos empregados	(15.180)	-	(15.180)
Amortização de ganhos e perdas	-	102	102
Custos (receitas)	(93.795)	71.651	(22.144)

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

21.4.8 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	5,39%	-9,50%	11,50%
Impactos em milhares de reais - R\$		(361.746)	437.903
Impactos nas obrigações do programa de saúde	5,39%	-2,90%	3,20%
Impactos em milhares de reais - R\$		(16.253)	17.935
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	18,00%	-14,50%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		1.120	(747)
Sensibilidade da taxa de crescimento salarial			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	2,00%	0,07%	-0,06%
Impactos em milhares de reais - R\$		2.665	(2.285)

21.4.9 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia nos próximos cinco anos e o total de benefícios para os cinco exercícios fiscais subsequentes são apresentados abaixo:

Consolidado	Plano previdenciário	Outros Benefícios	Total
2012	320.924	20.892	341.816
2013	286.351	20.904	307.255
2014	293.510	20.917	314.427
2015	303.313	20.922	324.235
2016	314.827	20.924	335.751
2017 a 2020	2.005.687	103.863	2.109.550

21.4.10 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2011 e a alocação-meta para 2012, por categoria de ativos, são as seguintes:

Consolidado	Meta para 2012	2011
Renda fixa	85,7%	85,6%
Renda variável	8,5%	10,0%
Empréstimos	2,1%	1,6%
Imóveis	2,6%	1,6%
Investimentos estruturados	1,0%	1,0%
Outros	0,1%	0,2%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

Consolidado	Plano I e II (BD)		Plano III (CD)	
	meta (%)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	89,0%	87,0%	72,0%	50,0%
Renda variável	5,0%	0,0%	22,0%	0,0%
Empréstimos	1,0%	0,0%	5,0%	0,0%
Imóveis	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Investimentos estruturados	1,0%	0,0%	1,0%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano

A administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%

Em 31.12.2011 e 2010, o valor dos ativos do plano previdenciário incluíam os seguintes títulos mobiliários emitidos pela Copel:

Consolidado	Plano previdenciário de benefícios definidos	
	31.12.2011	31.12.2010
Ações	2.334	5.229
	2.334	5.229

21.4.11 Ativos do plano e a taxa de retorno esperada

As principais categorias de ativos do plano e a taxa de retorno esperada para cada categoria no final do período são apresentadas a seguir:

Consolidado	Retorno esperado		Valor justo dos ativos do plano	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Renda fixa	11,5%	9,5%	5.290.117	4.893.772
Renda variável	23,0%	20,0%	482.156	408.049
Empréstimos	11,8%	15,4%	95.084	87.610
Imóveis	11,8%	9,5%	103.219	91.235
Investimentos estruturados	0,0%	0,0%	2.077	3.011
Outros	11,5%	12,7%	-	11.953
Retorno médio ponderado esperado (*)	12,4%	10,0%	679.185	502.727

(*) O percentual do retorno médio ponderado esperado é obtido com a divisão do valor do retorno esperado pela posição dos investimentos do ano anterior.

O valor do retorno médio ponderado esperado é obtido pela multiplicação da posição dos segmentos do ano anterior pelo percentual do retorno esperado no ano corrente.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

O atual retorno dos ativos dos planos é de R\$ 649.515 (R\$ 636.495 em 2010).

O histórico dos ajustes pela experiência está demonstrado a seguir:

	Plano previdenciário - BD		Plano assistencial	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(3.807.850)	(3.454.626)	(563.823)	(550.089)
Valor justo dos ativos do plano	3.984.143	3.939.606	120.790	128.560
Déficit / Superávit	176.293	484.980	(443.033)	(421.529)
(Ganhos) ou perdas atuariais nas obrigações	190.294	(440.273)	46.312	(64.995)
Ajuste de tabela biométrica	(108.012)	-	(1.336)	-
Ajustes na taxa de juros	(229.386)	-	(33.944)	-
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(147.104)	(440.273)	11.032	(64.995)
Ajustes pela experiência dos ativos do plano	(178.321)	238.759	78.909	50.553

Em 2012, a Companhia espera contribuir com R\$ 58.857 para o plano previdenciário, que inclui os planos de benefícios definidos (planos I e II) e o plano de contribuição definida (plano III), e R\$ 66.270 para o plano assistencial.

21.4.12 Informações adicionais

A Copel também patrocina um plano de contribuição definida para todos os empregados.

As contribuições nos exercícios encerrados em 31.12.2011 e 2010 foram de R\$ 51.178 e R\$ 51.689, respectivamente.

22 Encargos do Consumidor a Recolher

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Conta de consumo de combustível - CCC	30.154	27.607
Conta de desenvolvimento energético - CDE	20.718	18.807
Reserva global de reversão - RGR	19.639	9.691
	70.511	56.105

23 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.

Os saldos constituídos para aplicação em projetos de P&D e PEE são compostos da seguinte forma:

23.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2010
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	3.018	-	3.018	2.686
MME	-	1.510	-	1.510	1.344
P&D	13.972	-	106.964	120.936	109.061
	13.972	4.528	106.964	125.464	113.091
Programa de eficiência energética - PEE					
	47.477	-	78.623	126.100	133.632
	61.449	4.528	185.587	251.564	246.723
Circulante				156.915	155.991
Não circulante				94.649	90.732

23.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT circulante	MME circulante	P&D circulante	P&D não circulante	PEE circulante	PEE não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2010	1.325	682	49.653	54.908	69.345	35.585	211.498
Constituições	15.934	7.948	1.124	15.093	-	21.240	61.339
Juros Selic	-	-	638	6.333	-	12.314	19.285
Transferências	-	-	7.606	(7.606)	47.135	(47.135)	-
Recolhimentos	(14.573)	(7.286)	-	-	-	-	(21.859)
Conclusões	-	-	(18.688)	-	(4.852)	-	(23.540)
Em 31.12.2010	2.686	1.344	40.333	68.728	111.628	22.004	246.723
Constituições	17.593	8.796	1.443	16.182	-	24.034	68.048
Juros Selic	-	-	220	10.371	-	8.075	18.666
Transferências	-	-	9.254	(9.254)	45.491	(45.491)	-
Recolhimentos	(17.262)	(8.630)	-	-	-	-	(25.892)
Conclusões	-	-	(16.340)	-	(39.641)	-	(55.981)
Em 31.12.2011	3.017	1.510	34.910	86.027	117.478	8.622	251.564

24 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela utilização do bem público - UBP incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão, sendo a contrapartida do valor registrada no ativo intangível.

Consolidado		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.12.2011	31.12.2010		31.12.2011	31.12.2010
Copel Geração e Transmissão					
UHE Mauá (24.1.1)	615	-		11.726	10.926
UHE Colider (24.1.2)	-	-		13.779	11.323
Elejor					
Complexo Energ. Fundão-Santa Clara (24.2.1)	44.041	40.984		344.937	317.850
	44.656	40.984		370.442	340.099

	Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente
2012	44.678	44.656
2013	44.891	38.192
2014	44.891	34.434
2015	46.259	32.119
Após 2015	985.056	265.697
	1.165.775	415.098

Em 2011, foram registradas despesas de R\$ 71.383 e R\$ 8.263 (R\$ 55.501 e R\$ 8.797, em 2010) nas contas de despesas financeiras e de amortização de intangível.

24.1 Geração e Transmissão

24.1.1 UHE Mauá (NE nº 15.7)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Copel recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, o valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de 1.262), conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 001/07 - MME UHE Mauá.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 5,65% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 31.12.2011 é de R\$ 12.341 (R\$ 10.926 em 31.12.2010).

24.1.2 UHE Colíder (NE 15.8)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Copel recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, o valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, conforme Cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 001/11 - MME UHE Colíder.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 7,74% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 31.12.2011 é de R\$ 13.779 (R\$ 11.323 em 31.12.2010).

24.2 Elejor

24.2.1 Complexo Energético Fundão - Santa Clara - AHE's Fundão e Santa Clara

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Elejor recolherá à União, do 6º ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, conforme Termo de Ratificação do Lance, conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 125/01 - Aneel - Complexo Energético Fundão - Santa Clara - AHEs Fundão e Santa Clara.

As parcelas são corrigidas anualmente, tomando-se por base a variação do IGP-M, a partir de maio de 2001.

O valor principal na data de assinatura do contrato de concessão era de R\$ 570.000. Este valor atualizado mensalmente pela variação do IGP-M e abatido dos valores mensais já pagos, em 31.12.2011 representa a importância de R\$ 1.097.352 (R\$ 1.041.968 em 31.12.2010).

O referido montante original na data de assinatura do contrato foi registrado a valor presente, o qual, em 31.12.2011, está registrado no passivo pelo montante de R\$ 388.978 (R\$ 358.834 em 31.12.2010), sendo que R\$ 44.041 constam no Passivo Circulante e R\$ 344.937 no Passivo não Circulante.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 11% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

A presente concessão foi outorgada em 23.10.2001, com assinatura de contrato em 25.10.2001 e data final prevista para 25.10.2036.

25 Outras Contas a Pagar

		Consolidado
	31.12.2011	31.12.2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	19.332	16.135
Consumidores	17.412	7.107
Taxa de iluminação pública arrecadada	14.875	18.224
Devolução ao consumidor	7.837	7.027
Cauções em garantia	7.688	5.946
Parcerias em consórcios	7.031	339
Entidades seguradoras	2.335	3.005
Taxa de fiscalização Aneel	1.694	1.638
Outras obrigações	8.525	11.887
	86.729	71.308
	Circulante	86.676
	Não circulante - NC	53
		71.308
		-

26 Contingências e Provisões para Litígios

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Consolidado		31.12.2011		31.12.2010	
	Provisão para litígios	Depósitos vinculados	Provisão para litígios	Depósitos vinculados	
Fiscais (26.1)	281.937	26.272	321.479	26.226	
Trabalhistas (26.2)	128.505	19.050	146.348	25.329	
Benefícios a empregados (26.3)	58.089	-	53.245	-	
Cíveis (26.4)					
Fornecedores (26.4.1)	88.003	70.568	86.101	70.568	
Cíveis e direito administrativo (26.4.2)	112.059	15.342	73.237	12.002	
Servidões de passagem (26.4.3)	4.839	-	9.065	-	
Desapropriações e patrimoniais (26.4.3)	273.647	-	132.709	-	
Consumidores (26.4.4)	5.493	1.929	5.305	1.677	
	484.041	87.839	306.417	84.247	
Ambientais (26.5)	104	-	42	-	
Regulatórias (26.6)	48.147	-	38.847	-	
	1.000.823	133.161	866.378	135.802	
Controladora		31.12.2011		31.12.2010	
	Provisão para litígios	Depósitos vinculados	Provisão para litígios	Depósitos vinculados	
Fiscais (26.1)	274.605	26.123	280.281	26.166	
Cíveis	9.929	-	7.883	-	
Regulatórios (26.6)	10.821	-	10.296	-	
	295.355	26.123	298.460	26.166	

Mutações das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 31.12.2010	Adições	Reversões	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2011
Fiscais (26.1)						
Cofins (26.1.1)	234.563	-	-	-	-	234.563
Outros	86.916	32.616	(71.305)	-	(853)	47.374
	321.479	32.616	(71.305)	-	(853)	281.937
Trabalhistas (26.2)	146.348	14.024	(11.413)	-	(20.454)	128.505
Benefícios a empregados (26.3)	53.245	21.289	-	-	(16.445)	58.089
Cíveis (26.4)						
Fornecedores (26.4.1)	86.101	2.138	(236)	-	-	88.003
Cíveis e direito administrativo (26.4.2)	73.237	50.697	(1.622)	-	(10.253)	112.059
Servidões de passagem (26.4.3)	9.065	1.993	(5.725)	-	(494)	4.839
Desapropriações e patrimoniais (26.4.3)	132.709	124.874	-	16.064	-	273.647
Consumidores (26.4.4)	5.305	845	(638)	-	(19)	5.493
	306.417	180.547	(8.221)	16.064	(10.766)	484.041
Ambientais (26.5)	42	62	-	-	-	104
Regulatórias (26.6)	38.847	13.977	(4.677)	-	-	48.147
	866.378	262.515	(95.616)	16.064	(48.518)	1.000.823

Consolidado	Saldo em 1º.01.2010	Adições	Reversões	Quitações	Reclassificação do passivo circulante	Saldo em 31.12.2010
Fiscais (26.1)						
Cofins (26.1.1)	-	234.563	-	-	-	234.563
Outros	77.858	22.199	(18.802)	-	5.661	86.916
	77.858	256.762	(18.802)	-	5.661	321.479
Trabalhistas (26.2)	123.259	46.105	(12.190)	(10.826)	-	146.348
Benefícios a empregados (26.3)	35.172	28.653	(600)	(9.980)	-	53.245
Cíveis (26.4)						
Fornecedores (26.4.1)	84.024	2.733	(656)	-	-	86.101
Cíveis e direito administrativo (26.4.2)	57.213	44.896	(22.721)	(6.151)	-	73.237
Servidões de passagem (26.4.3)	14.902	1.614	(7.281)	(170)	-	9.065
Desapropriações e patrimoniais (26.4.3)	125.339	8.742	(1.302)	(70)	-	132.709
Consumidores (26.4.4)	5.324	776	(640)	(155)	-	5.305
	286.802	58.761	(32.600)	(6.546)	-	306.417
Ambientais (26.5)	10	32	-	-	-	42
Regulatórias (26.6)	37.010	8.173	(56)	(6.280)	-	38.847
	560.111	398.486	(64.248)	(33.632)	5.661	866.378

Controladora	Saldo em 31.12.2010	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2011
Fiscais					
Cofins (26.1)	234.563	-	-	-	234.563
Outras	45.718	6.052	(11.211)	(517)	40.042
	280.281	6.052	(11.211)	(517)	274.605
Cíveis	7.883	2.656	(610)	-	9.929
Regulatórias (26.6)	10.296	525	-	-	10.821
	298.460	9.233	(11.821)	(517)	295.355

Controladora	Saldo em 1º.01.2010	Adições	Reversões	Quitações	Reclassificação do passivo circulante	Saldo em 31.12.2010
Fiscais						
Cofins (26.1)	-	234.563	-	-		234.563
Outras	44.357	9.486	(16.940)	-	8.815	45.718
	44.357	244.049	(16.940)	-	8.815	280.281
Cíveis	328	10.068	(197)	(2.316)	-	7.883
Regulatórios (26.6)	9.249	1.047	-	-	-	10.296
	53.934	255.164	(17.137)	(2.316)	8.815	298.460

Ações Prováveis

26.1 Fiscais

26.1.1 Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Processo nº 10980.004398/2010-09 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região, a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou a Intimação nº 9/2010, em 07.12.2010, expedida por agente fiscal da Receita Federal do Brasil de Curitiba, por meio do qual pretende exigir, da Copel, o pagamento de Cofins relativo ao período de Agosto de 1995 a Dezembro de 1996.

Essa cobrança decorre do entendimento da Receita Federal do Brasil de que a Copel teria declarado por meio de DCTF e/ou DIPJ, em época própria, ser devedora da quantia de R\$ 40.678 a título de Cofins no período cobrado, e que o prazo prescricional do fisco para cobrança do referido crédito tributário teria ficado suspenso desde o trânsito em julgado do mandado de segurança nº 95.0011037-7, que reconheceu a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins, mas que foi rescindido por acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento do processo n.º 2000.04.01.100266-9.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 40.246.

Por outro lado, sustenta a Companhia, em sua defesa, em síntese, que essas declarações não tiveram o efeito de confessar o débito objeto da cobrança, até porque o referido débito era objeto de questionamento judicial (Mandado de Segurança nº 95.0011037-7), tendo ainda o fisco decaído de seu direito de constituí-lo.

Para fins de suspender a exigibilidade deste crédito tributário foi impetrado Mandado de Segurança nº 5005264-27.2011.404.7000, perante a 1ª Vara Federal de Curitiba, cuja sentença foi desfavorável à Copel, reconhecendo a competência da Superintendência da Receita Federal para apreciar a impugnação da Companhia à Intimação Fiscal nº 09/2010, sem a necessidade de submeter-se ao trâmite comum das impugnações administrativas aos lançamentos tributários, as quais possuem efeito suspensivo e são regidas pelo duplo grau de jurisdição administrativa. Desta sentença foi interposto o recurso de embargos de declaração pela Copel, o qual está pendente de julgamento. Posteriormente será interposto o Recurso de Apelação, que visará reformar o teor da referida sentença.

Como a Intimação nº 09/2010, concernente ao principal do débito de Cofins de R\$ 40.246 relativo ao período de Agosto de 1995 a Dezembro de 1996, foi julgada procedente pela SRF, o débito foi inscrito em dívida ativa sob nº 90 6 11 018367-09. Os juros e multa concernentes ao referido débito tributário são objeto do processo administrativo nº 11453.720001/2011-23, os quais totalizam em 31.12.2011 o montante de R\$ 148.055 classificado pela administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há fortes argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

Processo nº 10980.720458/2011-15 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região, a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou o referido auto de infração, por meio do qual pretende exigir o pagamento de Cofins do período de outubro de 1998 a junho de 2001, em razão da procedência da ação rescisória nº 2000.04.01.100266-9.

Entende a Receita Federal que o julgamento da Ação Rescisória teria suspenso o prazo decadencial para constituir o referido crédito tributário.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 194.317.

Contudo, a Companhia sustenta, em sua defesa, que a União Federal decaiu de seu direito de constituir o referido crédito tributário, tendo em vista a ausência da constituição tempestiva do crédito tributário, para prevenir a decadência.

Os juros e multa concernentes ao referido débito tributário totalizam em 31.12.2011 o montante de R\$ 442.956 classificado pela administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há forte argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

26.1.2 Impostos sobre serviços - ISS

As principais discussões referem-se a autuações fiscais lavradas em face da Companhia, por conta da eventual ausência de retenção do ISS na qualidade de tomadora do serviço contratado junto a terceiros, no valor de R\$ 50.

26.1.3 Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU

A Companhia discute administrativamente e judicialmente a incidência de IPTU sobre seus bens vinculados à concessão, ao argumento de que são imunes a impostos. Adicionalmente, tem obtido sucesso em algumas execuções fiscais movidas pelos municípios do Paraná contra a Companhia, no valor de R\$ 148.

26.1.4 Contribuições previdenciárias

No que se refere às contribuições previdenciárias, as demandas judiciais e administrativas envolvem uma gama bastante variada de discussões. Em síntese, porém, pode-se dizer que a maioria das questões discutidas administrativa ou judicialmente envolve a posição da Copel como responsável solidária, por eventual ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias devidas por serviços prestados por terceiros contratados pela Companhia, valor provisionado da ação é de R\$ 31.014.

26.1.5 Imposto único de energia elétrica - IUEE

Trata-se de ação ordinária intentada pelos Municípios em face da União e Copel, com o fito de obrigá-las a pagar o devido a título de repasse do IUEE em dinheiro, descontados os valores das ações anteriormente pagas, no valor de R\$ 5.154.

26.1.6 Outros tributos federais

A Companhia possui outras ações relacionadas a tributos federais que totalizam R\$ 11.008.

26.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

26.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Copel) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na

medida em que for necessário aporte complementares.

26.4 Cíveis

26.4.1 Fornecedores

Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras. Concomitantemente, as vendedoras, depois de rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão.

Considerando que ambos os fornecedores já levantaram os valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 1º.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), permanece a classificação da ação, pela Diretoria Jurídica, como perda provável, ressaltando que foram apresentadas pelas mesmas cartas de fiança bancária como garantia a referidos levantamentos. Além da discussão judicial em questão, houve, no final de 2011, a execução de saldo remanescente, no valor de R\$ 27.438, com consequente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Copel Distribuição, razão pela qual a Administração decidiu por constituir provisão financeira para referidos litígios, no valor originário das dívidas que, corrigidas até 31.12.2011, apontam para a importância de R\$ 104.793. Deste valor, R\$ 16.789 estão contabilizados na conta Fornecedores.

26.4.2 Cíveis e direito administrativo

Ações em que a Copel é parte ativa ou passiva e que envolve faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.

26.4.3 Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Copel é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário.

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros.

Comporta, por fim, a intervenção no Usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem.

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de declaratória que tramitou perante a 1.^a Vara da Fazenda de Curitiba, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí em receber créditos que teriam junto à Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, consistido em quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do mesmo. Com base nesta decisão a Ivaí propôs ação de cobrança, que tramitou perante a 4.^a Vara da Fazenda de Curitiba, cuja decisão, atualmente contestada pela Copel determinou o pagamento do valor de R\$ 180.917, valor histórico relativo a 31.10.2005, que deverá ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios na ordem de 3,2% de referida importância.

No que concerne à discussão em questão, em Medida Cautelar de relatoria do Ministro Castro Meira, autuada no STJ sob nº 15.372 - PR, foi concedida liminar em favor da Copel para atribuir efeito suspensivo à execução provisória promovida pela Ivaí.

A tese recursal, atualmente em trâmite no STJ, aborda a ausência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, bem como a nulidade do cálculo realizado pelo perito judicial que utilizou parâmetros equivocados para obter o valor da condenação, pois aplicou juros em duplicidade (selic mais juros). Embora o Tribunal de Justiça tenha afastado a duplicidade na incidência de juros a partir da elaboração do laudo pericial, não analisou as razões recursais que demonstraram que o cálculo contido no laudo pericial já estava viciado.

O processo aguarda desfecho do julgamento do Recurso Especial, de relatoria do Ministro Castro Meira, autuado sob nº 1.096.906, com a retomada da votação pelos Ministros Mauro Campbell Marques e Humberto Martins, após o voto desfavorável do Ministro Relator, publicado em meados de 2011 e que aguarda retorno do feito recursal ao Plenário após o pedido de vista do Ministro Herman Benjamin.

Diante do voto desfavorável e da análise dos precedentes das decisões anteriormente proferidas pelos demais Ministros que participaram do julgamento, a administração da Companhia, procedeu a uma minuciosa revisão do processo ao longo destes últimos meses e decidiu por remensurar o montante a ser provisionado, de R\$ 125.000, que representava o valor original do débito em discussão, atualizado com juros legais e correção monetária em índices admitidos pela Companhia, para R\$ 243.307, uma vez ponderada a forma de atualização da dívida que ainda está sendo discutida, afastando apenas a incidência de juros nos cálculos periciais e mantendo a cobrança do selic e a partir daí, com atualização até os dias atuais com base nos parâmetros fixados no acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (juros mais correção monetária). Assim, o montante ora provisionado reflete a expectativa da Companhia em eventual desfecho desfavorável da ação.

Ressalta-se também que a cumulação de juros, no caso, selic mais juros de mora, é situação rechaçada pelo Poder Judiciário, inclusive pelo próprio STJ em diversos precedentes, razão pela qual considera-se como risco possível, para o caso em comento, a diferença entre o valor considerado como provável e o eventual valor total da condenação, data base 31.12.2011, ou seja, R\$ 207.694

Há que se considerar, ainda, que a Copel aguarda o julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial na ação rescisória, de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, autuado sob nº 1.121.458, em que busca a desconstituição do débito, por ausência do direito de reclamar a diferença em decorrência da existência de transações administrativas.

26.4.4 Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação do serviço (por exemplo, suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota, cobrada dos consumidores industriais, no período de março a novembro de 1986, acrescida de encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes.

26.4.5 Ambientais

O contencioso ambiental judicial da Copel e de suas subsidiárias refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel.

26.4.6 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 35.535, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

Ações Possíveis

Consolidado	31.12.2011	31.12.2010
Fiscais	1.246.954	1.049.099
Cíveis	542.386	141.233
Trabalhistas	176.448	115.626
Benefícios a Empregados	37.788	32.796
Regulatórias	12.907	1.629.001
	2.016.483	2.967.755

26.5 Detalhamento das principais causas possíveis

26.5.1 Cíveis

- Causa cível referente à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., tendo como réu o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS. Compete a Copel Geração e Transmissão o percentual de 51% do total do risco da ação, que equivale a R\$ 171.309, atualizado em 31.12.2011. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e afirma que com a concessão de Lavra obtida, tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina;
- Ivaí Engenharia de Obras S.A. Ação que consiste no pleito de compensação por suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel. A administração da Companhia classificou como risco de perda possível para esta ação o montante de R\$ 207.694. Informações adicionais estão descritas no item 26.4.3, deste relatório.

26.5.2 Fiscais

- Ação rescisória do Cofins, no valor R\$ 591.101. Este valor refere-se a juros e multas cujo débito principal está provisionado nas demonstrações financeiras em virtude de sua classificação como perda provável, porém em virtude dos fortes argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. Informações adicionais sobre esta ação estão descritas no item 26.1, deste relatório.
- Exigências fiscais conforme Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.273.870-7, no valor aproximado de R\$ 192.746, de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, contra a Copel referente à execução fiscal de Contribuição Previdenciária;
- Exigências fiscais conforme NFLD nº 35.273.876-6, no valor de R\$ 45.432, de autoria do INSS, contra a Copel referente à execução fiscal com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão-de-obra.

26.5.3 Regulatória

O Mercado Atacadista de Energia - MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da agência reguladora, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.

O pleito está embasado substancialmente no fato de a Companhia ter efetuado transações de venda de energia, as quais não deveriam servir de base de cálculo efetuado pelo órgão regulador, para cumprir exclusivamente com contratos com clientes localizados no mercado da região sudeste. Em 31.12.2010, o montante estimado relativo às diferenças de cálculo era de aproximadamente R\$ 1.473.000, não reconhecido pela Companhia no passivo de fornecedores.

Em 31.03.2011, a Administração, baseada em decisão de primeira instância na esfera judicial em favor da Companhia e suportada por opinião de seus assessores jurídicos, reconsiderou como remotas as chances de perda quando da decisão final desses processos judiciais, mantendo esta decisão em 31.12.2011.

27 Patrimônio Líquido

27.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

27.1.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2011 (e em 31.12.2010), monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Número de ações em unidades								
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
		%		%		%		%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA ⁽¹⁾	19.500.475	13,45	129.439	33,69	57.520.418	44,85	77.150.332	28,19
NYSE ⁽²⁾	120.889	0,08	-	-	43.254.632	33,73	43.375.521	15,85
Latibex ⁽³⁾	-	-	-	-	129.297	0,10	129.297	0,05
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,43	3.471	0,01	191.190	0,07
Outros	373.176	0,25	245.385	63,88	36.682	0,03	655.243	0,24
	145.031.080	100,00	384.150	100,00	128.240.145	100,00	273.655.375	100,00

⁽¹⁾ Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

⁽²⁾ Bolsa de Valores de Nova Iorque

⁽³⁾ Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 31.12.2011 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	4.788.667
Ações preferenciais classe "A"	384.150	15.036
Ações preferenciais classe "B"	128.240.145	5.007.767
	273.655.375	9.811.470

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais não têm direito a voto e são de classes "A" e "B".

As ações preferenciais classe "A" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações.

As ações preferenciais classe "B" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe "B" são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe "A".

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

27.1.2 Posição acionária

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL								Posição em 31.12.2011 (Em Unidades)	
POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.									
ACIONISTAS		Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe “A”		Ações Preferenciais Classe “B”		Total	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CONTROLADOR	ESTADO DO PARANÁ	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
	BNDP PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
AÇÕES EM TESOURARIA		-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS ACIONISTAS		21.703.707	14,96	384.150	100,00	100.944.500	78,72	123.032.357	44,96
TOTAL		145.031.080	100,00	384.150	100,00	128.240.145	100,00	273.655.375	100,00

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL								Posição em 31.12.2010 (Em Unidades)	
POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.									
ACIONISTAS		Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe “A”		Ações Preferenciais Classe “B”		Total	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CONTROLADOR	ESTADO DO PARANÁ	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
	BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,28	65.580.781	23,96
AÇÕES EM TESOURARIA		-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS ACIONISTAS		21.703.707	14,96	389.931	100,00	100.938.719	78,71	123.032.357	44,96
TOTAL		145.031.080	100,00	389.931	100,00	128.234.364	100,00	273.655.375	100,00

Obs.: O BNDES Participações S.A. - BNDESPAR é uma companhia aberta, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, o qual é 100% da União. Mantém em vigência o "Acordo de Acionistas" com o Estado do Paraná.

No exercício de 2011, 5.781 ações foram convertidas de ações preferenciais "classe A" para ações preferenciais "classe B".

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL								Posição em 31.12.2011 (Em Unidades)	
POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO									
ACIONISTAS		Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe "A"		Ações Preferenciais Classe "B"		Total	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CONTROLADOR		123.327.373	85,04	-	-	27.295.645	21,28	150.623.018	55,04
ADMINISTRADORES	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	0,00	-	-	-	-	8	0,00
	DIRETORIA	3	0,00	-	-	2.500	0,00	2.503	0,00
CONSELHO FISCAL		20.000	0,01	-	-	10	0,00	20.010	0,01
AÇÕES EM TESOURARIA		-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS ACIONISTAS		21.683.696	14,95	384.150	100,00	100.941.990	78,71	123.009.836	44,95
TOTAL		145.031.080	100,00	384.150	100,00	128.240.145	100,00	273.655.375	100,00
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		21.683.696	14,95	384.150	100,00	100.941.990	78,71	123.009.836	44,95

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL								Posição em 31.12.2010 (Em Unidades)	
POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO									
ACIONISTAS		Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe “A”		Ações Preferenciais Classe “B”		Total	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CONTROLADOR		123.327.373	85,04	-	-	27.295.645	21,29	150.623.018	55,04
ADMINISTRADORES	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	0,00	-	-	-	-	8	0,00
	DIRETORIA	102	0,00	-	-	-	-	102	0,00
CONSELHO FISCAL		-	-	-	-	-	-	-	-
AÇÕES EM TESOURARIA		-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS ACIONISTAS		21.703.597	14,96	389.931	100,00	100.938.719	78,71	123.032.247	44,96
TOTAL		145.031.080	100,00	389.931	100,00	128.234.364	100,00	273.655.375	100,00
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		21.703.597	14,96	389.931	100,00	100.938.719	78,71	123.032.247	44,96

27.1.3 Reserva de lucros

			Controladora
		31.12.2011	31.12.2010
Reserva legal		536.187	478.302
Reserva para investimentos		2.838.551	2.056.526
Dividendo adicional proposto		84.875	25.779
		3.459.613	2.560.607

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto. Em atendimento ao disposto no ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da assembleia geral dos acionistas, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

27.1.4 Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado - custo atribuído, na data da adoção inicial das IFRSs. A contrapartida deste ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta Ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de Lucros acumulados, na medida em que ocorra a realização dos itens avaliados, seja pela depreciação ou eventual baixa.

A movimentação desta conta inclui os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, os quais correspondem aos outros resultados abrangentes da Companhia.

Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

Consolidado	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2010	1.660.634	1.660.634
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		
Contas a receber vinculadas à concessão - Copel Distribuição (*)	1.999	3.029
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	(1.030)
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído - Copel Geração e Transmissão (*)	(101.303)	(153.489)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	52.186
Custo atribuído - Dominó Holdings (*)	(1.814)	(2.748)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	934
Em 31.12.2010	1.559.516	1.559.516
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras - Copel Geração e Transmissão (*)	1.955	2.962
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	(1.007)
Contas a receber vinculadas à concessão - Copel Distribuição (*)	(4.806)	(7.282)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	2.476
Investimentos disponíveis para venda - Copel	5.647	5.647
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(1.920)	(1.920)
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído - Copel Geração e Transmissão (*)	(101.904)	(154.400)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	52.496
Custo atribuído - Dominó Holdings (*)	(1.407)	(2.132)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	725
Em 31.12.2011	1.457.081	1.457.081

(*) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos

27.1.5 Proposta de distribuição de dividendos

	Controladora
	31.12.2011
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) - (1)	
Lucro líquido do exercício	1.157.690
Reserva legal (5%)	(57.885)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	103.311
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	1.203.116
	300.779
Dividendos propostos, líquido - (2)	
Juros sobre capital próprio	421.091
IRRF s/ os juros sobre capital próprio	(35.437)
	385.654
Dividendos adicionais propostos (2-1)	84.875
Valor bruto dos dividendos por ação:	
Ações ordinárias	1,46833
Ações preferenciais classe "A"	2,52507
Ações preferenciais classe "B"	1,61546
Valor bruto dos dividendos por classes de ações:	
Ações ordinárias	212.954
Ações preferenciais classe "A"	970
Ações preferenciais classe "B"	207.167

Considerando o impacto do aumento da despesa de depreciação e baixa em virtude da aplicação das novas normas contábeis (Interpretação técnica ICPC 10) referentes ao ativo imobilizado, a Administração da Companhia deliberou por excluir os efeitos desta depreciação e baixa para fins de dividendos a serem distribuídos aos acionistas, durante a realização de toda a diferença gerada pelo novo valor. Desta forma, a base de cálculo para dividendos, que até o exercício de 2009 refletia o lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas, a partir do exercício de 2010 é acrescida na mesma proporção da realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial.

Em 2011, registrando um lucro na ordem de R\$ 1.157.690, a Companhia destinou R\$ 421.091 na forma de juros sobre o capital próprio. Deste total de juros sobre o capital próprio propostos, R\$ 336.216 correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório, foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e sua reversão foi efetuada em rubrica própria, conforme praticas contábeis adotadas no Brasil.

A parcela dos juros sobre o capital próprio excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 84.875, será mantida em reserva no Patrimônio líquido da Companhia, na rubrica Dividendo adicional proposto, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para rubrica do Passivo circulante.

27.1.6 Lucro por ação - básico e diluído

	Controladora	
	31.12.2011	31.12.2010
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações preferenciais classe "A"	2.064	2.050
Ações preferenciais classe "B"	569.817	486.044
Ações ordinárias	585.809	499.713
	1.157.690	987.807
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações preferenciais classe "A"	387.134	393.683
Ações preferenciais classe "B"	128.237.161	128.230.612
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		
Ações preferenciais classe "A"	5,3315	5,2075
Ações preferenciais classe "B"	4,4435	3,7904
Ações ordinárias	4,0392	3,4456

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

27.2 Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Consolidado	Compagas	Elejor	UEG Araucária	Total
Em 1º.01.2010	91.478	6.634	130.253	228.365
Recursos para Afac	-	30.813	-	30.813
Dividendos propostos	(15.949)	-	-	(15.949)
Resultado do período	19.864	4.017	(1.407)	22.474
Em 31.12.2010	95.393	41.464	128.846	265.703
Devolução de Afac	-	(30.813)	-	(30.813)
Dividendos propostos	(10.109)	(1.111)	-	(11.220)
Resultado do período	15.891	4.675	(1.402)	19.164
Em 31.12.2011	101.175	14.215	127.444	242.834

28 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2011
Fornecimento de energia elétrica	3.673.054	(340.261)	(972.849)	(29.116)	-	2.330.828
Suprimento de energia elétrica	1.659.996	(158.771)	(399)	(60.995)	-	1.439.831
Disponibilidade da rede elétrica	5.201.169	(472.181)	(1.278.736)	(687.884)	-	2.762.368
Receita de construção	741.726	-	-	-	-	741.726
Telecomunicações	152.117	(9.144)	(25.285)	-	(562)	117.126
Distribuição de gás canalizado	349.801	(31.934)	(43.926)	-	(8)	273.933
Outras receitas operacionais	133.473	(12.858)	(1)	(9.213)	(1.048)	110.353
	11.911.336	(1.025.149)	(2.321.196)	(787.208)	(1.618)	7.776.165

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2010
Fornecimento de energia elétrica	3.517.008	(327.156)	(948.563)	(27.886)	-	2.213.403
Suprimento de energia elétrica	1.488.178	(145.462)	(392)	(54.323)	-	1.288.001
Disponibilidade da rede elétrica	4.295.275	(395.817)	(1.057.679)	(569.358)	-	2.272.421
Receita de construção	663.534	-	-	-	-	663.534
Telecomunicações	129.040	(7.385)	(22.925)	-	(848)	97.882
Distribuição de gás canalizado	300.598	(25.341)	(37.853)	-	(132)	237.272
Outras receitas operacionais	152.414	(14.043)	(3)	(8.808)	(960)	128.600
	10.546.047	(915.204)	(2.067.415)	(660.375)	(1.940)	6.901.113

Encargos do consumidor

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Conta de consumo de combustível - CCC	348.374	281.152
Conta de desenvolvimento energético - CDE	249.799	226.845
Quota para reserva global de reversão - RGR	107.105	78.445
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	68.048	61.157
Outros encargos	13.882	12.776
	787.208	660.375

Fornecimento de energia por classe de consumidor

Fornecimento de energia elétrica		Receita bruta		Receita líquida	
Consolidado					
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	
Residencial	1.223.657	1.156.856	771.674	723.479	
Industrial	1.224.103	1.200.225	757.293	730.526	
Comercial, serviços e outras atividades	807.489	760.206	498.948	467.657	
Rural	158.644	146.606	134.124	126.876	
Poder público	104.218	102.035	73.870	72.379	
Iluminação pública	77.049	78.226	47.062	47.798	
Serviço público	77.894	72.854	47.857	44.688	
	3.673.054	3.517.008	2.330.828	2.213.403	

Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Disponibilidade da rede elétrica		Receita bruta		Receita líquida	
Consolidado					
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	
Residencial	1.606.837	1.336.081	785.887	661.684	
Industrial	1.413.901	1.227.069	670.214	566.617	
Comercial, serviços e outras atividades	1.106.635	892.046	541.595	437.526	
Rural	217.114	170.367	154.700	126.876	
Poder público	142.898	119.089	82.594	69.181	
Iluminação pública	110.302	91.341	53.118	44.175	
Serviço público	106.806	85.146	51.809	41.406	
Consumidores livres	197.789	181.323	150.725	156.278	
Rede básica, de fronteira e de conexão	2.367	2.856	1.804	2.185	
Receita de operação e manutenção - O&M	44.584	42.952	40.584	37.646	
Receita de juros efetivos	251.936	147.005	229.338	128.847	
	5.201.169	4.295.275	2.762.368	2.272.421	

Suprimento de energia elétrica

Consolidado		Receita bruta	
	31.12.2011	31.12.2010	
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	1.280.176	1.151.485	
Contratos bilaterais	237.279	223.788	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	142.541	112.905	
	1.659.996	1.488.178	

Outras receitas operacionais

Consolidado		Receita bruta	
	31.12.2011	31.12.2010	
Arrendamentos e aluguéis	88.909	103.686	
Renda da prestação de serviços	37.975	39.669	
Serviço taxado	5.306	7.422	
Outras receitas	1.283	1.637	
	133.473	152.414	

29 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Consolidado
					31.12.2011
Energia elétrica comprada para revenda (29.1)	(2.152.545)	-	-	-	(2.152.545)
Encargos de uso da rede elétrica (29.2)	(632.518)	-	-	-	(632.518)
Pessoal e administradores (29.3)	(753.022)	(7.747)	(221.884)	-	(982.653)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 21)	(117.460)	(804)	(32.581)	-	(150.845)
Material (29.4)	(76.213)	(594)	(8.803)	-	(85.610)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.031)	-	-	-	(25.031)
Gás natural e insumos para operação de gás	(186.931)	-	-	-	(186.931)
Serviços de terceiros (29.5)	(267.603)	(32.882)	(90.948)	-	(391.433)
Depreciação e amortização	(519.536)	(41)	(32.104)	(1.484)	(553.165)
Provisões e reversões (29.6)	-	(75.556)	-	(214.099)	(289.655)
Custo de construção (29.7)	(731.443)	-	-	-	(731.443)
Outros custos e despesas operacionais (29.8)	5.287	3.860	(75.132)	(224.857)	(290.842)
	(5.457.015)	(113.764)	(461.452)	(440.440)	(6.472.671)

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Consolidado
					31.12.2010
Energia elétrica comprada para revenda (29.1)	(1.972.275)	-	-	-	(1.972.275)
Encargos de uso da rede elétrica (29.2)	(592.741)	-	-	-	(592.741)
Pessoal e administradores (29.3)	(634.277)	(5.805)	(171.432)	-	(811.514)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 21)	(97.528)	(666)	(26.027)	-	(124.221)
Material (29.4)	(75.533)	(977)	(7.614)	-	(84.124)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(22.975)	-	-	-	(22.975)
Gás natural e insumos para operação de gás	(144.648)	-	-	-	(144.648)
Serviços de terceiros (29.5)	(245.232)	(33.557)	(72.117)	-	(350.906)
Depreciação e amortização	(511.491)	(53)	(27.618)	(3.830)	(542.992)
Provisões e reversões (29.6)	-	(26.424)	-	(336.352)	(362.776)
Custo de construção (29.7)	(662.887)	-	-	-	(662.887)
Outros custos e despesas operacionais (29.8)	(16.556)	5.016	(48.818)	(235.726)	(296.084)
	(4.976.143)	(62.466)	(353.626)	(575.908)	(5.968.143)

No quadro abaixo estão apresentados os saldos do custo de construção alocados nas respectivas naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Controladora
			31.12.2011
Administradores (29.3)	(8.039)	-	(8.039)
Plano assistencial	(496)	-	(496)
Material	(81)	-	(81)
Serviços de terceiros (29.5)	(4.996)	-	(4.996)
Depreciação e amortização	-	(754)	(754)
Provisões e reversões (29.6)	-	2.190	2.190
Outras despesas operacionais	(10.063)	664	(9.399)
	(23.675)	2.100	(21.575)

Os custos e despesas operacionais da Controladora são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Controladora
			31.12.2010
Administradores (29.3)	(7.276)	-	(7.276)
Plano assistencial	(433)	-	(433)
Material	(14)	-	(14)
Serviços de terceiros (29.5)	(4.255)	-	(4.255)
Depreciação e amortização	-	(754)	(754)
Provisões e reversões (29.6)	-	(239.097)	(239.097)
Outras despesas operacionais	(1.294)	683	(611)
	(13.272)	(239.168)	(252.440)

29.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Itaipu)	459.649	468.296
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	382.553	357.763
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - leilão	354.682	332.801
Companhia Energética de São Paulo - Cesp - leilão	138.366	129.120
Itiquira Energética S.A.	129.037	117.813
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte - leilão	117.681	109.926
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - leilão	104.292	100.569
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	102.638	105.972
Dona Francisca Energética S.A.	63.045	61.189
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - leilão	56.402	52.378
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	43.947	58.446
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE - leilão	40.168	37.700
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - Eletrobras CGTEE - leilão	35.805	32.091
Light S.A. - leilão	30.475	28.557
ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica - UTE Atlântico - leilão	29.139	-
Tractbel Energia S.A. - leilão	22.440	20.841
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. - leilão	20.846	19.347
Coomex Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda.	15.870	-
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(231.703)	(210.150)
Outras - leilão	237.213	149.616
	2.152.545	1.972.275

29.2 Encargos de uso da rede elétrica

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Furnas Centrais Elétricas S.A.	131.995	127.827
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	76.333	68.658
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	62.612	59.878
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	55.550	49.843
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	44.618	43.847
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	22.854	25.696
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	22.684	21.088
Novatrans Energia S.A.	22.496	20.978
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	20.048	19.842
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	18.777	17.744
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	18.750	17.434
Encargo de Energia de Reserva - ER	16.456	-
Encargos dos serviços do sistema - ESS	10.988	41.021
ATE II Transmissora de Energia S.A.	9.846	8.941
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	9.744	8.913
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda.	9.285	8.468
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	8.601	8.063
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	7.784	7.145
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	7.689	7.219
NTE Nordeste Transmissora de Energia S.A.	6.672	6.253
ATE Transmissora Energia S.A.	6.467	5.743
Integração Transmissão Energia - Intesa	6.037	5.553
Serra Mesa Transm. Energia Ltda. - SMTE	5.734	4.975
LT Triângulo S.A.	5.151	4.771
ATE III Transmissora Energia S.A.	5.107	4.707
SC Energia - Empresa Transmissora Energia Sta. Catarina	4.798	4.492
Empresa Paraense Transmissão de Energia S.A. - Etep	4.286	4.047
Arthemis Transmissora de Energia S.A.	4.166	3.796
Interligação Elétrica Norte Nordeste - IENNE	2.370	-
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(71.073)	(65.866)
Outras	75.693	51.665
	632.518	592.741

29.3 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Pessoal				
Remunerações	-	-	717.796	561.842
Encargos sociais	-	-	221.216	186.042
	-	-	939.012	747.884
Participação nos lucros e/ou resultados	-	-	48.068	66.151
Auxílio alimentação e educação	-	-	74.998	66.511
Indenização demissões volunt./aposentadorias	-	-	64.442	19.737
	-	-	1.126.520	900.283
(-) Apropriação no imobilizado e intangível em curso (a)	-	-	(155.394)	(99.650)
	-	-	971.126	800.633
Administradores				
Honorários	6.665	5.759	9.560	8.898
Encargos sociais	1.348	1.517	1.875	1.959
Outros gastos	26	-	92	24
	8.039	7.276	11.527	10.881
	8.039	7.276	982.653	811.514

a) Valor referente à apropriação de mão de obra direta do imobilizado em curso, não considera despesas administrativas.

Participação nos lucros e/ou resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1978/2007 e a Lei Estadual nº 16560/2010. O montante dessa participação foi provisionado como segue:

		Consolidado
	31.12.2011	31.12.2010
Copel Geração e Transmissão	9.109	14.373
Copel Distribuição	35.162	46.950
Copel Telecomunicações	2.729	3.900
Compagas	1.068	928
	48.068	66.151

29.4 Material

		Consolidado
	31.12.2011	31.12.2010
Sistema elétrico	29.455	27.040
Combustíveis e peças para veículos	25.889	24.006
Cantina	9.174	7.875
Construção civil	5.587	8.222
Expediente	4.417	4.124
Segurança	2.933	2.400
Ferramental de serviço	1.977	1.691
Hotéis e hospedarias	1.602	1.408
Vestuário e uniforme	1.595	2.468
Informática	1.297	1.458
Outros materiais	1.684	3.432
	85.610	84.124

29.5 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Manutenção do sistema elétrico	-	-	90.536	91.053
Leitura e entrega de faturas	-	-	29.898	28.168
Processamento e transmissão de dados	-	-	28.216	25.170
Agentes autorizados e credenciados	-	-	27.108	24.359
Apoio administrativo	-	-	19.865	17.875
Telefone	-	-	19.354	15.900
Vigilância	-	-	19.084	17.247
Viagens	490	185	18.506	13.495
Manutenção civil	-	-	17.307	10.618
Treinamentos	28	2	13.302	10.548
Limpeza de faixa de servidão	-	-	12.796	11.183
Serviços em área verde	-	-	9.968	6.864
Atendimento a consumidores	-	-	6.908	7.143
Poda de árvores	-	-	6.257	4.537
Manutenção e conservação de veículos	-	-	6.167	5.235
Manutenção de equipamentos e mobiliário	-	-	5.728	1.526
Fretes e carretos	-	-	4.781	4.106
Consultoria técnica, científica e administrativa	1.070	1.614	13.905	18.881
Postais e telegráficos	-	-	4.054	3.594
Telefonista	-	-	3.446	3.532
Auditoria	1.809	1.583	3.010	2.714
Acesso à comunicação por satélite	-	-	2.801	4.522
Despesas jurídicas	132	471	2.387	2.936
Condução	12	23	2.064	1.751
Anúncios e publicações	389	320	1.793	1.497
Outros serviços	1.066	57	22.192	16.452
	4.996	4.255	391.433	350.906

29.6 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa				
Clientes	-	-	77.184	26.240
Outros créditos			(1.628)	184
			75.556	26.424
Provisão para perdas de créditos tributários	-	-	46.802	-
Provisão para desvalorização de participações societárias	398	1.070	398	2.114
Provisões (reversões) para litígios (NE nº 26)				
Cofins	-	-	-	234.563
Fiscais	(5.159)	227.109	(38.689)	3.397
Trabalhistas	-	-	2.611	33.915
Benefícios a Empregados	-	-	21.289	28.053
Fornecedores	-	-	1.902	2.077
Cíveis e direito administrativo	2.046	9.871	49.075	22.175
Servidões de passagem	-	-	(3.732)	(5.667)
Desapropriações e patrimoniais	-	-	124.874	7.440
Consumidores	-	-	207	136
Ambientais	-	-	62	32
Regulatórias	525	1.047	9.300	8.117
	(2.588)	238.027	166.899	334.238
	(2.190)	239.097	289.655	362.776

29.7 Custo de construção

			Consolidado
	31.12.2011		31.12.2010
Material	415.098		390.478
Serviços de terceiros	118.568		161.880
Pessoal	66.921		59.305
Outros	130.856		51.224
	731.443		662.887

29.8 Outros custos e despesas operacionais

			Consolidado
	31.12.2011		31.12.2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	125.343		112.210
Perdas na desativação e alienação de bens	54.285		50.203
Indenizações	35.880		17.917
Taxa de fiscalização da Aneel	20.125		19.988
Arrendamentos e aluguéis	18.380		16.670
Tributos	18.103		16.548
Outros custos de manutenção	1.420		21.333
Incentivo ao esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	15.420		7.083
Seguros	7.826		7.726
Energia elétrica - consumo próprio	7.284		6.489
Propaganda e publicidade	4.767		4.340
Recuperação de custos e despesas	(40.175)		(42.209)
Outros custos e despesas, líquidos	22.184		57.786
	290.842		296.084

30 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	3.461	18.724	210.253	153.870
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	17	14	15.660	8.942
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-	42	2.808	5.104
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão	-	-	100.381	151.187
Variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 6)	-	-	64.083	136.168
Renda sobre repasse CRC (NE nº 6)	-	-	84.867	79.546
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	63.652	70.985
Juros sobre impostos a compensar	8.969	8.248	17.016	23.752
Multas	-	-	14.067	11.879
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	108.163	87.288	-	-
Outras receitas financeiras	849	6.185	4.745	10.798
	121.459	120.501	577.532	652.231
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	114.339	92.955	141.327	105.118
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	71.383	55.501
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	42.043	31.973	43.740	32.506
Variações monetárias e cambiais	2	2	17.821	23.193
Juros sobre P&D e PEE	-	-	18.666	19.285
Juros sobre parcelamento de tributos	7.707	9.279	9.359	14.623
IOF	838	9	4.291	19.389
Outras despesas financeiras	12.264	175	46.177	34.191
	177.193	134.393	352.764	303.806
	(55.734)	(13.892)	224.768	348.425

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2011 totalizaram R\$ 70.144, à taxa média de 3,91% a.a.

31 Segmentos Operacionais

31.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela Administração, através da presidência e das diretorias de cada área de negócio e considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. São gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Nos exercícios de 2011 e 2010 todas as vendas foram realizadas em território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no ano de 2011.

Os segmentos reportáveis da Companhia são os seguintes:

geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e também prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. Atua por intermédio das empresas Copel Geração e Transmissão, Elejor, UEG Araucária, Centrais Eólicas do Paraná, Costa Oeste, Marumbi, Sul Brasileira e Cutia;

distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da Copel Distribuição;

telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. Atua por intermédio da Copel Telecomunicações;

gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Atua por intermédio da Compagas; e

holding (HOL) - Tem como atribuição a participação em outras empresas. Atua por intermédio da Copel, da Copel Empreendimentos (até junho de 2010) e da Dominó Holdings.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis e contabiliza operações intersegmentos como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2011							
ATIVO TOTAL	10.212.802	7.629.993	353.370	276.419	13.705.155	(13.056.076)	19.121.663
ATIVO CIRCULANTE	1.317.300	2.150.339	44.395	77.320	1.316.627	(1.203.968)	3.702.013
Caixa e equivalentes de caixa	323.713	647.783	8.348	41.047	28.234	-	1.049.125
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	548.071	33.735	-	48	165	-	582.019
Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos vinculados	1.957	5	-	706	-	-	2.668
Clientes	265.833	1.104.328	18.253	32.715	-	(52.763)	1.368.366
Dividendos a receber	-	-	-	-	1.168.612	(1.150.706)	17.906
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	65.862	-	-	-	-	65.862
Contas a receber vinculadas à concessão	80.626	-	-	-	-	-	80.626
Outros créditos	64.812	95.030	1.098	540	332	(499)	161.313
Estoques	23.717	69.579	9.015	1.491	-	-	103.802
Imposto de renda e contribuição social	4.654	87.484	3.958	1	119.284	-	215.381
Outros tributos correntes a recuperar	1.553	44.871	3.369	564	-	-	50.357
Despesas antecipadas	2.364	1.662	354	208	-	-	4.588
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.895.502	5.479.654	308.975	199.099	12.388.528	(11.852.108)	15.419.650
Realizável a Longo Prazo	1.314.669	4.229.128	18.403	23.263	1.509.977	(1.155.928)	5.939.512
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	61.931	658	-	-	-	-	62.589
Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos vinculados	-	37.553	-	-	-	-	37.553
Clientes	-	32.363	89	10.534	-	(10.534)	32.452
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.280.598	-	-	-	-	1.280.598
Depósitos judiciais	20.693	185.994	885	301	222.944	-	430.817
Contas a receber vinculadas à concessão	1.011.271	2.225.203	-	-	-	-	3.236.474
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	11.982	-	-	11.982
Outros créditos	1.878	3.172	-	191	-	-	5.241
Imposto de renda e contribuição social	18.714	-	-	-	-	-	18.714
Outros tributos correntes a recuperar	3.967	64.827	9.118	-	-	-	77.912
Imposto de renda e contribuição social diferidos	196.215	398.760	8.311	255	141.639	-	745.180
Mútuo com controladas	-	-	-	-	1.145.394	(1.145.394)	-
Investimentos	386.873	4.012	-	-	10.878.551	(10.720.278)	549.158
Imobilizado	6.935.336	-	273.787	-	-	-	7.209.123
Intangível	258.624	1.246.514	16.785	175.836	-	24.098	1.721.857

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2010							
ATIVO TOTAL	9.959.623	6.708.119	291.909	263.498	12.984.711	(12.348.428)	17.859.432
ATIVO CIRCULANTE	1.912.635	1.963.891	42.797	65.249	1.109.196	(935.978)	4.157.790
Caixa e equivalentes de caixa	1.341.151	669.079	6.942	37.769	90.828	(351.353)	1.794.416
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	151.707	30.813	-	-	175	351.400	534.095
Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos vinculados	63.473	201	-	404	-	-	64.078
Clientes	229.392	931.463	19.929	24.009	-	(42.166)	1.162.627
Dividendos a receber	4.480	-	-	-	894.719	(893.348)	5.851
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	58.816	-	-	-	-	58.816
Contas a receber vinculadas à concessão	54.700	-	-	-	-	-	54.700
Outros créditos	33.169	127.198	661	552	-	(511)	161.069
Estoques	24.429	83.893	11.758	1.344	-	-	121.424
Imposto de renda e contribuição social	3.232	30.685	821	1	123.474	-	158.213
Outros tributos correntes a recuperar	4.457	30.089	2.426	564	-	-	37.536
Despesas antecipadas	2.445	1.654	260	606	-	-	4.965
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.046.988	4.744.228	249.112	198.249	11.875.515	(11.412.450)	13.701.642
Realizável a Longo Prazo	955.980	3.451.017	13.934	28.748	1.443.091	(1.087.477)	4.805.293
Aplicações financeiras	5.306	26.280	-	1.845	-	-	33.431
Clientes	-	43.729	-	15.800	-	(15.800)	43.729
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.282.377	-	-	-	-	1.282.377
Depósitos judiciais	22.034	147.895	233	205	230.332	-	400.699
Contas a receber vinculadas à concessão	785.457	1.637.888	-	-	-	-	2.423.345
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	9.902	-	-	9.902
Outros créditos	1.878	3.280	-	164	-	-	5.322
Imposto de renda e contribuição social	12.341	-	-	-	-	-	12.341
Outros tributos correntes a recuperar	13.286	64.303	7.273	-	-	-	84.862
Imposto de renda e contribuição social diferidos	110.428	245.265	6.428	832	144.757	-	507.710
Mútuos com partes relacionadas	5.250	-	-	-	1.068.002	(1.071.677)	1.575
Investimentos	390.810	4.232	-	-	10.432.424	(10.344.016)	483.450
Imobilizado	6.441.654	-	222.291	-	-	-	6.663.945
Intangível	258.544	1.288.979	12.887	169.501	-	19.043	1.748.954

Passivo por segmento reportável

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2011							
PASSIVO TOTAL	10.212.802	7.629.993	353.370	276.419	13.705.155	(13.056.076)	19.121.663
PASSIVO CIRCULANTE	1.210.466	1.708.165	47.532	62.991	238.119	(1.208.452)	2.058.821
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	56.533	151.184	13.490	2.734	154	-	224.095
Fornecedores	217.291	531.187	7.000	43.054	2.073	(53.152)	747.453
Imposto de renda e contribuição social	140.335	-	-	7.526	3.929	-	151.790
Outros tributos	26.023	214.128	4.390	1.788	42.238	(110)	288.457
Empréstimos e financiamentos	59.152	17.619	-	48	44.152	(4.484)	116.487
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	604.361	508.695	20.649	7.702	145.043	(1.150.706)	135.744
Benefícios pós-emprego	9.785	24.612	1.640	-	-	-	36.037
Encargos do consumidor a recolher	4.047	66.464	-	-	-	-	70.511
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	15.997	140.918	-	-	-	-	156.915
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	44.656	-	-	-	-	-	44.656
Outras contas a pagar	32.286	53.358	363	139	530	-	86.676
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.569.330	2.255.993	41.098	6.948	1.294.389	(1.174.444)	4.993.314
Coligadas e controladas	305.936	781.031	23.000	-	-	(1.109.967)	-
Fornecedores	118.996	-	-	-	-	(10.534)	108.462
Obrigações fiscais	152	-	-	-	-	-	152
Imposto de renda e contribuição social diferidos	823.222	66.057	-	5.372	33.259	-	927.910
Empréstimos e financiamentos	437.549	708.607	-	-	965.772	(53.943)	2.057.985
Benefícios pós-emprego	117.851	295.899	17.883	1.205	-	-	432.838
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	34.523	60.126	-	-	-	-	94.649
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	370.442	-	-	-	-	-	370.442
Outras contas a pagar	-	-	-	53	-	-	53
Provisões para litígios	360.659	344.273	215	318	295.358	-	1.000.823
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.433.006	3.665.835	264.740	206.480	12.172.647	(10.673.180)	12.069.528
Capital social	4.256.839	2.624.841	194.755	135.943	7.023.368	(7.325.746)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.440.745	8.657	-	-	1.461.032	(1.453.353)	1.457.081
Reserva legal	212.887	135.294	5.306	16.258	552.734	(386.292)	536.187
Reserva de retenção de lucros	157.491	883.575	62.685	54.279	2.858.739	(1.178.218)	2.838.551
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	191.899	(191.899)	-
Prejuízos acumulados	(70.534)	-	-	-	-	70.534	-
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	242.834	242.834

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2010							
PASSIVO TOTAL	9.959.623	6.708.119	291.909	263.498	12.984.711	(12.348.428)	17.859.432
PASSIVO CIRCULANTE	1.033.899	1.449.633	33.721	60.066	900.738	(941.256)	2.536.801
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	42.546	118.790	11.014	2.935	299	-	175.584
Fornecedores	175.753	444.987	7.759	26.325	333	(42.589)	612.568
Imposto de renda e contribuição social	126.012	-	-	12.252	14.985	-	153.249
Outros tributos	36.486	254.811	3.290	1.947	82.425	(88)	378.871
Empréstimos e financiamentos	46.233	17.950	-	6.330	17.860	(5.278)	83.095
Debêntures	-	-	-	-	621.157	-	621.157
Dividendos a pagar	517.352	355.968	10.474	9.628	163.560	(893.348)	163.634
Benefícios pós-emprego	6.232	16.811	1.093	-	119	-	24.255
Encargos do consumidor a recolher	3.630	52.475	-	-	-	-	56.105
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	15.610	140.381	-	-	-	-	155.991
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	40.984	-	-	-	-	-	40.984
Outras contas a pagar	23.061	47.460	91	649	-	47	71.308
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.413.241	1.941.675	16.826	8.754	728.508	(1.082.199)	4.026.805
Coligadas e controladas	295.788	715.539	-	-	3.675	(1.015.002)	-
Fornecedores	160.736	-	-	-	-	(15.800)	144.936
Obrigações fiscais	623	11.553	-	-	20.076	-	32.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	822.195	32.563	-	7.163	25.297	-	887.218
Empréstimos e financiamentos	425.628	525.711	-	43	380.997	(51.397)	1.280.982
Benefícios pós-emprego	104.541	262.728	15.774	1.165	-	-	384.208
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.285	64.447	-	-	-	-	90.732
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	340.099	-	-	-	-	-	340.099
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para litígios	237.346	329.134	1.052	383	298.463	-	866.378
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.512.483	3.316.811	241.362	194.678	11.355.465	(10.324.973)	11.295.826
Atribuível aos acionistas da empresa controladora							
Capital social	4.285.945	2.624.841	194.755	135.943	7.023.368	(7.354.852)	6.910.000
Reservas de capital	104.034	-	-	-	-	(104.034)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.540.695	13.463	-	-	1.564.874	(1.559.516)	1.559.516
Reserva legal	182.162	108.500	3.521	14.636	493.019	(323.536)	478.302
Reserva de retenção de lucros	146.260	570.007	43.086	31.172	2.056.526	(790.525)	2.056.526
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	191.899	(191.899)	-
Dividendo adicional proposto	351.866	-	-	12.927	25.779	(364.793)	25.779
Prejuízos acumulados	(98.479)	-	-	-	-	98.479	-
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	265.703	265.703

Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2011							
RECEITA OPERACIONAL	2.265.696	5.490.064	157.803	291.376	-	(428.774)	7.776.165
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	102.934	2.227.894	-	-	-	-	2.330.828
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	5.441	-	-	-	(5.441)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.348.042	91.789	-	-	-	-	1.439.831
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	286.132	-	-	-	-	(286.132)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	269.924	2.492.444	-	-	-	-	2.762.368
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	76.331	13.055	-	-	-	(89.386)	-
Receita de construção	118.816	606.620	-	16.290	-	-	741.726
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	117.126	-	-	-	117.126
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	40.677	-	-	(40.677)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	273.933	-	-	273.933
Outras receitas operacionais para terceiros	57.600	51.600	-	1.153	-	-	110.353
Outras receitas operacionais entre segmentos	5.917	1.221	-	-	-	(7.138)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.477.833)	(5.038.081)	(114.437)	(248.001)	(23.093)	428.774	(6.472.671)
Energia elétrica comprada para revenda	(73.090)	(2.365.587)	-	-	-	286.132	(2.152.545)
Encargos de uso da rede elétrica	(216.035)	(505.869)	-	-	-	89.386	(632.518)
Pessoal e administradores	(243.769)	(657.382)	(58.341)	(15.096)	(8.065)	-	(982.653)
Planos previdenciário e assistencial	(37.860)	(104.234)	(7.113)	(1.142)	(496)	-	(150.845)
Material	(16.678)	(66.018)	(1.730)	(1.102)	(82)	-	(85.610)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.031)	-	-	-	-	-	(25.031)
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	-	(186.931)	-	-	(186.931)
Serviços de terceiros	(100.423)	(307.494)	(17.769)	(12.120)	(5.722)	52.095	(391.433)
Depreciação e amortização	(320.541)	(193.969)	(24.523)	(12.648)	(1.484)	-	(553.165)
Provisões e reversões	(170.312)	(122.332)	734	65	2.190	-	(289.655)
Custo de construção	(108.533)	(606.620)	-	(16.290)	-	-	(731.443)
Outros custos e despesas operacionais	(165.561)	(108.576)	(5.695)	(2.737)	(9.434)	1.161	(290.842)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.487)	-	-	-	1.288.825	(1.229.684)	55.654
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	784.376	451.983	43.366	43.375	1.265.732	(1.229.684)	1.359.148
Resultado financeiro	16.316	256.721	2.923	6.136	(57.328)	-	224.768
LUCRO OPERACIONAL	800.692	708.704	46.289	49.511	1.208.404	(1.229.684)	1.583.916
Imposto de renda e contribuição social	(278.227)	(297.653)	(12.472)	(18.294)	(4.955)	-	(611.601)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	85.767	124.835	1.883	1.214	(9.160)	-	204.539
LUCRO DO EXERCÍCIO	608.232	535.886	35.700	32.431	1.194.289	(1.229.684)	1.176.854

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2010							
RECEITA OPERACIONAL	1.948.799	4.939.328	139.153	267.829	-	(393.996)	6.901.113
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	113.102	2.100.301	-	-	-	-	2.213.403
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	4.649	-	-	-	(4.649)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.223.530	64.471	-	-	-	-	1.288.001
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	258.952	-	-	-	-	(258.952)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	166.600	2.105.821	-	-	-	-	2.272.421
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	70.098	11.633	-	-	-	(81.731)	-
Receita de construção	41.019	599.634	-	22.881	-	-	663.534
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	97.882	-	-	-	97.882
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	41.271	-	-	(41.271)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	237.272	-	-	237.272
Outras receitas operacionais para terceiros	69.659	51.265	-	7.676	-	-	128.600
Outras receitas operacionais entre segmentos	5.839	1.554	-	-	-	(7.393)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.219.484)	(4.577.731)	(99.047)	(212.120)	(253.757)	393.996	(5.968.143)
Energia elétrica comprada para revenda	(60.352)	(2.170.875)	-	-	-	258.952	(1.972.275)
Encargos de uso da rede elétrica	(205.749)	(468.723)	-	-	-	81.731	(592.741)
Pessoal e administradores	(200.659)	(546.834)	(43.920)	(12.796)	(7.305)	-	(811.514)
Planos previdenciário e assistencial	(30.535)	(86.359)	(5.655)	(1.239)	(433)	-	(124.221)
Material	(21.752)	(60.132)	(1.517)	(709)	(14)	-	(84.124)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(22.975)	-	-	-	-	-	(22.975)
Gás natural e insumos na operação de gás	-	-	-	(144.648)	-	-	(144.648)
Serviços de terceiros	(89.806)	(277.437)	(16.747)	(14.283)	(4.746)	52.113	(350.906)
Depreciação e amortização	(320.759)	(180.701)	(28.540)	(11.508)	(1.484)	-	(542.992)
Provisões e reversões	(17.630)	(106.913)	903	(39)	(239.097)	-	(362.776)
Custo de construção	(40.372)	(599.634)	-	(22.881)	-	-	(662.887)
Outros custos e despesas operacionais	(208.895)	(80.123)	(3.571)	(4.017)	(678)	1.200	(296.084)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.345)	-	-	-	1.225.676	(1.122.994)	99.337
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	725.970	361.597	40.106	55.709	971.919	(1.122.994)	1.032.307
Resultado financeiro	(25.829)	378.910	4.059	5.256	(13.971)	-	348.425
LUCRO OPERACIONAL	700.141	740.507	44.165	60.965	957.948	(1.122.994)	1.380.732
Imposto de renda e contribuição social	(236.566)	(193.982)	(11.287)	(20.734)	(35.399)	-	(497.968)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.796	(22.012)	(184)	307	76.610	-	127.517
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	536.371	524.513	32.694	40.538	999.159	(1.122.994)	1.010.281

32 Contratos de Arrendamento Operacional

32.1 A Companhia como arrendatária

	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Custos e despesas de arrendamentos e aluguéis		
Imóveis	17.704	13.988
Fotocopiadora	1.521	2.872
Outros	719	1.190
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.564)	(1.380)
	18.380	16.670

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2011, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação rescisão contratual.

Do total de R\$ 17.704 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 8.591 referem-se ao contrato de locação do Polo Km 3, firmado entre as subsidiárias da Copel e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para as subsidiárias da Copel. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

32.2 A Companhia como arrendadora

		Consolidado
Receita de arrendamentos e aluguéis	31.12.2011	31.12.2010
Equipamentos e estruturas	54.442	52.134
Usina termelétrica de Araucária	32.804	50.000
Imóveis	862	816
Compartilhamento de instalações	801	736
	88.909	103.686

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade da Grupo, o arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

O compartilhamento de estrutura refere à cessão de pontos de fixação em espaço predeterminado nos postes para instalação de cabos, acessórios e equipamentos das prestações de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo o contido no Art. 73 da Lei nº 9472, de 16.07.1997 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001, de 24.11.1999, e na Resolução Aneel nº 581, de 29.10.2002. Objetiva também a redução dos custos de implantação de infraestrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para modicidade da tarifa de energia elétrica).

A UEG Araucária firmou “Contrato de Locação e Outras Avenças” em 28.12.2006 com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sócia não controladora, para locação da planta da usina pelo prazo de um ano, findo em 31.12.2007, prorrogado em diversas etapas até 31.12.2012, com cláusulas que prevêem a possibilidade de rescisão antecipada, pela UEG Araucária, caso esta participe de leilões de energia promovidos pela Aneel. Este contrato prevê a utilização, pela Petrobras, do complexo da usina para geração de energia às suas expensas, cabendo à UEG Araucária receita de aluguel composta por parcelas fixa e variável definidas contratualmente.

33 Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de caixa, Clientes, Contas a receber de entidades governamentais, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Aplicações Financeiras, Contas a receber vinculadas à concessão, Outros Investimentos, Contas a pagar vinculadas à concessão, Empréstimos e financiamentos, Debêntures e Fornecedores.

A Companhia mantém mecanismos que buscam a gestão de riscos nas áreas corporativas e nas suas subsidiárias. Os riscos são classificados como críticos, altos, moderados, baixos ou mínimos de acordo com sua exposição final, a qual leva em consideração os impactos financeiro, operacional e de imagem, além da frequência de ocorrência do risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às atividades da companhia são identificados e dimensionados quanto aos possíveis impactos negativos, de alcance de seus objetivos estratégicos, de processos e de projetos.

33.1 Valor justo e nível de classificação para apuração do valor justo dos Instrumentos Financeiros

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Para os instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Quadro dos valores justos de ativos e passivos financeiros

Consolidado	Nível	Valor contábil	
		31.12.2011	31.12.2010
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 3)	-	1.049.125	1.794.416
Clientes (NE nº 5)	-	1.275.282	1.039.377
Contas a receber de entidades governamentais (NE nº 5)	-	125.536	166.979
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 6)	-	1.346.460	1.341.193
Títulos e valores mobiliários (NE nº 4.1)	1	459.292	414.157
Títulos e valores mobiliários (NE nº 4.1)	2	185.316	127.089
Cauções e depósitos vinculados (NE nº 4)	-	40.221	90.358
Contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 7)	3	3.317.100	2.478.045
Outros investimentos (NE nº 14.4)	1	17.714	12.465
Passivos Financeiros			
Empréstimos e financiamentos (NE nº 19)	-	2.174.472	1.364.077
Debêntures (NE nº 20)	-	-	621.157
Derivativos	1	39	47
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público (NE nº 24)	-	415.098	381.083
Eletrobrás - Itaipu	-	76.533	74.316
Petrobras - Compagas	-	40.698	25.720
Outros fornecedores	-	738.684	657.468

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

33.1.1 Ativos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e contas a receber de entidades governamentais têm valores justos equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, devido a sua natureza e prazos de realização.

Repasse CRC ao Governo do Estado tem valor justo de R\$ 1.434.565 em 31.12.2011. Foi utilizada como premissa a comparação com um título do Tesouro Nacional de longo prazo e pós-fixado (NTN-B), o qual é remunerado aproximadamente em 5,5% a.a. mais IPCA.

Os Títulos e valores mobiliários tem valor justo de R\$ 585.568 em 31.12.2011. O valor justo foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

As Cauções e depósitos vinculados têm valor justo de R\$ 32.081 em 31.12.2011. O valor justo foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, de 109,41% da variação do CDI.

Os Outros investimentos têm valor justo de R\$ 17.714 em 31.12.2011. O valor justo do investimento na Investco S.A., de R\$ 8.345, foi mensurado aplicando o percentual de participação sobre o seu patrimônio líquido. O valor justo dos investimentos em Finam e Finor foi atualizado com base no preço médio negociado no pregão da BMF&Bovespa em dezembro 2011 e 2010. Os investimentos em empresas com ações cotadas em bolsa de valores, tiveram seu valor justo mensurado com base no valor destas ações em 30.12.2011. Os demais investimentos foram mantidos a custo histórico, devido à impossibilidade de seus valores justos serem mensurados confiavelmente.

33.1.2 Passivos financeiros não derivativos

Passivos com Eletrobrás - Itaipu, Petrobras e outros fornecedores têm valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.

Empréstimos e financiamentos tem valor justo de R\$ 2.129.257 em 31.12.2011. O valor justo foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, de 109,41% da variação do CDI.

Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público tem valor justo de R\$ 524.484 em 31.12.2011, considerando como premissa para o cálculo a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel, vencido pela Companhia.

33.1.3 Ativos e passivos financeiros derivativos

O ativo financeiro derivativo - Futuro de DI Ajuste - Ativo têm valor justo de R\$ 1 em 31.12.2011, classificado na categoria de instrumentos financeiros Mantidos para Negociação.

As outras obrigações - derivativos Futuro de DI Ajuste - Passivo têm valor justo de R\$ 39, em 31.12.2011 (R\$ 47 em 31.12.2010), classificado na categoria de instrumentos financeiros Mantidos para Negociação.

33.1.4 Nível de classificação nº 3 para apuração do valor justo

Incluem nessa classificação as Contas a receber vinculadas à concessão.

A composição detalhada do Contas a receber vinculadas à concessão está na NE nº 7, conforme abaixo:

- Quadro demonstrativo reconciliando os saldos iniciais com os saldos finais, com a demonstração separada das adições, baixas, transferências, perdas, variação monetária e ajuste ao valor justo;
- Critérios para apuração e mensuração; e
- Premissas adotadas pela administração da Companhia para atualização do valor indenizável.

33.2 Categoria de instrumentos financeiros

Consolidado		Valor contábil	
	31.12.2011	31.12.2010	
Ativos Financeiros			
Para negociação			
Equivalentes de caixa - aplicações no mercado aberto	1.014.043	1.735.457	
Títulos e valores mobiliários	60.022	-	
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	35.082	58.959	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.275.282	1.039.377	
Contas a receber de entidades governamentais	125.536	166.979	
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.346.460	1.341.193	
Contas a receber vinculadas à concessão	1.091.897	840.157	
Cauções e depósitos vinculados	40.221	90.358	
Disponível para venda			
Contas a receber vinculadas à concessão	2.225.203	1.637.888	
Títulos e valores mobiliários	567.429	472.599	
Outros investimentos	17.714	12.465	
Mantidos até o vencimento			
Títulos e valores mobiliários	17.157	68.647	
Passivos Financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Mantido para negociação			
Outras obrigações - derivativos	39	47	
Outros passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	2.174.472	1.364.077	
Debêntures	-	621.157	
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	415.098	381.083	
Eletrobrás - Itaipu	76.533	74.316	
Petrobras - Compagas	40.698	25.720	
Outros fornecedores	738.684	657.468	

33.3 Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Consolidado						Valor justo		Valor contábil líquido	
Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	
LTN	10,45%	23.04.2009	03.01.2011	Custo amortizado	-	1.183	-	1.183	
LTN	10,42%	29.04.2009	03.01.2011	Custo amortizado	-	4.957	-	4.957	
LFT	SELIC	14.07.2009	07.03.2012	Custo amortizado	5.919	5.303	5.920	5.306	
LFT	SELIC	07.08.2009	16.03.2011	Custo amortizado	-	22.651	-	22.654	
LFT	SELIC	30.11.2009	15.06.2011	Custo amortizado	-	9.949	-	9.946	
LFT	SELIC	13.07.2010	15.06.2011	Custo amortizado	-	22.044	-	22.037	
LFT	SELIC	02.09.2009	21.12.2011	Custo amortizado	-	720	-	719	
LF CAIXA		03.11.2011	07.11.2013	Custo amortizado	5.089	-	5.089	-	
LF CAIXA		07.11.2011	08.11.2013	Custo amortizado	6.101	-	6.101	-	

33.4 Fatores de Risco

33.4.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo

Consolidado		Valor contábil
	31.12.2011	31.12.2010
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa a)	1.049.125	1.794.416
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários a)	644.608	541.246
Aplicações financeiras restritas -cauções e dep. Vinculados a)	40.221	90.358
Clientes b)	1.400.818	1.206.356
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná c)	1.346.460	1.341.193
Contas a receber vinculadas à concessão d)	3.317.100	2.478.045
Total	7.798.332	7.451.614

a) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A administração da Companhia considerada o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, considerando a política do Grupo em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais ou quando necessário ou oportuno, em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Clientes

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Este risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

c) Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná

A administração da Companhia considera o risco de crédito sobre a CRC reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos, sendo que o Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.

d) Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se a indenizações previstas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e transmissão de energia elétrica e a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão a ser realizado através da Receita Anual Permitida – RAP.

Considerando o entendimento da Companhia que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel) referentes aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão e especificamente à atividade de transmissão, considerando que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda, a administração da Companhia considerada o risco de crédito sobre estes ativos bastante reduzido.

33.4.2 Risco de moeda estrangeira - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A variação cambial decorrente da compra de gás da Petrobras pela Compagas impacta diretamente no resultado da Companhia. A Compagas mantém negociação com seus consumidores, objetivando, na medida do possível, o repasse destes custos.

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2011
Cauções e depósitos vinculados (STN)	37.553	-	37.553
Empréstimos e financiamentos	-	(58.445)	(58.445)
Fornecedores			
Eletrobrás (Itaipu)	-	(76.533)	(76.533)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	-	(40.698)	(40.698)
	37.553	(175.676)	(138.123)

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2011 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 1,75) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2012 do Relatório Focus, do Bacen, de 30.12.2011. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de moeda estrangeira	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2012		
		31.12.2011	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Cauções e depósitos vinculados	Alta do dólar	37.553	35.035	43.793	52.552
		37.553	35.035	43.793	52.552
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	58.427	54.509	68.136	81.763
Eletrobrás	Alta do dólar	18	17	21	25
		58.445	54.526	68.157	81.788
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	76.533	71.400	89.250	107.101
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	Alta do dólar	40.698	37.969	47.461	56.953
		117.231	109.369	136.711	164.054
Exposição líquida		(138.123)	(128.860)	(161.075)	(193.290)
Efeito esperado no resultado			9.263	(22.952)	(55.167)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2011, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

33.4.3 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (33.4.9), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2011
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	1.014.044	-	1.014.044
Aplicações financeiras - Cauções e títulos e valores mobiliários	647.276	-	647.276
Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná	1.346.460	-	1.346.460
Contas a receber vinculadas à concessão	3.317.100	-	3.317.100
Empréstimos e financiamentos	-	(2.116.027)	(2.116.027)
	6.324.880	(2.116.027)	4.208.853

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2011 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 9,90%, IGP-DI - 4,99%, IGP-M - 5,08% e TJLP - 6,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2012 do Relatório Focus, do Bacen, de 30.12.2011. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2012		
		31.12.2011	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	Baixa CDI/SELIC	1.014.044	1.114.432	1.089.384	1.064.236
Aplicações financeiras - Cauções e Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	647.276	711.355	695.368	679.314
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.346.460	1.413.648	1.396.851	1.380.054
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	3.317.100	3.485.610	3.443.483	3.401.355
		6.324.880	6.725.045	6.625.086	6.524.959
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	1.504.204	1.647.103	1.682.828	1.718.553
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	136.122	137.505	137.851	138.196
Eletrobrás - RGR	Sem Risco ⁽¹⁾	125.363	125.363	125.363	125.363
BNDES - Compagas	Alta TJLP	48	51	52	52
Finep	Alta TJLP	5.866	6.218	6.306	6.394
BNDES - Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	172.237	182.571	185.155	187.738
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	172.187	182.518	185.101	187.684
		2.116.027	2.281.329	2.322.656	2.363.980
Exposição líquida		4.208.853	4.443.716	4.302.430	4.160.979
Efeito esperado no resultado			234.863	93.577	(47.874)

⁽¹⁾ Empréstimo indexado à UFIR

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2011, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

33.4.4 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

Em 31.12.2011 todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

33.4.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Copel a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

33.4.6 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2011, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as condições de atendimento à carga são bastante satisfatórias no horizonte 2011/2015, e considera ainda que existem sobras de energia assegurada no SIN nesse período, as avaliações de sensibilidade com relação ao crescimento do mercado, mantidos os cronogramas programados no PEN 2011, é capaz de suportar um crescimento médio anual da carga de até 8% a.a., cerca de 78 GWmed em 2015, contra os 5% a.a. do Cenário de Referência, cerca de 72 GWmed no mesmo ano, o que significa que, mesmo com uma antecipação de pouco mais de um ano no crescimento da carga, a partir de 2013, ainda seria possível manter as condições de atendimento ao mercado dentro do critério de garantia postulado pelo CNPE (riscos de déficit não superior a 5%).

33.4.7 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

	Data de vencimento das concessões/autorização
Concessões - Copel Geração e Transmissão	
Hidrelétricas	
Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Gov. José Richa (Caxias)	04.05.2030
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Chaminé	16.08.2026
Apucarantina	12.10.2025
Mourão	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	15.11.2029
Marumbi	- ^(a)
São Jorge	03.12.2024
Chopim I	07.07.2015
Rio dos Patos ^(b)	14.02.2014
Cavernoso	07.01.2031
Cavernoso II (em construção)	27.02.2046
Melissa	- ^(c)
Salto do Vau	- ^(c)
Pitangui	- ^(c)
Mauá (51% da Copel) - em construção	02.07.2042
Colíder (em construção)	16.01.2046
Termelétrica	
Figueira	26.03.2019
Concessões de transmissão	
Contrato nº 060/01 - Sistema de transmissão	07.07.2015
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilha III	05.10.2040
Concessão - Copel Distribuição	07.07.2015
Concessão - Compagas	06.07.2024
Concessão - Elejor	25.10.2036
Autorização - UEG Araucária	22.12.2029
Autorização - Centrais Eólicas do Paraná	29.09.2029

^(a) Em processo de homologação na Aneel

^(b) Encaminhado em 27.01.2011 requerimento solicitando a prorrogação da concessão (art.19 da Lei nº 9.074/95)

^(c) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel

Quanto a eventual indenização ao final da concessão, existe a incerteza quanto à forma de mensuração do valor a ser pago quando da reversão dos bens ao Poder Concedente.

33.4.8 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas devido à redução de receitas das controladas Compagas e UEG Araucária.

33.4.9 Instrumentos financeiros derivativos

A companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

		Consolidado
Instrumentos financeiros derivativos	31.12.2011	31.12.2010
Futuro DI Ajuste Diários - Ativo	1	-
Futuro DI Ajuste Diários - Passivo	(39)	(47)
Parcela circulante	(38)	(47)

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

Durante o exercício de 2011, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi uma perda de R\$ 2.726 (ganho de R\$ 53 em 2010).

Os contratos são ajustados diariamente conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 31.12.2011 correspondem a R\$ 88.135 (R\$ 57.253 em 31.12.2010).

Em 31.12.2011, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 5.930 (R\$ 7.993 em 31.12.2010), estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes em 31.12.2010 e, para o cenário provável os saldos com a variação dos indicadores (DI) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2011 do Relatório Focus, do Bacen, de 31.12.2010.

Risco de derivativos	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2012		
		31.12.2011	Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - Ativos	Alta do DI	1	(16)	(239)	(461)
Derivativos - Passivos	Baixa do DI	(39)	(500)	(2.458)	(4.418)
		(38)	(516)	(2.697)	(4.879)
Efeito esperado no resultado			(478)	(2.659)	(4.841)

33.5 Índice de endividamento

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Dívida - Empréstimos e financiamentos	1.009.924	398.857	2.174.472	1.364.077
Dívida - Debêntures	-	621.157	-	621.157
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	27.922	89.997	1.633.812	2.392.589
Dívida líquida	982.002	930.017	540.660	(407.355)
Patrimônio líquido	11.826.694	11.030.123	12.069.528	11.295.826
Índice de endividamento líquido	8,30%	8,43%	4,48%	-3,61%

33.6 Linhas de financiamentos

A Copel não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas.

33.7 Tabela de liquidez e juros

As tabelas abaixo demonstram valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo, as projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

Ativo	Consolidado						
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2011							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.049.125	-	-	-	-	1.049.125
Derivativos	DI Futuro	1	-	-	-	-	1
Cientes	0,75%	33.536	9.400	28.577	40.847	417	112.777
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	12.572	25.144	113.148	685.922	1.965.058	2.801.844
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	2.645	11.580	106.718	110.318	-	231.261
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	-	-	-	-	100.387	100.387
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	35.689	72.430	305.980	5.383.147	1.948.720	7.745.966
		1.133.568	118.554	554.423	6.220.234	4.014.582	12.041.361
31.12.2010							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.794.416	-	-	-	-	1.794.416
Cientes	0,76%	22.051	9.508	28.459	60.000	-	120.018
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	11.973	23.947	107.759	840.030	1.981.717	2.965.426
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	357.492	26.089	45.592	133.362	-	562.535
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	64.078	-	-	-	98.724	162.802
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	29.587	59.304	273.828	5.050.599	2.076.135	7.489.453
		2.279.597	118.848	455.638	6.083.991	4.156.576	13.094.650

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

⁽²⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

⁽³⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 19

Passivo							Consolidado
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2011							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 19	15.895	55.795	143.838	2.312.045	524.717	3.052.290
Derivativos	DI Futuro	39	-	-	-	-	39
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	3.741	7.481	34.129	207.996	2.040.876	2.294.223
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	164.062	350.491	2.426.301	6.338.176	9.279.030
Petrobras - Compagas	100% do CDI	4.499	9.117	42.928	131.262	-	187.806
Outros fornecedores	-	555.708	116.041	44.494	140.059	-	856.302
Benefícios pós emprego	7,30%	28.485	56.969	256.361	1.281.669	2.109.550	3.733.034
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	994.393	2.646.662	11.395.780	50.070.240	65.107.075
		608.367	1.403.858	3.518.903	17.895.112	61.083.559	84.509.799
31.12.2010							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 19	22.916	28.656	99.167	1.455.068	434.672	2.040.479
Debêntures	NE nº 20	-	32.247	641.103	-	-	673.350
Derivativos	DI Futuro	47	-	-	-	-	47
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	3.524	7.048	31.715	253.278	2.061.329	2.356.894
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	77.507	353.466	3.284.329	7.125.809	10.841.111
Petrobras - Compagas	100% do CDI	3.988	8.158	38.647	194.202	-	244.995
Outros fornecedores	-	214.026	125.151	185.168	14.944	-	539.289
Benefícios pós emprego	7,17%	28.269	56.537	254.417	1.213.013	1.807.966	3.360.202
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	457.253	2.245.114	14.554.719	43.263.760	60.520.846
		272.745	792.557	3.848.797	20.969.553	54.693.536	80.577.188

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

34 Transações com Partes Relacionadas

34.1 Controladora

Parte Relacionada / Natureza da operação	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Acionistas controladores						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar (1)	-	-	57.855	58.140	-	-
BNDESPAR (5)						
Dividendos a pagar (1)	-	-	46.473	42.601	-	-
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 29.3)	-	-	-	-	(8.039)	(7.276)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	(496)	(433)

As principais transações entre a Controladora e suas coligadas e controladas estão demonstradas na NE nº 13 - Créditos com Pessoas Ligadas, e na NE nº 14 - Investimentos.

A Controladora concedeu, em 2002, avais a sua coligada Dona Francisca Energética S.A. para empréstimos tomados por esta com o BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário). Em 31.12.2011, os saldos devedores atualizados montavam a R\$ 21.071 e R\$ 12.610, respectivamente.

34.2 Consolidado

Parte Relacionada / Natureza da operação	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Acionistas controladores						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar (1)	-	-	57.855	58.140	-	-
Parcelamento faturas de energia (2)	-	39.838	-	-	-	1.292
Programa luz fraterna (3)	38.763	11.528	-	-	-	-
Parcelamento faturas de telecomunicações (2)	-	4.376	-	-	-	182
Remuneração e encargos sociais - empregados cedidos (4)	2.062	2.457	-	-	-	-
CRC (NE nº 6)	1.346.460	1.341.193	-	-	148.950	215.714
ICMS (NE nº 10.3)	117.011	118.814	193.960	174.612	-	-
BNDES (5)						
Financiamento para investimento em rede de gás (NE nº 19.5)	-	-	48	6.373	(313)	(897)
Financiamento UHE Mauá e sistema de transmissão associado (NE nº 19.7)	-	-	172.237	138.885	(23.377)	(6.090)
BNDESPAR (5)						
Debêntures - Elejor	-	-	-	-	-	(3.248)
Dividendos a pagar (1)	-	-	46.473	42.601	-	-
Coligadas						
Dona Francisca Energética						
Compra de energia elétrica (6)	-	-	5.600	5.506	(63.045)	(61.189)
Dividendos a receber pela Copel (NE nº 13)	2.303	955	-	-	-	-
Sanepar						
Dividendos a receber pela Dominó (NE nº 13)	15.603	4.896	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda.						
Operação e manutenção (7)	131	109	-	-	1.390	1.272
Sercomtel S.A. Telecomunicações						
Compartilhamento de postes (8)	169	177	-	-	2.031	2.117
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 29.3)	-	-	-	-	(11.527)	(10.881)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 21)	-	-	-	-	(496)	(479)
Outras partes relacionadas						
Petrobras						
Aluguel da planta UTE Araucária (NE nº 32.2)	2.730	4.296	-	-	32.804	50.000
Fornecimento e transporte de gás (9)	283	177	-	-	5.742	11.644
Aquisição de gás para revenda (9)	-	-	40.698	25.720	(186.833)	(144.519)
Adiantamento a fornecedores (9)	11.982	9.902	-	-	-	-
Dividendos a pagar para a Compagas (9)	-	-	1.887	2.359	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (10)						
Dividendos a pagar	-	-	1.887	2.359	-	-
Remuneração e encargos sociais - empregados cedidos (4)	-	-	27	27	-	-
Paineira Participações S.A. (11)						
Dividendos a pagar	-	-	1.110	-	-	-
Dreen Brasil Investim. e Participações S.A. (12)						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	466	-	(265)	-
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(9.073)	(8.401)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 21)	-	-	468.875	408.463	-	-
Instit. de Tecnol. p/ o Desenvolvimento - Lactec (13)						
Prestação de serviço e Pesquisa e Desenvolvimento	15.400	28.064	371	433	(8.086)	(9.170)

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel, e os da Copel Telecomunicações são realizados em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

- 1) Em 2011, do total de dividendos propostos ao Governo do Estado do Paraná e ao BNDESPAR, nos valores de R\$ 124.872, e R\$ 105.309, foram adiantados, durante o exercício de 2011, R\$ 67.017 e R\$ 53.836, respectivamente.
- 2) Acordo de renegociação de faturas de fornecimento de energia elétrica e do Programa Luz Fraterna, com a Copel Distribuição, no valor original de R\$ 84.883, e acordo de renegociação de faturas de implantação de acesso à Internet nas escolas públicas, com a Copel Telecomunicações, no valor de R\$ 12.000. Estes acordos foram assinados em 20.04.2007, para pagamento em 45 parcelas mensais, atualizadas por taxa Selic pós-fixada, gerando as receitas financeiras demonstradas no quadro.
- 3) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 KWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel.
- 4) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.12.2011 foi constituída PCLD no valor de R\$ 2.230 (R\$ 2.036 em 31.12.2010).
- 5) A BNDESPAR detém 26,41% das ações ordinárias da Companhia e tem o direito, pelo acordo de acionistas, de indicar 2 membros do Conselho da Administração. A BNDESPAR é subsidiária integral do BNDES, com o qual a Companhia mantém contratos de financiamentos conforme descritos na NE nº 19.
- 6) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 06.10.2015.
- 7) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, realizado entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 24.05.2015.
- 8) A Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A. detém 49,9% do Capital da Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. Os principais saldos de passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem principalmente de transações em condições de mercado.
- 9) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição, com vencimento em 20.08.2013.
- 10) A Petrobras detém 24,5% do capital social da Compagas. A Petrobrás Distribuidora S.A. - BR e Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro mantiveram relacionamentos com a Compagas.

O fornecimento e transporte de gás canalizado e a aquisição de gás para revenda são efetuados a preços e condições de mercado.

O adiantamento a fornecedores refere-se ao contrato de aquisição de gás relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Compagas possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Decorrente do plano de expansão da Compagas e das perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a administração da Compagas entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31.12.2011 será efetuada nos próximos exercícios.

- 11) A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. detém 24,5% do capital social da Compagas.
- 12) A Paineira Participações S.A. detém 30% do capital social da Elejor.
- 13) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

35 Seguros (não auditado)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Apólice	Término da vigência	Consolidado Importância segurada
Riscos nomeados (35.1)	24.08.2012	1.823.916
Incêndio - imóveis próprios e locados (35.2)	24.08.2012	432.781
Responsabilidade civil - Copel (35.3)	24.08.2012	12.000
Responsabilidade civil - Compagas (35.3)	30.08.2012	4.200
Engenharia - Copel (35.4)	24.08.2012	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (35.5)	24.08.2012	apólice por averbação
Multirrisco (35.6) - Compagas	19.09.2012	6.487
Multirrisco (35.6) - Elejor	05.06.2012	974
Automóveis (35.7)	20.08.2012	valor de mercado
Riscos diversos (35.8)	24.08.2012	946
Riscos operacionais (35.9) - Elejor	25.09.2012	176.613
Riscos operacionais (35.10) - UEG Araucária *	31.05.2012	506.296
Garantia judicial (35.11)	05.02.2012	58.473
Garantia de Fiel Cumprimento (35.12) - Copel	15.01.2013	14.700
Garantia de Fiel Cumprimento (35.12) - Copel	1º.04.2013	4.574
Garantia de Fiel Cumprimento (35.12) - Copel	30.07.2015	63.313
Garantia de Fiel Cumprimento (35.12) - Copel	23.04.2014	3.750
Riscos de Engenharia - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (35.13)	31.07.2012	764.492
Responsabilidade Civil - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (35.14)	31.07.2012	44.000
Responsabilidade Civil para diretores e administradores - D&O (35.15) *	30.06.2012	46.895

* Os valores das importâncias seguradas de Riscos operacionais - UEG Araucária e de Responsabilidade civil para diretores e administradores foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2011, R\$ 1,8758.

35.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

35.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados - cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval.

35.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

35.4 Riscos de engenharia - Copel

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

35.5 Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.

35.6 Multirrisco

Apólice onde são relacionados os bens da Companhia. Visa dar cobertura securitária para possíveis danos causados por incêndio, raio, explosão, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos, recomposição de registros e documentos, vendaval, fumaça e roubo ou furto qualificado.

35.7 Seguro de automóveis

Garante as indenizações dos prejuízos sofridos e das despesas incorridas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos à frota de 40 veículos segurados da Compagas. Possui cobertura básica para os veículos e cobertura adicional de responsabilidade civil facultativa para os danos materiais, corporais e morais causados a terceiros. As importâncias seguradas para os danos causados a terceiros são de R\$ 150 para danos materiais e R\$ 300 para danos pessoais, para cada veículo.

35.8 Riscos diversos - Copel

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

35.9 Riscos operacionais - Elejor

Garante cobertura para as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração e acabados, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado, além de lucros cessantes.

35.10 Riscos operacionais – UEG Araucária

Apólice contratada tipo *all risks* (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis), inclusive quebra de máquinas, para todo o complexo da Usina Termelétrica a Gás de Araucária.

35.11 Garantia judicial

Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais contra a Compagas. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária.

35.12 Garantia de fiel cumprimento

Garante a indenização dos prejuízos decorrentes da inadimplência do tomador Copel no cumprimento das obrigações assumidas nos contratos de concessões firmados com a Aneel.

O seguro-garantia é destinado às empresas que, na condição de contratadas, estão obrigadas a garantir a seus clientes que os contratos firmados, no que se refere a preços, prazos e demais especificações pactuadas, serão rigorosamente cumpridos. Também os órgãos públicos de administração direta ou indireta, conforme determinam as Leis nºs 8.666/93 e 8.883/94, podem receber apólices de seguro como garantia de seus fornecedores de bens, serviços, executantes de obras e licitantes.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

35.13 Riscos de engenharia - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Cobertura básica de obras civis em construção e/ou instalação e montagem mais coberturas acessórias de despesas extraordinárias, tumultos, greve, comoção civil e atos dolosos, manutenção ampla por 24 meses, despesas de desentulho, obras concluídas e riscos do fabricante para a execução de obras e/ou serviços necessários à implantação da Usina Hidrelétrica de Mauá.

35.14 Responsabilidade civil - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, durante a execução das obras civis e/ou serviços de montagem e instalação da Usina Hidrelétrica de Mauá. Possui também coberturas acessórias de responsabilidade civil cruzada e danos decorrentes dos serviços de fundações.

35.15 Responsabilidade civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro de seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas

pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas.

36 Conta de Compensação da “Parcela A”

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Bilaterais, Itaipu e Leilões), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória nº 1.158, de 21.06.2011, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2011, reajuste médio de 5,55%, sendo 5,77% relativos ao índice de reajuste tarifário e -0,22% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de R\$ (120.071), sendo composta por 2 parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2010-2011, no valor de R\$ (119.409), e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ (662).

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas Demonstrações Financeiras os seguintes saldos:

Composição dos saldos da CVA

Consolidado		Ativo circulante	Ativo não circulante	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
CVA recuperável reajuste tarifário 2010				
CCC	-	31.758	-	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	20.871	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	20.861	-	-
CDE	-	5.220	-	-
Proinfa	-	4.974	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	6.345	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.156	-	-
	-	91.185	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2011				
CCC	6.588	7.023	-	7.023
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	981	-	981
CDE	4.023	1.134	-	1.134
Proinfa	-	188	-	188
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.111	801	-	801
	11.722	10.127	-	10.127
CVA recuperável reajuste tarifário 2012				
CCC	75	-	75	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	18.081	-	18.081	-
CDE	3.074	-	3.074	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	-	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.106	-	1.106	-
	22.336	-	22.336	-
	34.058	101.312	22.336	10.127

Consolidado		Passivo circulante	Passivo não circulante	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
CVA compensável reajuste tarifário 2010				
ESS	-	40.434	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	20.439	-	-
	-	60.873	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2011				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	4.235	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	10.414	6.040	-	6.040
ESS	12.896	3.600	-	3.600
Proinfa	649	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	23.828	26.158	-	26.158
	52.022	35.798	-	35.798
CVA compensável reajuste tarifário 2012				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	17.273	-	17.273	-
ESS	16.696	-	16.696	-
Proinfa	166	-	166	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	27.350	-	27.350	-
	61.485	-	61.485	-
	113.507	96.671	61.485	35.798

Mutação da CVA

	Saldo em 31.12.2010	Diferimento	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 31.12.2011
Ativo						
CCC	45.804	(1.262)	(40.261)	2.457	-	6.738
Encargos uso sistema de transmissão (rede básica)	22.833	33.524	(21.833)	1.638	-	36.162
Energia elétrica comprada para revenda (Itaipu)	20.861	-	(21.732)	871	-	-
CDE	7.488	11.309	(9.725)	1.099	-	10.171
Proinfa	5.350	(376)	(5.184)	210	-	-
Energia elétrica comprada para revenda (CVA Energy)	6.345	-	(6.345)	-	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	2.758	2.685	(2.388)	268	-	3.323
	111.439	45.880	(107.468)	6.543	-	56.394
Circulante	101.312	11.199	(107.468)	5.575	23.440	34.058
Não Circulante - NC	10.127	34.681	-	968	(23.440)	22.336
Passivo						
Encargos uso sistema de transmissão (rede básica)	-	8.262	(4.525)	498	-	4.235
Energia elétrica comprada para revenda (Itaipu)	12.080	40.429	(11.086)	3.537	-	44.960
ESS	47.634	49.861	(56.139)	4.932	-	46.288
Proinfa	-	1.559	(695)	117	-	981
Energia elétrica comprada para revenda (CVA Energy)	72.755	55.452	(58.717)	9.038	-	78.528
	132.469	155.563	(131.162)	18.122	-	174.992
Circulante	96.671	38.241	(131.162)	13.814	95.943	113.507
Não Circulante - NC	35.798	117.322	-	4.308	(95.943)	61.485

37 Eventos Subsequentes

37.1 Novos investimentos

37.1.1 Caiuá Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 49% do capital social votante, constituída em 02.01.2012 para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 06/2011, realizado em 16.12.2011, sendo principalmente linha de transmissão em 230 kV com extensão aproximada de 105 km, com origem na subestação de Umuarama e término da subestação de Guairá; linha de transmissão em 230 kV com extensão aproximada de 32 km, com origem na subestação de Cascavel Oeste e término da subestação de Cascavel Norte; subestação em 230/69-13,8 kV Santa Quitéria; subestação de 230/138-13,8 kV Cascavel Norte, ambas localizadas no Paraná. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e, a critério exclusivo do poder concedente, poderá ser renovado por no máximo igual período.

37.1.2 Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 49% do capital social votante, constituída em 10.01.2012 para implantar e explorar o negócio de energia

elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 06/2011, realizado em 16.12.2011, sendo principalmente linha de transmissão em 500 kV com extensão aproximada de 365 km, com origem na subestação de Açailândia e término da subestação de Miranda II, localizada no Maranhão. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e, a critério exclusivo do poder concedente, poderá ser renovado por no máximo igual período.

37.2 Mudanças nas taxas de depreciação - Resolução Normativa Aneel nº 474/2012

Em 07.02.2012, a Aneel aprovou a Resolução Normativa nº 474 que estabelece a alteração das taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico. De acordo com essa resolução, as alterações nas taxas têm vigência a partir de 1º.01.2012. A Administração da Companhia está avaliando os impactos destas alterações e seus efeitos passarão a ser registrados prospectivamente a partir de 1º.01.2012.